

# Expresso

FRANCISCO PINTO BALDREZ ALBERTO DE CARVALHO MARCELO FERREZ DE SOUZA

## 24 horas

### C de Ministros: Nacionalizações e muitas medidas

NA SUA SESSÃO DE 25 DE AGOSTO, o Conselho de Ministros decidiu nacionalizar a Companhia Nacional de Abastecimento e a Companhia Nacional de Energia Elétrica. Também decidiu a criação de uma nova entidade para a administração do sistema de abastecimento de água potável em todo o país. Outras medidas incluem a criação de um novo órgão para a administração do sistema de abastecimento de energia elétrica em todo o país.

### Rapto político em perspectiva?

SEUS 1960-1970 são os primeiros anos de uma nova conjuntura política em Portugal. O país vive um período de transição, marcado por mudanças profundas na estrutura do Estado e na sociedade.

### Refugiados manifestam-se em silêncio

OS REFUGIADOS portugueses que se deslocaram para outros países manifestam-se em silêncio. Muitos deles vivem em condições precárias e sofrem de dificuldades econômicas e sociais.

### Sem membros a Comissão de Saneamento e Reclutamento

A Comissão de Saneamento e Reclutamento não tem membros. A situação é considerada preocupante, pois esta comissão é essencial para a organização e o funcionamento das forças armadas.

Em relação ao sistema de saúde, o governo tem tomado medidas para melhorar a qualidade dos serviços. No entanto, há ainda muitas dificuldades, especialmente em áreas rurais e de menor desenvolvimento econômico.

### "Há jornalistas que não ajoelham"

Existem jornalistas em Portugal que não se submetem a pressões políticas ou militares. Eles continuam a exercer seu direito de liberdade de expressão e a reportar fatos de forma imparcial e honesta.

### Orlando de Carvalho pede a demissão do M.D.P.

Orlando de Carvalho pede a demissão do Movimento Democrático Português (M.D.P.). Ele alega que o partido não representa os interesses do povo português e que precisa ser substituído por uma nova força política.

### Varela Gomes refere-se para Angola

Varela Gomes refere-se para Angola. Ele menciona a situação política e econômica do país vizinho e a importância de manter boas relações diplomáticas e comerciais com ele.

## Amplio apoio ao Documento dos 9

O Documento dos 9, que estabelece as bases para a constituição de um novo governo, encontra amplo apoio entre a população portuguesa. Muitos cidadãos acreditam que este documento representa um caminho necessário para a democracia e a estabilidade do país.

### Mais abelhas

Existem muitas abelhas em Portugal, especialmente em áreas rurais. Elas desempenham um papel importante na polinização das plantas e na produção de mel, contribuindo para a biodiversidade e a economia local.

### Correios e demónios

Os correios portugueses enfrentam dificuldades devido a problemas operacionais e financeiros. Há rumores de que os demónios possam estar envolvidos, o que gera preocupação entre os funcionários e os clientes.

### Clube não se quer em Estoril

O clube de futebol não quer se estabelecer em Estoril. Os jogadores e o clube preferem permanecer em sua cidade natal, onde há uma maior conexão com a comunidade local e melhores condições de vida.

### Um dia de greve de professores

Um dia de greve de professores em Portugal. Os educadores reivindicam melhores salários, condições de trabalho e reconhecimento profissional. A greve afeta o sistema educacional do país.

### Dois dias de greve de professores

Dois dias de greve de professores em Portugal. A luta dos educadores continua, com o segundo dia de paralisação das aulas. O governo tenta negociar com os sindicatos, mas sem sucesso até agora.

### Plano e cargo

Plano e cargo em Portugal. Há discussões sobre a melhor forma de organizar o governo e definir os papéis de cada um dos membros. O plano inclui a criação de novos departamentos e a redistribuição de responsabilidades.

### Em Portugal, o Conselho de Ministros decidiu...

Em Portugal, o Conselho de Ministros decidiu sobre a nacionalização das empresas de abastecimento e energia. Esta decisão é vista como um passo importante para a soberania econômica do país.

### Em Portugal, o Conselho de Ministros decidiu...

Em Portugal, o Conselho de Ministros decidiu sobre a criação de um novo órgão para a administração do sistema de abastecimento de água potável. Esta medida visa melhorar a eficiência e a qualidade do serviço.

### Em Portugal, o Conselho de Ministros decidiu...

Em Portugal, o Conselho de Ministros decidiu sobre a criação de um novo órgão para a administração do sistema de abastecimento de energia elétrica. Esta medida visa melhorar a eficiência e a qualidade do serviço.

### Em Portugal, o Conselho de Ministros decidiu...

Em Portugal, o Conselho de Ministros decidiu sobre a criação de um novo órgão para a administração do sistema de abastecimento de energia elétrica. Esta medida visa melhorar a eficiência e a qualidade do serviço.

### Em Portugal, o Conselho de Ministros decidiu...

Em Portugal, o Conselho de Ministros decidiu sobre a criação de um novo órgão para a administração do sistema de abastecimento de energia elétrica. Esta medida visa melhorar a eficiência e a qualidade do serviço.

### Em Portugal, o Conselho de Ministros decidiu...

Em Portugal, o Conselho de Ministros decidiu sobre a criação de um novo órgão para a administração do sistema de abastecimento de energia elétrica. Esta medida visa melhorar a eficiência e a qualidade do serviço.

**MOMENTO DAS FORÇAS ARMADAS**

O Documento dos 9 na íntegra

"Quem é quem" no C. R.

Fig. 12

O mais próximo dos Governos prisioneiros

e a contestação aberta a Vasco Gonçalves

Fig. 2

- M. Soares a Costa Gomes
- Quilho Malos na EXPRESSO
- Tránsito - "O artigo morto"
- SINES aponta condutas incoerentes de apoio popular à constituição do socialista

Fig. 5

Fig. 12

## Forças e a Segurança da Europa

### Projecto Jesuino: a tentação de reprimir

O projecto Jesuino, que visa a repressão de movimentos políticos e sociais, é considerado uma ameaça à liberdade e à democracia em Portugal. Muitos cidadãos estão preocupados com as implicações deste plano para o futuro do país.

### Há muito que reprimir

Há muito tempo que se tenta reprimir a liberdade de expressão e a participação política em Portugal. O governo tem usado todos os meios possíveis para silenciar os opositores e manter o poder.

### Concentração de Execução

Concentração de Execução em Portugal. Há rumores de que o governo esteja planejando uma operação de grande escala para eliminar os líderes da oposição. Esta notícia causa grande preocupação entre a população.

**OMEGA Speedmaster**

Relógio de pulso de precisão e elegância. Disponível em várias cores e modelos. Visite o nosso site para mais informações.

## UNITA alia-se à FNLA num panorama de guerra total

A UNITA alia-se à FNLA num panorama de guerra total em Angola. Esta aliança representa um desafio significativo para o governo português e para a estabilidade da região. Muitos observadores acreditam que esta união pode levar a um conflito mais prolongado e devastador.

Esta aliança entre a UNITA e a FNLA é vista como um sinal de que a luta por independência em Angola está se tornando cada vez mais intensa. O governo português enfrenta dificuldades para conter a expansão das forças rebeldes e manter o controle sobre o território.

Os líderes da UNITA e da FNLA afirmam que esta aliança é necessária para derrotar o regime português e alcançar a independência de Angola. Eles prometem trazer paz e desenvolvimento ao país após a queda do regime atual.



## C. de Ministros: Nacionalizações e muitas medidas

NA SUA PRIMEIRA REUNIÃO, o GP V, reunido em plenário, decidiu nacionalizar a Sogefi, a Sociedade G. e a Setenave (intervindo assim decisivamente no grupo CL... visto a Sogefi ser a «holding financeira e a S. G. constituiu-se numa nova arma de investimentos do grupo CUF...), bem como a indústria cervejira, reconhecendo «a necessidade de ulimar as nacionalizações ainda previstas e definir a área de actuação do sector privado». Será também emitido um empréstimo interno de 5 milhões de contos.

O Conselho de Ministros, que aprovou os estatutos da TAP, decidiu reduzir o preço dos adubos em 20% (30% para os pequenos e médios agricultores beneficiários do crédito agrícola de emergência) e abrir um crédito especial de 1,7 milhão de contos, para auxiliar as Câmaras Municipais.

Quanto a Angola, foi deliberado criar um Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), assegurando aos portugueses regressados de Angola subsídio de desemprego, abono de família, assistência médica e medicamentosa e hospitalar. Foi ainda resolvido dar apoio concreto à acção das Juntas da Madeira e dos Açores.

O Conselho, que terá reuniões restritas duas vezes por semana, considerou «da maior importância uma estreita coordenação com o Directorio».

## Raptos políticos em perspectiva?

SEGUNDO FONTES geralmente bem informadas, teria sido denunciado um plano de rapto de Melo Antunes, Vítor Crespo, Vítor Alves e Vasco Lourenço. Segundo esse plano, o seu desaparecimento por alguns dias seria acompanhado de uma intensa campanha de ataques políticos, devendo o raptado reaparecer em Espanha, o que accentuaria o teor desses ataques.

## Refugiados manifestam-se em silêncio

REALIZOU-SE ONTEM, ao fim da tarde, a anunciada manifestação dos refugiados de Angola que percorreu em silêncio as ruas de Lisboa. A frente da manifestação, na qual se viam muitos jovens, aparecia uma enorme bandeira nacional com uma faixa negra ao meio e logo atrás uma cruz de Cristo vermelha.

## Sem membros a Comissão de Saneamento e Reclassificação

A COMISSÃO Interministerial de Saneamento e Reclassificação da função pública, órgão que depende directamente do gabinete do general Vasco Gonçalves vê impedida na prática, a sua actividade com a recente apresentação do pedido de exoneração ao Primeiro Ministro do último dos seus três elementos.

As demissões, que foram pedidas em momentos diferentes e por diferentes razões, revelam, porém, segundo os observadores, traços comuns nos motivos do afastamento.

A referida Comissão era actualmente presidida pelo tenente-coronel piloto-aviador Castro Alves, que viu já o seu pedido de exoneração aceite pelo tenente Judas do Conselho de Revolução, órgão que nomeara para tal cargo aquele oficial; por Alexandre Borrego (vogal) especialista de Secretariado Técnico do Planeamento, que apresentou o seu pedido de demissão em Janeiro último e que possivelmente terá a decisão favorável tomada no último Conselho de Ministros, publicada no «Diário do Governo» dos primeiros dias da semana que entra; e ainda por Júlio Da Mesquita Gonçalves (vogal), director de Serviços na Secretaria de Estado da Função Pública, cujo pedido de exoneração foi também comunicado recentemente ao general Vasco Gonçalves.

## «Há jornalistas que não ajoelham»

«ALEM de democratas, patriotas e antifascistas, somos antiosocial-fascistas», disse João Carneiro Bom, candidato aos Corpos Gerentes do Sindicato dos Jornalistas, no decurso do comício que a Lista B levou a cabo no Teatro Villaret durante a noite de ontem e início da madrugada de hoje.

A reunião foi antecedida de uma manifestação convocada e encabeçada pela mesma Lista B, em que o primeiro cartaz orientava a palavra de ordem «Nem Moreira Baptista / nem Correia Jesus / por um jornalismo ao serviço do Povo». O PCP, tal como a 5.ª Divisão e o próprio ministro Jesus, cuja demissão fora exigida pelos manifestantes, constituíram também o alvo principal dos ataques.

No período de debate, que ainda decorria à hora em que encerramos, esta edição, o Major Aventino Teixeira, secretário do «Documento Melo Antunes» e ex-administrador, por parte do MPA, de «O Século», afirmou: «Os trabalhadores nas empresas sob a égide do Estado estão virtualmente no desemprego». Referiu igualmente «as rábidas de 5.ª Divisão», que considerou co-responsável na formação de «Governos fantoches em que já ninguém acredita» — sem os próprios fantoches.

«Há jornalistas que não ajoelham», foi a explicação dada para o surgimento da Lista B.

### *Orlando de Carvalho pede a demissão do M.D.P.*

DEPOIS de Ana Maria Alves foi, agora, a vez do prof. Orlando de Carvalho pedir a demissão do MDP/CDE. No entanto, estão a ser envidados esforços no sentido de evitar a saída de Orlando de Carvalho, considerada uma perda grave para o movimento, até porque poderá arrastar outras no seu encalce. Observadores de fora e também militantes afirmam estar o MDP/CDE a passar por uma crise que pode levar à sua desagregação.

### *Varela Gomes ofereceu-se para Angola*

O CORONEL Varela Gomes da 5.ª Divisão do EMGFA, ofereceu-se, numa das últimas Assembléias do MFA, para ser mobilizado para Angola, em resposta a um apelo do Presidente Costa Gomes. Varela Gomes disse mesmo que deveria ir toda a 5.ª Divisão. Embora a 5.ª não tenha secundado a posição assumida por V. Gomes, os observadores apontam o precedente, que é no mesmo sentido, do pedido de Ramiro Correia, logo a seguir ao 25 de Abril de 74, para ser enviado como médico para a Guiné-Bissau. Estreitamente consta que o Presidente Costa Gomes já se informou sobre quando partiria para Angola o coronel Varela Gomes.

## UNITA alia-se à FNLA num panorama de guerra total

UNITA (Especial para o EXPRESSO) — Uma calma apertada esconde a tensão reinante em quase todo o território angolano. Poucas dúvidas restam sobre o eventual tom alarmante das palavras, quanto ao desencadear de acções bélicas de maior amplitude e envolvimento das forças até ao momento em que se encontra no seu plano de neutralidade. Depois do ataque executado em 2 de Agosto em Avilão de Savimbi, dias antes de se iniciar a delegação UNITA, neste momento abandonada como todas as outras delegações daquele movimento, resta ao que parece nos

meios políticos locais, qualquer possibilidade de dialogar, encontrando-se definitivamente aberto o caminho para a guerra total. Lopo do Nascimento do MPLA fez uma proclamação pública referindo-se à exigência da UNITA para que o seu primeiro ministro José N'Dele conversasse com os responsáveis pelo MPLA no sentido de definitivamente ser afirmada a posição do MPLA em relação à UNITA. Lopo do Nascimento disse em comunicado extenso que «o bureau politico do MPLA não podia esconder a sua apreensão perante o comunicado da UNITA após a

reunião dos seus órgãos superiores, em três de Agosto assumido como a comunicação ao país feita a partir do BIé pelo seu presidente, Jonas Savimbi, em que o tom utilizado pode fazer crer na existência de um conflito entre a UNITA e o MPLA.»

Mais adiante o comunicado refere a posição da UNITA em relação ao MPLA e o MPLA condena e recusa-se a aceitar qualquer tentativa de divisão de Angola em áreas de influência.

A UNITA na proclamação do seu presidente em nome da instância superior, que convocou uma reunião de emergência para

dáqui a alguns dias exortava toda a militância e simpatizantes do movimento a estar preparados para apoiar moral, humana e materialmente quaisquer acções a levar a cabo pelas tropas da UNITA. Salienta o comunicado lido pelo próprio Savimbi que a UNITA iria controlar definitivamente as suas áreas de influência. Ontem afirmava o dr. Savimbi em novo comunicado que os «provocadores da UNITA já tinham saído do distrito e aconselhava o soldado do ELNA (FNLA) e das (FALA) UNITA a manter toda a dignidade e civismo para que o povo soubesse

quem estava efectivamente do lado da razão e da justiça popular. Por seu lado o MPLA no comunicado lido por Lopo do Nascimento exortava os trabalhadores a aplicarem-se nas suas actividades num lançamento patriótico ao trabalho.

Cerca das cinco da manhã a delegação da UNITA era atacada ficando pouco depois abandonada.

As cidades de Dalatando, Malanje, Henrique de Carvalho, Novo Redondo, Carmona e Negage encontram-se praticamente abandonadas e as três primeiras foram objecto de saque quase

total. Ponte aérea e colunas terrestres procedem à evacuação dos habitantes, pretos e brancos que abandonam as diversas regiões com predominância para a comunidade branca.

Dos 15 distritos que integram Angola apenas três contam com o respectivo governador e que revela a inoperância completa do aparelho administrativo. Os cerca de 300 mil portugueses que ainda devem abandonar o país deixam um vácuo demasiadamente acentuado em vários sec-

Continuação pág. 6

## UNITA alia-se à FNLA

Continuação pág. 1

tores de actividade. A economia aproxima-se rapidamente do colapso, os consulados encerram gradualmente, as produções agrícolas estão perdidas. A violência das palavras preenche o interregno curto entre o cínico das armas. O governo tornou-se inoperante perante uma existência que é puramente teórica. Os raptos sucedem-se, as ameaças a personalidades, a jornalistas, acompanham a crise. Apelos de famílias que procuram desaparecidos tornam-se lugar comum. Nos SDR 'serviços de AGN agenda das estações emissoras. O peso da guerra avoluma-se no somatório de todas as constantes apontadas.

Principis, por outro lado, a denúncia pública de personalida-

des componentes de governo. Denúncia sobre actuação governativa ou sobre o passado. Organismos de militância acusam incompetência e desonestidade de ministros da FNLA. Apontam Samuel Abrigada, da Saúde e Mateus Neto da Agricultura. A UNITA denuncia agora Rui Monteiro, ministro da informação, acusando-o de ter pertencido a organizações fascistas, nomeadamente mocidade portuguesa, como graduado.

Entretanto, os problemas maiores do país regressam ciclicamente a segundo plano. Parados os meios de produção oferecendo negra imagem de crise. A FNLA acusa Lopo do Nascimento de ter ficado com os 10 mil contos que acompanhavam uma carta apreendida pelo MPLA e lida em conferência de imprensa pelo primeiro ministro. Quem encon-

trou a carta encontrou o diábrico, diz o ministro da saúde.

Confirma-se a presença de Santos e Castro e outros prestigiosos nomes de antigos oficiais portugueses como conselheiros da FNLA. Cava-se cada vez maior o fosso entre os nacionalistas e o panorama indica guerra total e sua próxima internacionalização. A fome impera em diversas regiões, transformando-se já em perigo grave, que terá as consequências que a experiência pressupõe.

O ministro Samuel Abrigada partiu de avião para o norte do país, dizendo apenas que voltaria dentro de dias. Pensa-se que se tenha dirigido para o Uíge onde actualmente se encontra Holden Roberto.

A delegação da UNITA, abandonada, está neste momento cercada por tropas portuguesas.

# “Governo de passagem” tomou posse em Belém

AO FIM DE 28 DIAS de paralisação do executivo, tomaram ontem posse os novos ministros do V Governo Provisório, ao qual prende, como nos três anteriores, o general Vasco Gonçalves.

Depois da recusa de Otelo Saraiva de Carvalho em aceitar o cargo de vice-primeiro ministro (que o colocaria claramente em n.º 3 do Directório), insistiu-se ainda, durante algum tempo, no esquema de quatro vice-primeiros ministros. perante a não aceitação de alguns dos convidados (como, por exemplo, o major Barroca, que foi ministro da Administração Interna do Governo de Transição de Cabo Verde, ou por outras razões, acabou por se fixar em dois o número de vice-primeiros-ministros: Teixeira Ribeiro, de 67 anos, professor da Universidade de Coimbra, e Arnão Metelo, que era ministro da Administração Interna no IV G. P.

O mesmo tipo de dificuldades (ou de conveniências) deve ter prendido ao arranjo do restante elenco governamental. Sabe-se, com efeito, que houve recusas de personalidades civis (por exemplo: Magalhães Cruz para os Negócios Estrangeiros) e militares (por exemplo: Veloso e Azevedo oficiais ligados à descolonização de S. Tomé) convidados ou «solicitados»; que o nome do novo ministro da Administração Interna, major Alfredo Moura, só foi conhecido à última hora; que há pastas ainda por preencher (como a dos Transportes e Comunicações (desempenhadas interinamente pelo ministro do Equipamento Social e Ambiente, eng. Henrique Oliveira e Sá, que trabalhava, até agora, no Gabinete do primeiro-ministro); e que ainda não existem secretários de Estado nomeados, excepto o da Descolonização, dr. Jorge da Cunha Ferro Ribeiro (que foi membro do Governo de Soares de Melo em Moçambique, logo a seguir ao 25 de Abril), embora se fale de nomes, como o de Cardoso da Silva para o Comércio Externo.

Quanto aos outros empossados, o início de filiação partidária clara é o prof. Peres de Moura (MDP/ICDE) que passa a sobregar os Assuntos Sociais.

Como se sabe, os restantes novos ministros são: Mário Ruivo (Negócios Estrangeiros), que, quando secretário de Estado das Pescas, teve diversos contactos com o ex-líder com o exterior; Macaísta Malheiros (Comércio Interno), até agora, director-geral da Fiscalização Económica; Domingos Lopes (Comércio Externo), ex-administrador do Celtejo; e Quileno de Brito (Indústria e Tecnologia), capitão-tenente engenheiro maquinista naval.

Do elenco anterior, permanecem, portanto, além de Vasco Gonçalves e Pereira de Moura, Mário Murtelira (Planeamento e Coordenação Económica), J. J. Fragaço (Finanças), Oliveira Batista (Agricultura e Pescas), Costa Martins (Trabalho), Silvano Ribeiro (Defesa), José Emilio da Silva (Educação) e Correia Jesuino (Comunicação Social).

## Reestruturação do Executivo

Como o Presidente da República afirmou no discurso de posse, ontem em Belém, «A solução que hoje vos apeteço é uma medida transitória, um governo de passagem que espero seja a pusa política para, em clima de ordem, disciplina e trabalho, se poder construir algo de mais definitivo.» Pensa-se que estas palavras significam que o V GP apenas estará no poder, enquanto, no período de um a dois meses, o Directório proceder à «reestruturação do executivo».

No referido discurso, o general Costa Gomes, depois de afirmar que: «No momento actual estamos mais pobres, mais radicalizados e menos tolerantes»; e que «demos passos que nos afastaram da liberdade e da construção do socialismo que o povo deseja e merece», acentuou: «Foi uma ex-

periência dolorosa cujo único saldo positivo será apender uma lição colectiva de maturidade política; os indivíduos e as forças políticas necessitam meditar nesta experiência que, pela negativa, demonstrou que o respeito mútuo é a essência da liberdade e que a tolerância é o cerne de uma vivência social pacífica. Torno-me merididamente claro que quando homens e partidos substituírem a luta política e ideológica, legítima pela ambição do poder intoxicam a sociedade com o vírus da violência e da convulsão.»

## Há muito que repensar

Depois de louvar os empossados («homens que tiveram a coerência e a dedicação de servir o país, no período difícil que vivemos»), o Presidente da República declarou: «Há muito que repensar. Os sistemas políticos que oprimem os povos, respeitando a sua vontade e interesses.

Nos como representantes do MFA, não temos vocação, nem condições, para realizar a ope-

ção, queremos e teremos de servir o povo (...).

O nosso povo afirmou desejar o socialismo, mas tem uma alma, uma vontade e uma intuição que condiciona o ritmo da revolução socialista.

Um homem, um partido, um MFA, um directório, são autenticamente revolucionários quando, respeitando a vontade e o ritmo do povo que servem, contribuem consciente e firmemente para a evolução positiva no sentido do socialismo.

Construir um plano de transição, uma linha de curso, não é tarefa de poucos, nem tarefa de poucas horas (...).

Este V Governo não tem uma tarefa espectacular mas sim a marca generosa do sacrifício de quem quer um socialismo ao serviço do povo (...).

As grandes linhas haverão de ser reservadas a órgãos da maior continuidade e envolverão a colaboração de outras forças, incluindo os partidos interessados.

Continua pág. 16

# Homogeneidade política no 5.º G. P.

Continuação pág. 1

É evidente que o novo governo haverá de considerar os textos que hoje são constituição e o «plano de acção política», último documento com força legítima. Ninguém pode esquecer que o povo exige e está bem definido que a nossa via para o socialismo será pluralista, com respeito pelas forças políticas partidárias, interessadas ou da oposição.

A crise económica terá de ser vista em dois planos, no primeiro dos quais as medidas de urgência e de austeridade competem ao presente elenco.

As relações económicas externas e a política internacional que entendendo vivel afirmo-as publicamente há pouco tempo.

Haveremos de resolver a crise de autoridade e restabelecer um clima de confiança na poupança, e em certos tipos de investimento privado.

No plano psicossociológico há muita gente a transformar e a utilizar nesta revolução, pessoas que a conjuntura e o verbalismo pseudo-evolucionário tem marginalizado (...).

A comunicação social com a agências e tendo existido é um fenómeno da maior idoneidade onde é essencial o equilíbrio, a boa-vontade e o «criticismo».

## Três esperanças

É a concluir:

«Termino, em nome do MPA e do Directório com três esperanças:

A primeira dedica-o ao povo a que pertença que que sejam evitadas situações de confrontações, violência, nervosismo e tensões emocionais. Ninguém é dono da revolução, ninguém é detentor da verdade absoluta; sejamos firmes mas suaves, combativos mas tolerantes nas lutas políticas que trarão o rumo da revolução socialista portuguesa.

A segunda depósito-a nas Forças Armadas cuja coesão e patriotismo e apertadismo são essenciais ao processo em curso.

Sem prioridades, citarei em últi-

timo a esperança nos partidos políticos.

«Estamos com eles, aliados ou da oposição, desde que significativos, para a colaboração e responsabilidade no desenvolvimento do processo em curso, no qual o povo terá de ser o princípio imaneente e o fim último.»

## Combate aos fenómenos do neo-fascismo

Do discurso do general Vasco Gonçalves, salientamos as seguintes partes:

«Neste momento, e aproveitando uma conjuntura particularmente complicada no desenvolvimento do nosso processo revolucionário, em que as dificuldades económicas resultantes do desmantelamento do sistema económico velho, da crise do capitalismo internacional, dos erros por nós cometidos se entrelaçam com a grave situação de Angola, com o aumento das pressões internacionais sobre o nosso País e com a incapacidade das forças a quem a Revolução objectivamente serve para encontrarem um caminho firme de avanço neste processo de transição para o socialismo, as forças reacçãoárias, as forças que não pretendem a construção do socialismo em Portugal, desencadearam uma forte ofensiva que tem deparado com aliados onde devia ter inimigos jurados.

Na tentativa de superação da crise económica que o País atravessa, impetará este Governo todo o seu esforço, sendo a linha dominante dirigida à execução de medidas imediatas e pontuais (...)

Temos também consciência que o mundo rural, tradicionalmente sacrificado, pouco ou nada beneficiou no aspecto económico, com a libertação política iniciada em 25 de Abril de 1974, alargando-se mesmo as diferenças de nível de vida relativamente às populações urbanas.

Por isso o nosso esforço irá incidir, prioritariamente, no sector agrícola (...)

Outras tarefas que se colocará a

este Governo, em colaboração estreita com as Forças Armadas e com o povo português, será a do combate sereno mas firme as forças reacçãoárias. No combate aos fenómenos de socialismo que ultimamente se têm multiplicado no nosso País, serão usadas severidade na repressão e determinação na tomada de medidas que sejam irreversíveis a construção do socialismo em Portugal, única forma de afastar para sempre o perigo do renascimento da opressão fascista (...)

A todos os portugueses e forças políticas patriotas e progressistas, ao povo português, faço um apelo à reconciliação, à unidade em volta das Forças Armadas — garantes do processo revolucionário e da democracia —, à construção de uma frente que englobando todos os portugueses que têm por objectivo a edificação do socialismo em Portugal torne irreversível o processo revolucionário iniciado a 25 de Abril.»

## Redução de preços

Sobre o que será a acção do nosso Governo, as limitações que lhe apontou o Presidente da República falam claro. Pela sua aparente colocação política, o V-GP funcionará, em princípio, com homogeneidade. O separado Plano a 3 anos de Mário Murtinho parece ficar mais uma vez na gaveta. Entretanto, é de presumir que as medidas de austeridade sejam finalmente divulgadas. Além disso, dentro do esforço a iniciar, prioritariamente, no sector agrícola, anunciado pelo primeiro ministro, fala-se de uma redução acentuada do preço dos adubos e da criação de condições favoráveis na compra do vinho, do milho e da batata. Também se encarrará a possibilidade de redução do preço do bacalhau. Estas últimas medidas implicariam a concessão de subsídios, num esquema do tipo do Fundo de Abastecimento, que, em discurso proferido em Outubro de 1974, o primeiro ministro duramente criticou.

# Amplo apoio ao Documento dos 9

O DOCUMENTO dos 9 (ver pag. 17) entregue por Vasco Lourenço, do grande motor no arranque da actual fase de consciencialização que o grupo de 9 oficiais empreendedores à Costa Gomes e a Diogo Saraiva de Carvalho na passada quinta-feira, começou a circular logo no próprio dia pelas unidades militares, com vista à recolha de assinaturas de adesão (pedia-se que quem desejasse assinar o tivesse no prazo de 2 a 4 dias).

O teor do texto revela a sua intenção primordial: o alertar da população militar a quem ele parece essencialmente dirigir-se.

É de crer que ele anuncia, no entanto, levemente de acordo com a extensão das adesões que venha a despertar um posterior desenvolvimento programático que implica mas não contém.

Além dos primeiros nomes conhecidos, soube-se durante o dia de ontem que o documento foi discutido em várias unidades militares, com autorização dos respectivos superiores (por exemplo o Chefe de Estado Maior da Armada, almirante Pinheiro de Azevedo, autorizou a sua circulação naquele ramo das Forças Armadas).

No entanto, verificaram-se tentativas de dificultar a difusão do documento, com ameaças de prisão a quem o venha a fazer, discutir ou assinar. Tais métodos não têm, no entanto, obtido êxito em diversas unidades (como por exemplo a escola de Vila Franca). Terão mesmo surgido sugestões no sentido do saneamento da Armada de Vitor Crespo, o que poderia provocar reacções violentas por parte do Exército e Forças Armadas.

Por seu lado, o gen. Moraes e Silva Chefe do Estado Maior da Força Aérea, proibiu a circulação do documento pelas unidades.

Sabe-se que, no Norte e Centro do País, a adesão militar ao documento foi, desde logo, muito larga. Assim, em Pinar, a Região Militar do Centro votou a adesão ao documento.

Na Direcção da Arma de Transmissões a votação foi de 29 votos a favor e 1 abstenção em 30 votantes.

O documento parece ter seguido alarido "para as unidades" da Região Militar do Sul (Alentejo e Algarve) pelo que não puderam tomar posição até ao momento.

Uma prospeção ontem efectuada por nós em várias unidades do país, colheu respostas "prudentes" no entanto indicativas.

Os oficiais de dia com quem, por norma, entramos em contacto apenas se pronunciam a "situação particular", talvez recendo de tomadas de posição susceptíveis de provocar mal entendidos nas respectivas unidades.

Não foi esse, porém, o caso do Regimento de Comandos da Amadora, donde nos informaram terem-se realizado três plênários, respectivamente de oficiais, sargentos e praças, a fim de se analisar o "documento" em causa, tendo a decisão final do Regimento sido adiada, provavelmente para a próxima segunda-feira, dia em que decorrerá um plênario colectivo do qual sairá, por certo, decisões.

Da Escola Prática de Cavalaria, de Santarém, em que o seu 2.º Comandante, cap. Salgueiro Maia, é um dos aderentes do documento, mau grado sabermos que decorreram ali reuniões de estudo, somente pudemos adiantar que será a Assembleia da Unidade a pronunciar-se em definitivo.

No Centro de Instrução do Quadro de Complementos (KI 5) das Caldas da Rainha, porém, o indevidamente chamado documento Melo Antunes ainda não havia sido detectado ontem ao cair da tarde, tendo-nos sido garantido que só se sabia aquilo que os jornais noticiaram, embora não fosse de excluir a possibilidade de em breve ele chegar aquela unidade.

Em Faro, no Regimento de Infantaria, bem como no Batalhão de Reconhecimento da Trafalga, desconheciam-se oficialmente, a existência de tal documento, atribuível ao atraso no envio já referido enquanto que, no Batalhão de Caçadores 3, em via de extinção, ele havia sido alçado tendo sido colhidas várias assinaturas.

Na Pombinha, onde se aquartela o Regimento de Engenharia 1, de conotações políticas afins ao "poder popular" o documento Melo Antunes, segundo nos foi informado, apenas esteve alçado ao cerca de um minuto, tendo de imediato sido recolhido por se chocar com o espírito da unidade. Da Pombinha afirmou o oficial de serviço ao EXPRESSO que o RE 1 aplica na prática re-

volucionária as suas teses e elas associam-se directamente ao projecto do poder popular formulado pela Assembleia do MFA:

## Mais adesões

Notícias chegadas ao fim do dia de ontem indicavam que, na Direcção do Serviço de Pessoal da Marinha, houve um plênario em que se registaram 100% de adesões ao "documento". Percentagens de 70% e 90% verificaram-se, respectivamente, na EPI de Maia e no CIAC de Cascais. No RIOO, para além da aprovação na generalidade, foi também aprovada uma moção no sentido de não serem admitidas quaisquer medidas administrativas e disciplinares contra os signatários.

A Região Militar do Norte, no seguimento de moções recentemente aprovadas e divulgadas, apoiou em bloco o documento.

Em contacto com o tenente-coronel Ferreira da Cunha, chefe de gabinete do Presidente da República, não nos negou esta informação, que tínhamos, segundo a qual todos os oficiais presentes em Lisboa — que trabalham no gabinete do general Costa Gomes — teriam assinado o documento.

As assinaturas individuais que continuam a chegar são, na sua maioria de oficiais.

## Conversa e desmentido

Entretanto, ontem, às 16 horas, o Presidente Francisco da Costa Gomes recebeu os capitães Vasco Lourenço e Castro e Castro, que pretendiam publicar, ao abrigo da Lei de Imprensa, um desmentido no "Diário de Notícias", sobre a forma como este jornal noticiou o documento e a sua divulgação. Como esse que foi longe e muito cordial — foi enviada ao Diário de Notícias uma carta que a seguir publicamos:

ACABRIBO da Lei de Imprensa e para repor a verdade dos factos, deve esse jornal publicar com igual destaque, as seguintes rectificações. A notícia da 1.ª



página do número de 8 de Agosto de 1975, sob o título "O Directório condena severamente o divulsão do Documento Melo Antunes:

1.ª Sua Excelência o Presidente da República não teve como reacção — primeira ou última — o repúdio pelo documento entregue. Sua Excelência afirmou concordar com a quase totalidade do seu conteúdo, criticando apenas a inoportunidade da sua divulgação.

2.ª O documento citado não é "do ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros", mas do grupo de oficiais que o subscrive.

3.ª O documento só foi posto a circular em "todas as unidades militares" após entrega à Sua Excelência o Presidente da República.

4.ª Informa-se que esta rectificação obteve a concordância de Sua Excelência o Presidente da República.

Lisboa, 8 de Agosto de 1975  
Em nome dos signatários do documento

Vasco Lourenço  
Cap. Inf.

### Demissões

Na manhã de ontem, Vítor Alves e Costa Brás pediram a demissão dos seus cargos de embaixador no M. N. E., anda ao ministro Melo Antunes, que os exonerou.

### Nomes e cargos

Além dos nomes dos 4 Conselheiros da Revolução que subscreveram o documento idos quais Charas e Fexaras Correia são Comandantes de Regatos Militares) foram logo divulgados outros aderentes:

- Coronel Amadeu Garcia dos Santos que foi Secretário de Estado das Obras Públicas no IV Governo Provisório, e um dos mais conhecidos oficiais da Arma de Transmissões, e montou o sistema de transmissões do 25 de Abril;
- Major Aventino Teixeira, membro da Assembleia do MFA e ex-Presidente do Conselho de Administração da SNI, proprietária do jornal "O Século";
- Major Loureiro dos Santos, secretário permanente do Conselho da Revolução;

- Ten. Coronel Costa Brás, ex-ministro da Administração Interna e embaixador;
- Ten. coronel Adérito Figueira, 2.º Comandante da Guarda Fiscal;
- Capitão Tomás Rosa do Ministério do Trabalho;
- Com. Mário de Aguiar, do Gabinete da Área de Saúde;
- Capitão Lopes Camilo, dos iniciadores do 25 de Abril e que depois foi para Moçambique;
- Major Rebelo Gonçalves, que prendeu o então chefe de Estado-Maior do Exército, no 25 de Abril; é da EPI de Matriz;
- Major Godálma, do núcleo do MFA na Guiné em 25 de Abril;
- Cap. Parente da Força Aérea;
- Brig. Rocha Vieira, director da Arma de Engenharia;
- Capitão Salgueiro Maia, um dos operacionais do 25 de Abril; membro da Assembleia do MFA;
- Ten. coronel Castro Alves (presidente demissionário da Comissão Intermilitar do Saneamento e Reclassificação — ver notícia nesta página);
- Ten. coronel Ramalho Eanes (ex-Presidente da RTP); e

— Ten. coronel Fisher Lopes Pires (ex-membro eleito do Conselho da Revolução).

### Otelo não esteve no Directório

Alguns membros do CR, embora não tenham assinado o documento, manifestaram, de um modo ou de outro, o seu suporte. Assim, o general Pinho Soares, director da Academia Militar, entendeu, já há tempos, que deveria tomar uma posição individual, ao que parece, semelhante à defendida pelos seus nove colegas. Também o tenente Marques Junior, cujo nome lórá dado como certo entre os signatários, resolveu não assinar, por uma questão de forma e não de conteúdo. Tal atitude estava eventualmente ligada à não definição do general Saraiva de Carvalho, que até ao momento não tomou qualquer reacção relativamente ao documento subscrito, no entanto,

Continua pag. 16

## Dificuldades à circulação do Documento

Continuação pag. 1  
de fontes fidedignas que o Comunicado emanado do Directório foi elaborado em reunião que não contou com a presença de Otelo Saraiva de Carvalho. É de admitir que este venha a tomar posição face ao mesmo muito em breve.

### VASCO LOURENÇO CONTRA JESUINO

Entretanto, as declarações do ministro Jesuino ao "Século" de ontem, segundo as quais poderia

haver três tipos de reacções face ao documento ignorá-lo, mobilizar as massas populares ou recorrer às forças militares) motivaram uma reacção de Vasco Lourenço perante jornalistas do mesmo matutino que, à saída da cerimónia da posse, o interrogavam. Disse-lhes este membro do CR que não eram de admitir tais declarações que só accusavam a incoerência e a incompetência de ministro Jesuino para ocupar o seu cargo. Acrescentou que elas constituíam, além de tudo, uma provocação.

## Semana Nacional

### Um milhão e 600 mil contos «voam» para o estrangeiro

ASCENDE a um milhão e 600 mil contos o montante da venda de notas do Banco de Portugal transaccionadas no estrangeiro, denuncia o nosso banco emissor num comunicado de certo modo alarmista e no qual se promulga a instituição de medidas tendentes a travar a fuga maciça de dinheiro.

O dinheiro assimilado «desapareceu» do país, ilegalmente, no decorrer do primeiro semestre do ano corrente, tendo sido recuperado através de uma mais do que inútil e pesada contrapartida: «a entrada de moeda que deveria ter sido aplicada na compra de bens e serviços necessários para a economia portuguesa, tal como acentua o comunicado.

Nas medidas severas ora tomadas pelo Banco de Portugal acentua-se a indispensabilidade de o banco estrangeiro acentuar da nossa moeda indicar o nome do vendedor, número do passaporte e importância vendida.

### Construção civil: o desemprego aumenta

SEGUNDO dados recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística o desemprego continua a acentuar-se no sector da construção civil.

Assim, e em termos evolutivos, assistiu-se, entre Junho e Dezembro de 1974, a uma diminuição de cerca de 2600 operários naquele sector; de Outubro de 1974 a Março de 1975 o decréscimo do pessoal operário foi de 2234, prevendo-se — sempre segundo o INE — que até Outubro próximo saiam mais 1136 operários.

Assimila-se, igualmente, o nível extremamente baixo da actividade produtiva actual, o que origina que aproximadamente 91 por cento das empresas disponha de capacidade disponível.

Adiantando mais uns quantos dados elucidativos do momento de crise por que passa o sector, o INE prevê «que se agrava fortemente nos próximos seis meses a tendência essencialmente negativa que se observa na construção civil em postos de empregos.

### Emídio Guerreiro diz... Secretaria de Estado desdiz...

REGRESSADO de Paris, o secretário-geral do PPD, prof. Emídio Guerreiro, prestou aos órgãos de Informação algumas declarações acentuando que se tivermos um Governo competente, todos os problemas se resolvem, incluindo o da crise de autoridade, que é, neste momento, o «maior» para, mais adiante, afirmar que «se esse Governo for competente, a primeira coisa que deve fazer, o primeiro problema que deve atacar, é naturalmente a crise económica, que em Portugal está a caminhar para um estado que pode levar o país à miséria».

«Dentro de pouco tempo — sublinhou Emídio Guerreiro — não teremos divisas para importar a alimentação que nós desejamos e não estranho nada que, dentro de três ou quatro meses, se tenha de fazer bicha para comprar o arroz, o açúcar, etc., e isso é absolutamente lamentável. E depois teremos necessidade de quê? De ir morrer no ouro, além da depreciação da moeda e consequentemente a miséria, com a desvalorização do escudo e talvez até com a sua impraticabilidade».

O parágrafo referente às declarações do líder do PPD no que concerne às presumíveis dificuldades futuras no abastecimento de géneros alimentícios ao país mereceu da parte da Secretaria de Estado de Abastecimento e Preços um desmentido, considerando essas declarações como «sensceptíveis de causar alarme e perturbação na opinião pública e são como tal contra-revolucionárias», pois, garante por fim a nota da SEAP, «com efeito, o abastecimento ao País de bens alimentares essenciais está neste momento assegurado até ao final do corrente ano, designadamente, o daqueles bens que foram referidos por Emídio Guerreiro, isto é, o açúcar e o cacahaus».

Portanto a nota dissonante parece residir no pormenor: Guerreiro diz que (...) dentro de três ou quatro meses... Etc. A Secretaria de Estado, por seu turno, afirma (...) que até ao fim do ano... Etc.

Apenas uma pergunta à SEAP: para o fim do ano faltam muito mais que quatro meses?!

## Alastram os assaltos a sedes de Partidos

NO DECORRER da semana que hoje finda e à semelhança do que vem acontecendo desde os incidentes de Rio Maior e Batalha, foram destruídos em várias zonas do país, com especial incidência no Médio, diversos centros de trabalho do PCP, MDP/CDE e FEC/ML, num grassar de violência que obrigou o COPCON a destacar para o Norte duas companhias de fuzileiros especiais e de tropas do RALIS, no intuito de sustar os acontecimentos mesmo à custa do emprego da força.

O talha desta campanha de violência já se cifra, desde que os conflitos estalaram há menos de um mês, em pelo menos quatro mortos e algumas dezenas de feridos, alguns com gravidade.

As vítimas foram provocadas ou por disparos das forças militares ou por fogo de armas empunhadas por militantes do PCP, quando defendiam as sedes assaltadas, as mais das vezes por centenas e mesmo milhares de pessoas, como sucedeu em Farnalício, Cantanhede, Fafe, Sarro Tiro, Póvoa de Lanhoso, Vieira, Taipas, etc.; e, ainda, mais ao Sul, no Bornbarral, onde, para além da destruição das sedes do PCP e do MES, foi igualmente destruída de funções a comissão administrativa da Câmara, cujos elementos são de linha ideológica próxima ou afectá àquele partido.

Para além deste quadro negro, que pode ter as mais diversas origens mas inelutavelmente é sancionado por milhares de trabalhadores descontentes — verdade que ninguém poderá ignorar — registaram-se igualmente ao longo da semana destruições de quatro escritórios de elementos do MDP ou do PCP e um estabelecimento comercial propriedade de um elemento ligado a este último partido foi saqueado em Vila da Feia.

Entretanto o COPCON levou a cabo mais umas quantas proezas, nomeadamente em Aveiro, e a DORN do PCP, em comunicado divulgado pelos órgãos de Comunicação Social, acusa publicamente cerca de dezena e meia de indivíduos que considera entre os responsáveis pelos acontecimentos.

## Ex-LP, FAC e PIDE morre em sabotagem

NOs MEADOS desta semana, cerca das três horas da madrugada, frente à Direcção-Geral dos Recursos Florestais, em Lisboa, deflagrou junto ao passeio uma bomba que para além de provocar a morte de uma pessoa estranha a aqueles serviços e ao que parece autora do atentado, originou prejuízos materiais que se traduziram pela inutilização quase completa dos vidros da parte da frente do edifício onde se encontra instalada aquela Direcção-Geral.

Segundo os órgãos da Informação o autor da sabotagem teria sido o presumível portador do engenho que morreu no hospital. Era especialista no fabrico e despoletamento de bombas, actividades que lhe eram familiares como elemento da Legião Portuguesa e da FAC (Frente Anti-Comunista), organizações às quais pertencera. O bombista fora saneado da Empresa Geral de Fomento (ex-pertença do grupo CUF) por ser informador da PIDE. Ainda segundo as autoridades o saboteador, nos últimos tempos, deslocou-se várias vezes a Espanha onde se encontrou com o capitalista Jorge de Melo, seu ex-patrão.

## Ex-médico do Tarrafal

SOB o título "Libertação do médico do Tarrafal, publicámos no último número e nesta mesma secção a notícia da libertação do "médico Esmeraldo Pratas... encarregado pelo regime fascista de passar certidões de óbito no campo de morte do Tarrafal...". atribuindo-a a decisão judicial tomada pelo juiz Henriques de

... Este é o ex-médico do Tarrafal foi libertado por parte de Sr. Comba Dão, não tendo sido, nem podendo ter sido, sancionado juiz, qualquer acção relativamente ao facto.

Este magistrado esteve sim ligado à libertação sob caução de elementos da família Espírito Santo, tendo o redactor responsável pela notícia confundido dois factos diferentes, cuja conexão só poderá hilar-se no descontentamento manifestado por vários sectores da opinião pública sobre as duas libertações.

Aos nossos leitores e ao dr. Henriques de Matos aqui estaramos a devida rectificação e as nossas desculpas.

# O mais provisório dos Governos Provisórios e a contestação aberta a Vasco Gonçalves

VAI ENTRAR em funções o V Governo Provisório, nascido de um parto laborioso e difícil, depois da recusa de várias individualidades e correntes políticas nele participarem, o que justifica que tenha demorado a nascer quase um mês. Exactamente 28 dias. Na nossa leitura política, será o mais provisório dos provisórios, pois se afirma, inclusivamente, que apenas durará mês e meio, até à «reestruturação do Executivo», expressão esta para nós, por enquanto, de conteúdo inteligível. Também corre entre os militantes do PCP que o partido de Cunhal considera este mês e meio como decisivo.

Como já não bastassem as contradições resultantes da situação portuguesa, objectivamente considerada, surge, agora, o «documento Melo Antunes» que na página 17 publicamos na íntegra, documento da autoria de oficiais revolucionários (políticos e operacionais), dos da primeira linha do 25 de Abril. De Vasco Lourenço, porta-voz do Conselho da Revolução, com posições bem definidas e claras, do major Carri e Castro, seu camarada no Conselho da Revolução, do comandante Vitor Crespo que bastaria a sua passagem por Moçambique, como Alto Comissário, em estreita cooperação com a Frelimo, para não ficarem dúbidas sobre o seu êxito revolucionário, do major Costa Neves, do major Melo Antunes, o homem número um na descolonização de Moçambique juntamente com Vitor Crespo, aquele que, da parte portuguesa, contribuiu decisivamente para que a descolonização daquele território se realizasse por uma linha política que conduziu o país à paz, justiça e desenvolvimento, sob a égide e orientação do Frelimo sendo um dos principais redactores do Programa do 25 de Abril, o homem que teve de resistir, de frente, a Spínola, nas suas manobras neo-colonialistas, o homem das ligações com o Terceiro-Mundo, nas vésperas de conseguir relações diplomáticas com a China, o homem que mais garantias vem dando entre os militares de seguir uma linha de independência nacional para o nosso país; do major Vitor Alves, da primeira fila do 25 de Abril e finalmente os brigadeiros Franco Charralá, Comandante da Região Militar de Coimbra e Pezart Correia, comandante da região Militar de Évora, com sobejas provas dadas, de homem revolucionário, na sua passagem recente por Angola e, finalmente, o capitão Sousa e Castro, colega dos restantes no Conselho e nas andanças revolucionárias.

O documento corre pelos quartéis para a recolha de assinaturas.

Acrece o mal-estar entre os militares de Norte a Sul do País que se revela cada vez com mais evidência, bem como os levantamentos populares que, embora de cariz reaccionário, estão longe de ser encorajados nas suas causas profundas e motivações próximas.

Um governo provisório numa situação que se deteriora, albergando (o governo) no seu interior, os germes em grande parte incapazes de obstar a tal deterioração, pois o domínio que sobre ele é exercido e as forças que o mantêm são as mesmas que se revelaram incapazes de obstar à degradação da situação nacional.

Tenha paciência o leitor e siga o que lhe vamos contar: factos e circunstâncias. E pense que há forças que lhe querem esconder o que se passa no país (veja o célebre documento jussino e repare no que se verifica na generalidade da nossa imprensa, rádio e televisão, televisão este que, como denunciava o «Diário Popular», ainda há dias, cortou declarações do Alto Comissário de Angola, brigadeiro Silva Cardoso — apenas um sintoma do que por lá vai. Televisão que se insurgiu violentamente e aíso, estamos com ela, quando da célebre transmissão de uma cegada na Feira da Primavera, interrompida por ordem do general Spínola e agora aceita pacificamente todas as mordagens, certamente são ao serviço do povo português e muito menos das massas trabalhadoras nas costas de quem se pretendem tomar decisões de importância vital. Porque se o povo é o motor da revolução, esse povo tem de saber o que se passa e para onde o pretendem levar).

### Vasco Gonçalves Otelo e Cunhal

SO A PERSONALIDADE DO primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves, forte das correntes que o apoiam, especialmente o Partido Comunista Português, qualidade de apoio sublinhada ainda recentemente pelo comissário do Copcon quando da sua estada em Cuba, conseguiu dar corpo a um projecto de executivo em discordância com a maioria das forças políticas nacionais. A posição do próprio Otelo Saraiva de Carvalho, de marcada tendência populista, não é clara no sustento que concede ao novo elenco. Homem forte no sector operacional, mirado sempre de sosieiro pelo P. C. P., devido às concepções revolucionárias de base em contraste com o cupulismo cunhalista, vem, há tempos a esta parte, a ser nomeado pela Rua António Sérgio que, contudo, nele não deposita inteira confiança.

### Tempo de duração

Quanto tempo vai durar este governo sabido como é que costa apenas com os apoios do P. C. P. e satélites, bem como com os apoios de complacência tolerância de alguns dos tais apoios, e também em virtude da posição de Otelo Saraiva de Carvalho?

É difícil e, ao mesmo tempo flexível, entra aqui no campo da futurologia política. Vozes de dentro há que afirmam ser possível e sobretudo provável um reajustamento lá para Setembro, depois de "reestruturado o executivo", dizem outros, de dentro e de fora, de Vasco Gonçalves ser incapaz de arrancar o país do estado precatório em que se encontra, incapacidade essa de que já deu sobejas provas nos governos anteriores da sua presidência. Esta parece, no entanto, ter sido a última chance concedida pelas Forças Armadas a Vasco Gonçalves, já que, agora, não pode o Primeiro-Ministro justificar-se de falta de homogeneidade no elenco governativo. Os componentes da corrente que convivia em condições básicas para serem regidos pelo maestro. Será o maestro capaz disso no empenhamento que, cada vez mais se vem acentuando, de vida política nacional, removendo os escolhos que se lhe forem deparando pelo caminho, o primeiro dos quais começa já a ser o escasso representativismo, em termos pluralistas, pluralismo esse tão do agrado do Presidente da República, como demonstram, com insistência, as suas recentes intervenções?

Como concessão de chance deve ser interpretado o mandato teórico concedido a Vasco Gonçalves na última reunião dos comandantes da Regiã Militar de Lisboa que a ANI divulgou como tendo-se passado em atmosfera de confiança inabalável e consolidação da revolução por parte dos oficiais presentes. Só uma deturpação manifesta do que aconteceu em tal reunião nos pode levar a semelhante conclusão, como veremos mais adiante.

Aconteceu no Chile que o bom e o romântico do Alentejo desinha o governo, mas não o poder. Embora reconheçamos que as situações são muito diferentes, apresentamos, contudo, alguns pontos de contacto. O facto de não deter o poder levou-o à queda, em proveito da extrema-direita que todos nós

outorgando-lha apenas no quadro do não-poder-de-outra-maneira. A vice-presidência do Conselho de ministros de que tanto se falou, em parceria com o prof. Teófilo Ribeiro subalterizaria a sua posição relativamente a Vasco Gonçalves, o homem forte em que joga o P. C. P. Tentou, nestes últimos tempos, o Partido de Cunhal desconvolver uma sócia de entendimento entre grupos de esquerda, chegando mesmo a propor alianças ao Partido Revolucionário do Proletariado-Brigadas Revolucionárias e à UDP, sem falar ao MGS, MDP e FSP, já com ele casados, embora com uma ou outra tração pelo meio, se exceptuarmos o MDP que sempre se tem revelado de uma fidelidade a toda a prova. Usando uma linguagem cara ao MRPP poderíamos dizer que os revolucionários tentam aliar-se aos neo-revisionistas, já que chegaram à conclusão que a sua tática e também estratégia está a controlar para um

conhecemos até por experiência própria. Sob a sua regência burguesa (importa acentuar o termo) com incapacidade radical para trazer os trabalhadores ao acordo - das ideias, o Chile conheceu o descalabro económico habilmente - manobrado - pelas forças contra-revolucionárias fundos pebes do quadro político. As Forças Armadas, por natureza amantes da ordem em termos de 1, 2, esquerda, direita, acabaram de fazer o que por lá se vê agora.

Vasco Gonçalves lançou-se mais uma vez ao mar num caminho cheio de escolhos, o maior dos quais é a falta de apoio popular. Conhecerá ele o mar e conhecerá ele os escolhos para os vencer, ou assistiremos aos seus lamentos, daí a breves tempos, quando se sobeja os obstáculos que foi incapaz de superar através da linha política que o caracteriza? Deterá Vasco Gonçalves o poder ou apenas o governo? Dos apoios das classes trabalhadoras e da pequena e média burguesias não falamos mais tarde. Importa, para já, passar em rápido exame os apoios de que, porventura, goza Vasco Gonçalves, no seio das Forças Armadas, sem nos determos, no Caso Jaime Neves, em que oficialmente foi reconhecido ter havido manobras de um determinado partido para correr com o comandante da Unidade que não favorecia a tática política desse partido. Aquilo que chegou ao público sob a capa "manobras de um determinado partido", não passa de eufemismo que esconde o Partido Comunista Português. Os

enfraquecimento interno do Partido, com desercão em largas camadas de trabalhadores. Dizia-nos, há dias, um observador político (citamos de memória, e simpatizante com o P.C.P., que já hoje é frequente ouvir da parte de militantes preocupados críticos ao comité central, o que aqui, há cinco meses, era quase impensável). Críticas para um estranho à organização e críticas como estas: "Isso não se vêhos do comité central, incapazes de perceber o povo português". Acusações de romantismo revolucionário ao dr. Álvaro de Sá não frequentes, também, no seio da organização, romantismo que o leva, segundo métodos militares a conduzir o partido com uma tática golutista rumo à conquista total do poder, o que só lhe vem grangeando impopularidade à esquerda por desperdiçar a implantação do ideário e demonstrar um desconhecimento grande do povo português.

acontecimentos recentes dizem-nos, com clareza meridiana, que o primeiro-ministro já não é personalidade capaz de congregar a união das Forças Armadas em seu torno, sobretudo pela questão da nível nacional, de estar ligado ao P. C. P. ou pelo menos de fazer o seu jogo total. Se não vejamos:

Dos "Concursos gerais expressos no decreto da Regiã Militar de Delegados da Arma de Infantaria de Unidades e Estabelecimentos Militares do País, realizado em Lisboa em 22/7/75", transcrevemos as conclusões seguintes a Vasco Gonçalves: "Diz com efeito: "O general Vasco Gonçalves está convencido que continua a ter o apoio do povo e misto está o seu Estado como o estava o Marcelo Caetano; as conclusões do Revolucionário dividido quanto à figura do general Vasco Gonçalves; houve uma manobra suja e descarada (estamos a transcrever) por parte do 5.º Divisão e elementos de GDE (Guarda de Districais do Estado) para conseguir apoio para o general Vasco Gonçalves. Do G. D. E., por exemplo, telefonaram para o Q. G. (Quartel General de Évora) promovendo moções de apoio que, contudo não tiveram eco na região. Idênticas manobras foram tentadas na Regiã Militar de Coimbra e Comando Territorial Independente da Madeira que obedecem a quebras de unidade por esmagadora maioria uma intenção considerando não haver inconveniente que (Vasco Gonçalves) saia do governo."

### Oficiais do Norte solidários com Infantaria

Note-se, a propósito, das moções dos delegados de Infantaria que, no respeitante à figura de Vasco Gonçalves, acabamos de transcrever na íntegra, que eles receberam o apoio dos oficiais do Quadro Permanente da Regiã Militar do Norte, que em reunião de 31 para 1 de Agosto aprovam o seguinte: "Os oficiais do Q. P., R/MN em reunião com o comandante do Estado-Maior da Regiã Militar, convocada pelo comandante da mesma, solicitaram que fosse posto-ruo junto das instituições comitativas de uma moção elogiando os seguintes pontos:

1.ª Sua concordância com os pontos aprovados em assembleia

de oficiais de Infantaria reunidos na E. P. I. (Escola Prática de Infantaria) em 22 de Julho de 1975, aquando da eleição do director da Arma;

2.ª Sua total identificação com o teor e oportunidade da exposição do Presidente da República, proferida na última sessão da assembleia do MFA;

3.ª Reconhecimento da urgência da solução sugerida em tal exposição.

A parte a moção, foi bem sucedida saliente a sua determinação em preservar a integridade da revolução e a sua identificação e aliança com o Povo, em único determinante."

Também, por conseguinte, "Vasco Gonçalves é estimado ao nível das Unidades do Norte, como aprovado de provar.



Durante a tomada de posse do V Governo Provisório

## Conclusões apressadas de certa imprensa

O que se passou na reunião dos comandantes da Região Militar de Lisboa que levou a ANI a difundir que a posição de Vasco Gonçalves havia sido solidificada, conceito retomado por todos os jornais controlados pelo P. C. F.

("Século", "Diário de Notícias" e "Diário de Lisboa"), accentuando e reforçando a televisão (o conceito no telejornal da noite ao dizer que a revolução havia dado um passo em frente, ainda até hoje não foi contado, não podendo, portanto, o público fazer um juízo do que se passou. O que aconteceu, na realidade, foi que, no sábado, Otelo Saraiva de Carvalho, em reunião da "troika", disse a Vasco Gonçalves que ele, Vasco, não tinha o apoio de 80 por cento das unidades militares. Vasco Gonçalves tornou, então, a iniciativa de pegar na pasta dos papéis e dizer que, se era assim, ia embora. Chamado pelo Presidente da República, sentou-se de novo e reconheceu a conversa e tudo ficou como dantes.

Segunda-feira, realiza-se a reunião dos Comandantes da Região Militar de Lisboa, convocada, ao que consta, por iniciativa do gabinete do Primeiro-Ministro. Não se pronunciaram contra Vasco Gonçalves, enquanto primeiro-ministro, o general Otelo, o capitão Salgueiro Maia, o comandante do CIAC de Cascais e o Comandante do Regimento de Infantaria de Setúbal.

Argumentaram a favor de Vasco Gonçalves: o capitão Cabral da Silva (do gabinete do primeiro-ministro), o major Tomé da PM, o major Dinis de Almeida, do Raio, e o capitão Luz, ligado aos Conselhos Revolucionários.

Não foi posta à votação a continuação de Vasco Gonçalves no lugar de primeiro-ministro e o tema limitou-se à discussão a propósito. Note-se que Otelo Saraiva de Carvalho havia comunicado a Vasco Gonçalves que não tinha, ele, Vasco, a confiança de 80 por cento das unidades portuguesas e maritímas.

ali, a mesma posição anti-Vasco-  
primeiro-ministro.

Talvez não seja alheio aos homens das Forças Armadas na sua tomada de posição contra Vasco Gonçalves o facto de este aparecer cada vez mais ligado ao Partido de Cunhal, partido que ultimamente vem sendo responsabilizado por lançar manobras divisionistas no seio das mesmas Forças Armadas, como aconteceu na Amadora com o "caso Jaime Neves" e, ao que parece, outras Unidades iram ser vítimas do mesmo processo. Fala-se, concretamente, na Escola Prática de Infantaria, na de Cavalaria e no Regimento de Cascais. O processo visava e visa a conquista do poder através da colocação à frente das unidades de oficiais da confiança do Partido do Cunhal e respectivos satélites. Talvez, por este mesmo motivo e dado que correm vozes no

Norte que também o brigadeiro Corvo já seria controlado, é que os oficiais norteiros pediram o seu saneamento em recente tomada de posição.

Uma das personalidades que tem seguido no cargo o general Vasco Gonçalves é o Presidente da República, o homem que tenta manter o equilíbrio entre os extremos, apesar de ser do seu conhecimento, segundo fontes bem informadas, que a posição do primeiro-ministro é minoritária dentro das Forças Armadas e isto a partir, pelo menos, de 4 de Julho. Observadores políticos assinalam, com estranheza, o facto de Costa Gomes fazer discursos em tom pluralista e de salvaguarda das liberdades individuais, europeia, etc. e, a seguir, o seu primeiro-ministro dizer o contrário sem que nada lhe aconteça, sem o chamem à péria.

## O caso dos submarinos

Também o ambiente na Armada se começa a deteriorar, tendo, nesta altura, como ponto cimeiro, o caso dos submarinos. Já pediram a demissão 37 militares que nêles operam, entre os quais 4 comandantes.

Certamente se recordam os leitores que já o coronel Jaime Neves havia denunciado a existência, no interior das Forças Armadas, de um serviço duplo político. Dias são eram, passa-

dos, quando é detectada a mesma situação num dos submarinos da esquadra nacional. O facto foi que um dos oficiais fez um telefonema a Victor Crespo, tele-foneira esse que havia de ser denunciado por um primeiro-tenente com ligações notórias a

Partido de Cunhal. A denúncia foi feita à CDEIA (Comissão de Dinamização da Armada — seu órgão político de cúpula de forte tendência peepista). O mul-tar que tal processo denunciou, continua a alistar-se na Armada e espera-se que o assunto venha a ser ventilado em reunião alargada.

## O Partido Comunista e a arma de Infantaria

Na reunião da Arma de Infantaria com cujas conclusões se solidarizaram os oficiais do Quadro Permanente da Região Militar do Norte, afirmou-se em relação ao Partido Comunista:

"É uma Organização fortemente sectária e pretende dirigir a situação em Portugal, usando a tática de se servir do MFA, onde tem

elementos de confiança, um deles, é, por exemplo, o capitão Ferreira de Sousa. Está empenhado em manobras de descredito, atribuindo posições de direita a elementos progressistas do MFA; entrou a processo revolucionário, para, após descalhar, se apresentar como a única força disciplinada capaz de salvar o país; desta tática pode resultar que as tropas tenham que reprimir o povo, fazendo assim o jogo do P. C. F. e um grupo que perdeu terreno e que, para o recuperar, espera ir até ao assassinato dos elementos contrários à sua linha incluindo os C. R."

### Meter na ordem o P. C. P.

A este propósito, convém lembrar a intervenção do capitão Vasco Lourenço na Assembleia do Distrito, em 24/7/1975. Disse, com efeito, entre outras coisas, o capitão Vasco Lourenço: "Uma prova de que não temos vindo a ser ignorantes, ou, melhor, temos vindo a dizer uma coisa e a fazer outra (pelo menos alguma) foi o que se passou na última Assembleia do MFA. Na mesma Assembleia, continuou Vasco Lourenço, em que é aprovado o P. A. P. (aprovado por unanimidade no Conselho da Revolução), o Primeiro-Ministro apresenta um documento de análise política, em que são propostas certas medidas, e que é aprovado na generalidade pela Assembleia do MFA. Pois esse documento tem fortes contradições de fundo com o P.A.P. Pergunto porque apresentou o Primeiro-Ministro um projecto em muitos aspectos antagónicos ao P. A. P., com o qual concordara, há dias, e

viria a ser aprovado? Porque aprovou a Assembleia do MFA, no mesmo dia, dois documentos que, em muitos pontos, fundamentais se contradizem? Parece-me é que temos que passar a ser coerentes conosco próprios e, de uma vez para sempre, saber com que linhas nos coosmos... Perguntaram se temos medo dos Partidos (P. C. P. e PS). Evidentemente que ter medo dos partidos me parece que o MFA não deve ter, não tem e está farto de mostrar que não tem. Considerar que os dois são indispensáveis para esta Revolução, também, ao fim de muitas análises, já chegou à conclusão que sim. Perguntaram, também, que contradição havia à volta da imagem do MFA. Ai temos um dos pontos de controvérsia mais fortes: o da imagem do MFA. E o do controlo que existe sobre o MFA (ou pelo menos há muitos dados objectivos disso) com o qual se quer terminar e a que se opõem. Temos de ver se se consegue neste país e de uma vez para sempre colocar o Partido Comunista Português no seu devido lugar...

E o Partido Socialista?, diz alguém de assistência. Um momento, se faz favor. Uma coisa que não admito a ninguém, é que tentem insinuar que eu tenha qualquer ligação com o Partido Socialista e muito menos com a prática que, em muitos casos, tem mantido ao longo do processo.

Continua pag. 2



2  
 "O facto de o demonstrar e, portanto, esta pergunta, ou melhor, esta indagação não a admira a ninguém. Há que saber se o que é e onde está o verdadeiro MFA. O MFA é de assegurar-se que não permita permitir o MFA, por parte do Partido Comunista Português não signifique a ligação com o Partido Socialista. Não admito a qualquer indagação dessa..."  
 "Portanto, antes de a dizer que, não se para sempre, há que ter ao pé o P.C.P. no seu devido lugar e há também que ver que transforma o Partido Socialista num partido revolucionário porque se ainda não percebe que estamos numa Revolução. Quando começamos a fazer estas perguntas, a Revolução irá desenvolver-se para a frente no sentido certo e que nós pretendemos. Agora é preciso é querer fazer isso. Andamos a ver se tal é possível..."  
 "O P.C.P. terá que passar a ser um partido aberto, sem estruturas burocráticas, alargar as suas actividades às classes e não limitar desde já controlar toda a actividade do MFA. O PS terá que ser um partido revolucionário, parar de intentar a fazer uma Revolução e deixar de pretender resolver tudo através do sindicalismo e parlamentarismo. Teremos que conjugar, mas

conjugar mesmo na prática, os dois processos o revolucionário em primeiro lugar e o eleitoralista.

Está claro que dentro do Conselho da Revolução tem que haver divergências. É o caso, por exemplo, do problema concreto de parte da população se estar a afastar do MFA." Recorde-se, a propósito, que afirmação do mesmo género já foi feita pelo Presidente da República.

"Quando, continua Vasco Lourenço, pelo conhecimento que lhes é dado através de camaradas espalhados ao longo de país, determinados membros do Conselho da Revolução põem o problema de que, neste momento, fortes camadas do povo português não estão já com o MFA, camadas bem úteis desse povo, do povo que é necessário conquistar para a Revolução, a qual é dele antes de mais ninguém, e que, infelizmente, cada vez menos estamos a conquistar, pois logo outros membros do Conselho da Revolução, altamente responsáveis no mesmo, dizem que o povo continua com o MFA e que não há necessidade de o reconquistar. Pois logo aí há divergências. Divergências profundas e porquê? Porque determinados indivíduos acham que é necessário concentrar os meios na prática para conquistar o povo para a Revolução e outros não".

### Vasco Lourenço "Digo não à repressão sobre o povo"

"A que citamos a citar a intervenção de Vasco Lourenço e porque hoje é voz corrente dizer ao povo de reacçãoário estamos a opinião deste oficial do MFA sobre o mesmo tema.  
 Não se chamam reacçãoário ao povo é infelizmente uma coisa que se vai verificando muito no nosso país. O povo pode estar mais ou menos esclarecido, quanto a mim pode ser maneirado, mas o povo nunca é reacçãoário. E quando se vê que, para levamos para a frente a luta que defendemos, convencidos de que somos os detentores da Verdade, veremos cada vez mais a necessidade, ou a hipótese de usar de uma forte repressão sobre o povo, ou pessoalmente digo não. Digo não, porque fazer uma Revolução à base de uma forte repressão junto do povo português, ou não se diga não. Uma Revolução à Revolução quando feita com o povo e não contra esse mesmo povo.  
 As suas linhas que forem definidas e se encaminharem e estiverem ir para uma solução desta, pois se abandonam este processo. Não tenho, não tenho qualquer dúvida disso. Por isso

é que eu quero saber qual o resultado da "troika", pois, como já lhes disse, foi nomeado no Conselho da Revolução uma "troika" para definir as linhas pelas quais o processo se irá conduzir. Por isso é que eu não concordo quando uma das perguntas que foi feita a "troika" é quem vai dirigir o processo, e a "troika" tem de definir e ainda não definido. Eu não concordo que se faça toda uma campanha para tornar imprescindível a continuação do processo e a figura do general Vasco Gonçalves. Não estou a dizer que não concordo com a continuação dele. Não é isso que está em causa e isso está discutido na devida altura...

O Capitão Vasco Lourenço criticou ontem a 5.ª Divisão devido à quantidade de posters, auto-colantes, etc., através dos quais procura fazer a propaganda do general Vasco Gonçalves, o que faz lembrar, disse, as campanhas do "antigoneísmo".

A talhe de hoje vem recordar que, ainda há dias, o Presidente da Assembleia Constituinte teve de evacuar a sala para mandar retirar das paredes a profusão de cartazes em que se propagandeava a figura do Primeiro-ministro sobretudo através da inscrição POVO-VASCO-MFA. Nesta linha de considerações verberou o Capitão Vasco Lourenço a conduta, na 5.ª divisão do graduado em capitão-de-mar-e-guerra, Ramiro Correia.

### A representatividade da Assembleia do MFA

Também a Assembleia do MFA merceu da Arma de Infantaria acertas críticas, posição apoiada depois pelos oficiais do Quadro Permanente da Região Militar do Norte. Passamos a transcrever: "A Assembleia do MFA não é representativa — os seus elementos não tem o acordo da maioria dos militares que elas representam; é manobrada por uma pequena minoria; os elementos do Exército fazem muito poucas intervenções e as que fazem são de elementos não representativos; a Força Aérea é de linhas senão mas pouco acríta; a Marinha está dominada por alguns elementos actívos e oportunistas, mas está descontente; as intervenções senitas são sempre boicotadas; prevalece o terror psicológico

sobre os elementos senistas; é preciso rever a sua constituição, representatividade e atribuições. foi votada por esmagadora maioria a reestruturação da Assembleia".

A propósito do terror psicológico, alguém dentro das Forças Armadas nos salientou que desde há dois meses, os sargentos dos três ramos vivem sob a chantagem. (foi o termo usado) obedecendo cegamente à Comissão, visto temerem serem vítimas das Comissões de Saneamento. Propositadamente, afirmou-nos, essas Comissões falam em saneamento sem o concretizarem, deixando-os no indefinição, o que leva os sargentos a ficarem na sua dependência por temor de perderem o lugar. Método esse aliás a que têm sido sujeitos trabalhadores dos ramos civis e que já vêm denunciando...



Durante a tomada de posse do V Governo Provisório

## É necessária uma figura de união povo-MFA

A imagem do MFA que começa a ser contactada de dentro e de fora, pois, verificam-se, com toda a evidência, grupos partidários no seu interior, tentando, como já foi demonstrado, exercer sobre ele o seu domínio o Partido de Cunhal e que não raro consegue com êxito como é, por exemplo, o caso da 5.ª Divisão foi também posta em causa na Reunião dos homens de Infantaria com cujas conclusões concordaram os oficiais do Q.P. da Região Militar do Norte. Curioso é verificar, no entanto, que quem denuncia a tentativa de partidarizar as FAS, é acusado de divisionistas por estes sectores que manobram a maioria dos meios de comunicação social. Voltamos a transcrever quanto ao MFA em geral "a preciso modificar a imagem do Estado. O operariado, o campesinato, a pequena e média burguesias estão a perder a confiança no MFA e dizem que o MFA e dizem que o MFA não está com o Povo". Apresentam a seguir os oficiais presentes à Reunião o resumo de algumas intervenções:

1.ª É necessário uma figura de união e independência capaz de unir o povo ao MFA e o MFA ao povo, tarefa para a qual o general Vasco Gonçalves não serve o G.D.E. é insatisfatório e duvidoso; as Unidades não têm alicar a maioria do povo em nome de minorias que se auto-proclamam revolucionárias.

2.ª — O Norte não quer ser consultado e está disposto a tomar medidas drásticas; o Norte está convencido de que o MFA quer um sistema comunista totalitário à sua imagem e semelhança e o MFA ou o ELP ou com a reacção; o Norte quer que seja cumprida a vontade popular livremente expressa.

3.ª (j) Norte está contra a 5.ª Divisão e tanto no meio civil como no militar os seus comandados foram recebidos com repulsa, como uma afronta ao povo.

3.ª Referida uma proposta anteriormente feita ao General Otelo para ir dizer à Televisão que o MFA é não é PC quer mudara neste país, a qual ele não levou a cabo.

5.ª O general Otelo anda a ser manobrado.

6.ª Na Região Militar de Coimbra, um alferes do PC consultou ao Partido tudo o que se passava nas reuniões (mesmo reuniões restritas) apresentando-as como reacções.

7.ª As Unidades implantadas onde há campesinato estão a perder o apoio do povo.

8.ª Em Aveiro os soldados recusaram-se a fazer despesas ou manifestar, por saberem que, à sua frente, estava muito mais o povo que reacções; há uma campanha tentando descreditar o brigadeiro Charais; as manifestações do povo no Norte actuaram mais ainda o isolamento do MFA.

9.ª Para com indivíduos que seguem o princípio — é moral tudo o que faz o jogo do Partido e é imoral tudo o que não faz esse jogo — impõe-se a adopção do mesmo princípio e não da ética moral tradicional ou da moral judaico-cristã.

10.ª O povo não acredita nos oficiais, porque os julga na sua grande maioria, afectos ou manipulados pelo PC.

11.ª Há elementos do MFA que procuram oportunisticamente fazer carreira no PC, via Assembleia do MFA; um grande revolucionário da nossa época e que tem largas intervenções nas Assembleias até foi ajudado do fascista Kaulis.

12.ª Se os boatos alarmistas surgidos quando das manifestações foram manobras do PC, o MFA deve desmanchá-los. Só assim será partidário.

13.ª A crise política, económica e social que, actualmente, se vive, tem origem no facto de não se ter respeitado a vontade do povo; claramente expressa em 25 de Abril de 1975 e de, logo nesse dia, se ter começado a banalizar um povo que deu um exemplo de maturidade e civismo excepcionais.

14.ª Se a clara definição dos objectivos concretos pode encaminhar a Revolução, Sem isso toda e qualquer acção será sempre apropriada para manobras partidárias de luta pelo poder.

15.ª Em Aveiro, uma das regiões mais desenvolvidas e de maior tradição democrática do país, há um sentimento anti-MFA, porque o MFA não respeita a vontade do Povo; desmancharam-se as manobras que visam dissolver a Assembleia Constituinte.

16.ª O Acto revolucionário não pode ser redigido exclusivamente a

acto eleitoral, mas terá que ter em conta a vontade do povo.

17.ª É preciso definir a representatividade de todos os órgãos do MFA, porque os movimentos revolucionários que se auto-proclamam representantes do povo conduzem invariablymente a ditadura. Víti nacional-socialismo na Alemanha e stalinismo.

18.ª Ninguem, com autoridade neste país, defendeu o acto eleitoral da minimização de que foi alvo por parte dos órgãos de comunicação social e até de entidades responsáveis que lhe foram dirigidos no próprio dia dos eleições; a ligação às bases, no âmbito militar, não é suficiente para o esclarecimento de eventual manobra e lutas partidárias.

19.ª Denúncia de uma ordem do General Otelo para as barricadas e manifestações do Norte utilizar a força contra o PS, caso houvesse confrontações; denúncia da ordem do General Otelo para bombardear as colunas do PS que se dirigiram a Lisboa, embora, recusando-se, se tivesse depois desculpada, dizendo que se tratava de "bombardear com DDT e pó de coque".

20.ª Na Fábrica de Brço de Prata houve aquecimento da manifestação do PS em Lisboa piquetes do PC preparados para assaltar a Fábrica e apoderar-se do respectivo armamento; o COPCON não reforçou a defesa da Fábrica apesar de ter sido alertado do facto.

21.ª Temos que dizer não aos generais que não representam a vontade do povo, como é o caso dos da Brigada do Resúmião, quando não representam a vontade do Exército e falavam em seu nome.

22.ª A tropa esteve nas barricadas ao serviço de minorias. É ao serviço da vontade do povo que tem de passar a estar.

23.ª O COPCON, embora esteja com o Conselho da Revolução, tem, no seu seio, elementos a cometer muitos erros a nível das estruturas dos BALES a manifestações dos Conselhos Revolucionários faz com que o Mercado Comum necessite os empréstimos a Portugal. Ora as nossas expectativas para os países de hoje são apenas 2 por cento do total.

24.ª Pansa-se o Major Diogo de Almeida".

Este é o resumo dos assuntos tratados na Assembleia de Delegados da Arma de Infantaria e cujas conclusões, como temos vindo a repetir, haviam de ser aprovadas poucos dias depois, pelos oficiais do Quadro Permanente da Região

Militar do Norte. Nesta reunião estiveram presentes 60 oficiais e 5 sargentos. As deliberações votadas por escrutínio secreto e aprovadas foram 5:

1.ª Por unanimidade, a dissolução da 5.ª Divisão do EMGFA;

2.ª Por unanimidade, exigir a proporcionalidade de membros na Assembleia do MFA, de acordo com a importância de cada um dos três ramos (Exército, Marinha e Aviação). Tal seria, por si só, 160 lugares no Exército, em vez dos 120 actuais;

3.ª Com um voto contra, condizer de natureza consultiva a Assembleia do MFA;

4.ª Por unanimidade, exigir que as votações sejam de natureza secreta;

5.ª Com um voto contra, condizer que não há inconveniente em que o Primeiro-Ministro seja".

### A anedota da "Informação mais livre do Mundo"

Elementos responsáveis da política nacional têm várias vezes afirmado que a imprensa portuguesa é das mais livres sendo a mais livre do mundo. O próprio Ministro Correia Jesuino, autor do célebre documento que visa amoniar a imprensa, o afirmou para jornalistas estrangeiros.

Agora certamente já não teria coragem de o fazer. Acontece, porém, que o mesmo mais importante meio de comunicação social, a televisão, não leu as conclusões a que chegou a Arma de Infantaria. No entanto, acontetem, fez ler por um dos locutores de serviço o texto aprovado na reunião de oficiais do Quadro Permanente da Região Militar do Norte, texto este aprovado de 31 de Julho para 1 de Agosto. Nessa moção afirmam os oficiais a sua concordância com os pontos aprovados pelos camaradas de Infantaria na EPI, em 22 de Julho de 1975. Não mencionam, porém, a televisão que pontos eram esses, o que na atmosfera que o Lúmar vai criando, leva o público a interpretar, na sua esmagadora maioria, tal concordância na linha da união POVO-MFA que nos vem sendo servida pela 5.ª Divisão, a qual sonhava com os pontos de vista do Partido Comunista Português. Chama-se a isto não liberdade de informação mas,

enganar propositadamente a opinião pública de um povo que paga as taxas da televisão, os Ministros e inclusivamente os preços políticos, quando os géneros descem para quantosvalores inferiores aos custos de produção.

Diminuir o preço do bacalhau e disso fazer propaganda na televisão para depois o Estado conceder subsídios a esse produto, significa em termos, simples e claros, arrancá-lo ao suor do povo fazendo política nas suas costas.

Também o "Século" e o "Diário de Notícias" de ontem apresentaram tomadas de posição contra o "documento Melo Antunes", sem contudo permitirem aos seus leitores a leitura do mesmo documento. Nisso seguem a tradição do fascismo, pois já nessa altura, esses jornais, com relevo, estão, para o Diário de Notícias, faziam o mesmo. Sempre que era criticado o regime fascista de Salazar ou Caetano, apresentavam as moções contra as críticas e não as críticas. Era um atestado de menoridade passado ao povo português. Acontece, porém, que, neste caso, nem as moscas mudaram.

ENTRETANTO o "Direcório" pronunciou-se, em comunicado, contra a divulgação do "Documento", o que considera perturbador do processo revolucionário e divisião. O Copcon também criticou tal divulgação, acrescentando que Otelo não havia aderido ao Documento, contrariamente ao que nos afirmaram fontes próximas de Saraiva de Carvalho.

## Descolonização

# Angola: o maior êxodo da história de África

OS 500 MIL portugueses que vivem em Angola começaram a chegar a Portugal a partir da próxima semana à média diária, segundo um correspondente da imprensa angolana acreditado em Lisboa, de 2500. Segundo observadores esse número global corresponde ao maior êxodo da história de África mesmo superior aquele verificado aquando da independência da Argélia.

Considerando que a França nessa altura tinha uma população da ordem dos 50 milhões e que a retirada dos colonos orçou um milhão (o que representou para aquele país um acréscimo populacional de 2%) o êxodo em vias de se verificar de Angola poderá vir a reflectir um aumento de população portuguesa na ordem dos 5,8%. Este número obtém-se partindo do princípio que a actual população no continente orça os 8,5 milhões.

Ainda segundo informações provenientes de Angola o mercado negro de divisas funciona naquele país livremente chegando o negócio a ter dois e três intermediários.

Para além dos 500 mil repatriados (na actual fase predominantemente mulheres e crianças), a maioria dos professores dos ensinos primário, secundário, médio e superior pediram o seu repatriamento por não desejarem continuar a leccionar em Angola, êxodo que certamente irá agravar a actual situação do professorado em Portugal para não nos

referirmos ao aumento dos desempregados nos outros sectores.

Entretanto mais de dois mil retornados das colónias, reuniram-se na passada semana no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, para discutirem problemas comuns. O encontro, segundo os jornais da capital, caracterizou-se por uma certa agitação que os delegados representantes dos que já regressaram das antigas colónias portuguesas, se esforçaram por aplacar, embora com alguma dificuldade. A RTP e a EN, acusadas de deturparem notícias referentes às colónias, foram impedidas de assistir aos encontros. Os outros órgãos de informação acabaram por ser aceites depois da mesa pôr a consideração da assembleia a questão da sua presença. Os refugiados, na sua maioria angolanos, decidiram nomear delegado por cidades, que assistam e ajudem os que vêm para Portugal, aquando do desembarque no aeroporto.

Entre os pontos que figuravam na ordem de trabalhos da reunião salientamos aquele que consistiu na leitura dum caderno reivindicativo apresentado pela comissão de delegados ligada ao Ministério da Comunicação Interterritorial, focando reivindicações satisfeitas e as que foram ultrapassadas ou que não tinham sido resolvidas. O segundo ponto explicava, do ponto de vista dos refugiados, a função do Insti-

tuto de Apoio ao Retorno dos Nacionais que trabalhava com os delegados presentes.

A dado passo da reunião foi anunciado que se cria uma Associação de ex-Ultramarinos, apatridária, cuja missão seria prestar auxílio aos retornados das colónias em todo o País.

Esta Associação exercerá funções de assistência através de crochets, albergues e outras instituições a todos os recém vindos das colónias em todo o País.

Algumas das reivindicações que foram lidas no decurso da reunião: garantia da retirada de todos os portugueses dos territórios coloniais até à independência; assegurar emprego aos que forem chegando; subsídio de desemprego aos que estiverem nessa situação; fim das taxas sobre bagagens; indemnização de sangue aos que tiverem parentes feridos ou mortos alvo do processo de descolonização.

# Sedes aponta "condições mínimas de apoio popular à construção do socialismo"

O CONSELHO COORDENADOR da SEDES, foi, há tempos, em reunião de sócios, convidado a pronunciar-se sobre a situação política portuguesa. Depois de uma relativamente longa gestação, o órgão directivo da SEDES (constituído por Alberto Requeira, Fernando Melo Antunes, Alfredo Bruto da Costa, António Leite Garcia, Eugénio Mota, Maria Idalina Neves de Sousa, Jorge Soares de Moura), com o auxílio de alguns associados (entre os quais, segundo nos consta, João Salgueiro), elaborou um extenso documento, intitulado «Tomada de posição da SEDES sobre a situação política».

Dele reproduzimos os seguintes extractos:

«As recentes decisões tomadas pelo Conselho da Revolução, em sequência de propostas da Assembleia do MFA, e as análises que têm sido apresentadas por personalidades do MFA apontam para uma crescente concentração do poder político em instâncias de decisão militares.

A principal razão invocada para este processo de concentração do poder político tem sido a inoperância dos partidos e a necessidade de imprimir maior coerência à transformação revolucionária da sociedade portuguesa.

Contudo, essas decisões e análises podem também ser interpretadas como resultado da impossibilidade de encontrar respostas para os problemas concretos da sociedade portuguesa e, nomeadamente, para os que derivam das tarefas de construção do socialismo.

A ser assim, a concentração do poder político nas instâncias militares conduzirá, com o agravamento das crises, a uma real possibilidade de concretização de formas ditatoriais eventualmente instrumentalizadas por partidos políticos de vocação totalitária, negando assim os princípios básicos de orientação política propostos pelo MFA...

A inevitabilidade desse caminho para formas ditatoriais decorre de não se estar a seguir, nas análises e propostas até agora apresentadas pelas instâncias militares, um modelo de sociedade compatível com a vontade expressa pelo povo português, adequado à realidade da sua composição social e, ainda, de o ritmo de transformação revolucionária se apoiar na tática do facto consumado, sem ter em conta os interesses objectivos dos portugueses. Daqui decorre um processo de alienação política, que será sempre favorável à instauração de mecanismos ditatoriais.

Revela-se como um dos sinais mais claros da actual crise a extrema dificuldade verificada na formação do V Governo Provisório, indicador ainda mais importante do que o impasse que levou à queda do IV Governo Provisório.»

## Descolonização — teste de capacidade

Depois de criticar a actuação do IV Governo Provisório que «não cumpria as promessas inicialmente anunciadas», a SEDES afirma: «Mas isso não é suficiente para responder aos problemas concretos e imediatos que se põem à construção do socialismo em Portugal. Chegou o momento em que tem que se perguntar, com toda a firmeza, até quando será possível conservar uma tendência de orientação política que conduz a tantos obstáculos e, em primeiro lugar, que conduz à destruição da base social de apoio à construção do socialismo em Portugal.

O processo de descolonização é, de imediato, o que poderá mostrar qual a capacidade efectiva do sistema político português para encontrar as soluções necessárias para os problemas existentes.

Não parece que a inoperância e a situação de crise governamental, passando para primeiro plano os problemas internos, possa contribuir para um progresso real quanto à questão de Angola — e isso terá efeitos muito complexos, mas sempre graves, na própria situação interna.

Proposta original do Programa do MFA, centro de uma estratégia de política externa que garantiria as condições mínimas de independência nacional, o processo de descolonização poderá vir a tornar-se uma tragédia de proporções incalculáveis, não só para o povo angolano como também para o povo português e para o próprio MFA (...).

## Consequências possíveis

«As recentes decisões políticas manifestam uma profunda alteração ocorrida nos projectos que inicialmente foram apresentados ao Povo Português e a que este entusiasticamente aderiu. Também os recentes acontecimentos ocorridos na sociedade portuguesa, revelando uma perigosa instabilidade que pode conduzir rapidamente à fratura social, apontam para uma perigosa redução e alteração do comportamento da base social de apoio para a expedição revolucionária em Portugal (...).

De facto, o desenvolvimento das fracturas sociais que hoje se manifestam leva a uma das seguintes consequências:

— ou o poder militar, eventualmente associado a concepções políticas de implantação minoritária, recorre a processos repressivos para neutralizar uma oposição social cada vez mais clara nas suas manifestações, instaurando-se assim um regime de terror contrário aos ideais expressos em 25 de Abril de 1974; — ou essa oposição entre grupos sociais conduz a choques

violentos, inicialmente locais, mas que se podem rapidamente generalizar;

— ou o movimento de oposição social se cristaliza em torno de concepções ou personalidades objectivamente contra-revolucionárias, sejam de extrema-direita ou de um bonapartismo pseudo-esquerdista — podendo originar as mais diversas situações, desde o golpe reaccionário até à perseguição indiscriminada dos militantes de esquerda.

Ainda estaremos numa fase em que será possível evitar qualquer dessas consequências negativas, mas é urgente que se vençam as tensões que estão na origem das várias fracturas que caracterizam actualmente a sociedade portuguesa.

Isso só se poderá fazer com o respeito da vontade popular (e não já com a interpretação do que é essa vontade), com a criação de um clima de confiança e de segurança quanto à capacidade de resolução dos problemas imediatos da população — em suma, com um programa político coerente e realista e com a convergência dos centros de poder dando lugar a um governo eficaz e que abandone os domínios do verbalismo e do triunfalismo.»

## Desfasamento

«Uma das constantes do debate político actual é o desfasamento que existe entre a distribuição do poder político efectivo e a composição socio-política do País, de que uma das manifestações inequívocas foi o seu comportamento eleitoral.

Esse desfasamento é evidente e visível em todas as decisões políticas, sendo explicado em termos da teoria das vanguardas como fonte privilegiada da evolução política.

Contudo, a verificação de que esse desfasamento é a correspondente actuação das vanguardas políticas tem conduzido a

graves tensões sociais e ao desenvolvimento de um clima de confrontação violenta, obriga a pôr em causa a eficácia revolucionária destas vanguardas e a possibilidade de criar as condições de construção do socialismo em Portugal conservando esse desfasamento.

Nenhum processo político se poderá estabelecer sem dispor de uma base efectiva de apoio social e muito menos quando o projecto político se identifica como socialista.

Neste sentido, e tendo em conta as características concretas da fase actual, não parece possível manter por mais tempo a separação entre o poder político e o país real — sob pena de criar as condições ideais para uma cristalização contra-revolucionária das tensões sociais.»

### Estabilização política e recuperação económica

«Embora a zona principal de debate se situe no domínio político, será um erro de graves consequências desligar o conflito político da evolução da situação económica (...).

Enquanto não houver uma estabilização política, conseguida em torno de programas e objectivos que garantam uma efectiva mobilização social, não haverá recuperação económica e a experiência socialista estará condenada. Isto porque a manifesta ineficiência em termos concretos, colectivos e individuais, não permitirá uma maior justiça social, acabando esta por ser uma ilusão, se não mesmo um artifício de demagogia política.

Este será o resultado inevitável da continuação da via destrutiva e irresponsável, que tem sido seguida.

É indispensável tirar daqui as conclusões necessárias.

Por outro lado, não se pode considerar a estreita relação exist-

ente entre o sistema político e o sistema económico sem referir o efeito que ela terá na questão mais ampla da independência nacional. Não é só a construção do socialismo que está em risco; antes disso, está a causa a simples possibilidade de seguir uma política independente e assegurar a sobrevivência económica de Portugal.»

### Condições mínimas

«Consideramos que, apesar das tendências muito negativas que se detectam na vida política portuguesa, ainda é possível recuperar uma mobilização popular que existiu e que é condição essencial da recuperação nacional (...).

Neste sentido, consideramos que as condições mínimas de recuperação do apoio popular à construção do socialismo em Portugal passam pela concretização dos pontos seguintes:»

A) Torna-se urgente a celebração pública de um Pacto de Governo entre os partidos de grande representatividade nacional e o MFA, capaz de suscitar o apoio activo da grande maioria da população portuguesa, sob pena de continuarmos a desenvolver-se condições propícias ao avolumar de reacções de oposição de anticomunismo.

Este Pacto deveria conter uma definição clara das condições de operacionalidade do Governo no plano político, as orientações e a impressão a política de informação, a estratégia de política económica a seguir a médio prazo e as condições de participação das populações na vida do país.

B) A operacionalidade do Governo repousa numa larga base social de apoio, na existência de um Programa de acção suficientemente preciso e realista, de modo a encaminhar sua praxe definida a sociedade portuguesa para o socialismo, a garantia pelo MFA do estrito respeito pelas decisões governamentais, de modo a acabar com o policentrismo do poder econ-

ómico que na prática conota a um autêntico vazio de poder e o empenhamento solidário de todos os signatários do Pacto na promoção da sua efectiva consagração.

C) A política de informação a pôr em prática, tem de assegurar, em contraste com a situação actual, o efectivo pluralismo no acesso aos meios de comunicação social, e mais em particular a todos aqueles que, sendo financiados pelo conjunto da população, não podem ser monopolizados por qualquer sector ideológico:»

A garantia do pluralismo e por si operaria a erradicação da agressividade político-ideológica reinante nos órgãos de comunicação social, e que as graves acções tem vindo a gerir no território nacional, com risco de agravar irremediavelmente as tensões entre as várias regiões do país e as forças partidárias em presença.

D) É igualmente indispensável definir um modelo viável de recuperação económica nacional a curto e médio prazos, que seja simultaneamente compatível com avanços programados e consistentes no rumo da construção da sociedade socialista.

Esse modelo, assente na definição clara de zonas de competência fixadas aos vários sectores económicos, nacionais e estrangeiros, deveria permitir um volume considerável de acumulação de capital — condição indispensável para a reabsorção do desemprego, o combate à alta de preços e a criação de excedentes exportáveis — e estabelecer os sacrifícios exigíveis à população em termos de consumo, procurando no entanto que os padrões de vida colectivos sejam afectados na menor medida possível.

Igualmente prioritárias se revelam a consolidação e racionalização das transformações já operadas em termos de controlo público dos princípios meios de produção, de modo a assegurar

graus razoáveis de eficácia e efectiva orientação desses sectores e empresas pelos trabalhadores.

E) A participação permanente da população na vida política é condição insubstituível de conservação do acerto da linha de orientação seguida no plano do Governo, ou seja, da capacidade desta ir ao encontro das mais fundas aspirações populares.

Nada justifica que se pretenda a breve realização de eleições, no plano regional e local, ou associações sindicais e, no nível mais elevado, a escolha em sufrágio universal da nova Assembleia Legislativa.

F) O papel a desempenhar pelo MFA no seu conjunto, como braço armado do processo revolucionário e, portanto, supridor de qualquer poder político, é crucial e terá que se orientar para um objectivo básico — evitar a agudização das tensões sociais e o desenvolvimento de conflitos violentos. Parece indispensável que o MFA recupere, em todas as suas dimensões, uma função suprapartidária de garantia intrínseca da legalidade que criou pela sua própria acção e que teve todo o apoio do povo português. Desta forma, ser-lhe-ia possível exercer uma função de orientação global do processo político, no quadro de objectivos a definir no Pacto de Governo. Assim se alcançaria também a efectiva mobilização da população portuguesa para as lutas históricas abertas em 25 de Abril: criação de uma sociedade livre, justa, livre e libertadora, capaz de exercer uma soberania nacional plena.»

SOARES, Mário

## Carta aberta de Mário Soares ao Presidente da República

EMBORA JÁ DIVULGADA por alguns jornais, a carta que o Secretário-Geral do Partido Socialista, Mário Soares enviou, na quarta-feira passada, ao Presidente da República parece ser peça importante para o dossier de uma crise que se afirma ainda não terminada. Com a sua "advertência", Soares vem repetir argumentos já anteriormente aduzidos pelo PS, mas fá-lo talvez num tom diferente, o tom de quem quer marcar distâncias para que não lhe possam, mais tarde, vir a assacar responsabilidades.

A seguir reproduzimos o texto da carta:

Lições, 7 de Agosto de 1975

Senhor Presidente da República,

REFLECTO longamente antes de me resolver a dirigir-me a V. Exa. por forma pública e aberta. Mas os meus camaradas do Secretariado Nacional têm razão quando insistem em que, dada a gravidade e a acentuada deterioração da situação política, económica e social portuguesa, urge demarcar bem as posições e as responsabilidades recíprocas, perante o País, que não julga, e não apenas no segredo dos gabinetes ou das assembleias improvisadas, finalmente nas costas do Povo.

Ao fim e ao cabo, mais do que o Secretário-Geral do Partido Socialista — o maior partido português que representa bastante mais de dois milhões de portugueses — é o cidadão, o anti-fascista e o português que se dirige ao Presidente da República, ao Presidente do Conselho da Revolução, ao 1.º Tídnario designado pela última assembleia do MFA para, esgotados todos os outros meios normais de intervenção, ignorados deliberadamente todos os apelos, as advertências e as sugestões do Partido Socialista, fazer um verdadeiro esforço de clarificação política, antes que seja demasiado tarde.

V. Exa. está plenamente consciente da gravidade da situação, como o prova o seu discurso à

última assembleia do MFA. Por palavras que poderiam ter sido utilizadas por nós, socialistas, V. Exa. afirmou aquilo que o Partido Socialista tem vindo a dizer há vários meses. Não é pois daqueles dirigentes do MFA que se recusam a ver as realidades de frente, por falta de lucidez ou por falta de coragem, e que persistem em fugir desesperadamente para a frente, convencidos de que os problemas se resolvem com discursos ou com declarações de intenção. V. Exa. sabe que Portugal está perto do abismo e que a revolução de Abril pode estar a caminho de ser traída. Disse-o, no seu estilo telegráfico e discreto, mas por forma indelével. Simplesmente, depois do seu discurso todo se passou como se o não tivesse feito ou como se ele constituísse apenas um desabafo de consciência de quem está já no fundo de si mesmo, resignado à fatalidade.

Ao fim de um mês de crise governamental V. Exa. prepara-se para sancionar com a sua autoridade de Presidente da República, um governo ultra-minoritário sem credibilidade que não representará hoje sequer 18% do eleitorado português. Um governo se não de comunistas de cristo-comunistas ou de elementos estreitamente associados. V. Exa. poderá argumentar que não tem poder militar real para se opor à formação de um tal governo. Diga-o então, francamente, ao País, que a esmagadora maioria do nosso Povo virá para a rua e numa manifestação unânime de vontade, pacificamente, de norte a sul e na própria cidade de Lisboa, lhe conferirá a força e autoridade bastantes para impôr um verdadeiro governo de salvação nacional.

V. Exa. passou em silêncio a proposta do Partido Socialista de constituição de um governo de salvação nacional. Não tentou resistir — como lhe propuzemos — os dirigentes dos partidos progressistas e das diferentes facções do MFA (hoje não é mais possível negar essa realidade) a fim de tentar por acordo e ao redor de um programa comum, esquivar-se aqui e agora em Portugal, "vencer a crise e salvar a Revolução".

Porque é disso que efectivamente

se trata: salvar a Revolução que está a ser comprometida por uma minoria arrastada totalitária e de vocação suicida. Trata-se mais do que isso, de reconstruir Portugal, de não reduzir este nosso Povo à miséria, ao isolamento e à escaradilha. De não dividir irremediavelmente os portugueses — como está a acontecer não só por efeito das "manobras reaccionárias" (cuja existência ninguém nega nem minimiza) mas por culpa dos erros crassos dos pseudo-revolucionários, nefastos dum primarismo infantil, onde a Reação coíbe alento e estímulo manifestos. Trata-se, Senhor Presidente, de não deixar matar uma a uma as liberdades e com elas a esperança de milhões de portugueses. Quem pode lidar-se sobre o significado real dos nobres da República e da Radio Renascença — aivos principais da escaleta que visa armodiar as vozes livres e a destruir a própria autoridade revolucionária constituída?

V. Exa. sabe tão bem como nós que um governo minoritário constituído pelo General Vasco Gonçalves — isto obstinadamente agarrado ao poder como outrora Salazar, e com ele convencido de ser um "salvador", embora de sinal contrário — não tem condições para resolver a maior parte dos graves problemas que afligem o nosso Povo. Muito pelo contrário. Contribuirá para agravar, em proporções inenunciáveis, a tragédia de Angola; dará um novo alento ao separatismo que grassa perigosamente nos Açores; exacerbará as divisões dos portugueses — divisões profundas que a própria classe operária e as massas trabalhadoras em geral, desintegrará o MFA, como movimento unitário, patriótico, progressista e apartidário; consumará o isolamento internacional de Portugal, accentuando a dependência do nosso país em relação a um determinado bloco de nações; acelerará a fuga de técnicos para o estrangeiro, ameaçando paralisar a economia portuguesa tanto no sector público como privado e comprometendo toda a política de atração de novos investimentos, agravando por consequência o desemprego por forma as-



trômica, massacrará as classes médias, sem melhorar as condições das classes trabalhadoras, antes agravando-as, a curto e médio prazo, o que implicará pela agnação social que produzirá e por fenômenos de osmoses inevitáveis, a redução drástica das remessas dos emigrantes e o fim do turismo; consumará um certo tipo de capitalismo de Estado, dirigista, autocrático, autárquico, burocrático, encaminhando o país necessariamente para o que nós definimos como sendo um socialismo de miséria.

Repare, Senhor Presidente, que não aludo a estas consequências, que tenho por inevitáveis, para tirar um quadro alarmista da situação. O alarme existe já, é geral e a inquietação não pode ser maior, a todos os níveis da sociedade portuguesa, como V. Exa. sabe. Trata-se de falar a verdade ao Povo, como é da nossa estrita obrigação de políticos responsáveis, e de o advertir dos perigos que nos espreitam, para os evitar, enquanto é tempo.

O General Vasco Gonçalves pretenda fazer crer ao país que o dilema que se apresenta perante nós, em Portugal, é o de revolução ou de contra-revolução.

Nós socialistas que somos revolucionários, sem que para o termos precisamos de pedir licença a ninguém, e muito menos aqueles que aprenderam a balbuciar a palavra socialismo depois do 25 de Abril, recusamos esse falso dilema, simplista e deformante da realidade portuguesa. A contra-revolução é o passado e quanto a nós só poder voltar a levantar cabeça, como está a acontecer, se a base social da Revolução for reduzida a limites impossíveis, pelos erros, pelo sectarismo e pela vocação hegemónica e totalitária dos profetas encarnados de uma revolução copiada de modelos inaplicáveis a Portugal, país europeu e no ano de 1975. O que está em jogo são duas concepções diferentes de Revolução: uma democrática, aberta às novas experiências autogestionárias e de democracia de base, desde que articulada com o respeito pelo sufrágio universal e com uma

concepção pluralista do Estado; outra, totalitária, baseada num aparelho burocrático e burocratizado de partido único, autárquico, autocrático e concentracionário.

A direcção para que aponta o governo minoritário de Vasco Gonçalves conduziu necessariamente ao segundo termo da alternativa. E não poderá sobreviver, mesmo a curto prazo, sem envolver por uma política fortemente repressiva, não somente das liberdades políticas mas dos direitos humanos mais elementares.

V. Exa. sabe que as prisões deste país estão cheias — muito mais e com tanto desrespeito dos direitos essenciais como no tempo do fascismo. A que novas violências dará lugar a "revolução dos cravos", uma vez comprometidos os seus objectivos essenciais?

A repressão gera sempre um círculo vicioso infernal. Não nos deixemos aprisionar nas cadeias desse círculo: violência — repressão — mais violência. As sedes do P.C.P. e do M.D.P./C.D.E. estão a ser assaltadas em muitos pontos do país — e não só no norte pretensamente reaccionário. É lamentável. Os socialistas condenam tais actos de violência. Como condenaram as violências praticadas contra o C.D.S., o P.P.D. ou o M.R.P.P. Ainda há pouco nas manifestações do Porto e de Lisboa nós próprios fomos vítimas de actos de igual violência, quando os comunistas inventaram uma falsa marcha sobre Lisboa, pseudo-reaccionária, e ergueram barricadas agredindo selvaticamente pacíficos manifestantes socialistas.

É necessário explicar as causas profundas desse súbito clarão de violência que está a alastrar no país e o fenómeno de verdadeira rejeição nacional de que está a ser vítima o P.C.P. e os seus atrelados satélites. Não será porque quem semeia ventos colhe tempestades?

V. Exa. sabe melhor do que ninguém que uma ditadura comunista militar não tem qualquer espécie de viabilidade em Portugal. Por quatro ordens de razões, fundamentalmente:

a) porque o Povo Português está naturalmente contra;

b) porque o M.F.A. está partilhado entre posições extremistas entre si divergentes e posições ditas moderadas e só minoritariamente, e mediante confrontações dramáticas, seguirá uma tal orientação;

c) porque a crise económica — e Angola, com as centenas de milhares dos nossos irmãos desalojados e os Açores e a Província — baterá à nossa porta com tal intensidade em tempos próximos, que a base de apoio para uma tal política se volatilizará;

d) porque isolados da Europa, à qual nos liga 80% do nosso comércio exterior, e sem conexões fortes com o Terceiro Mundo, a União Soviética e os países comunistas, não estão em condições, não querem, e mesmo que quisessem não podiam, pagar a factura dos nossos avionados déficits.

Se é assim — e V. Exa. sabe que é assim — porque teimamos em persistir numa política evidentemente errada, que nos conduzirá ao abismo certo, fazendo o jogo objectivo da contra-revolução? Quem está afinal contra o processo revolucionário, quem o compromete na prática política diária, quem com o seu dogmatismo, orgânico e obstinação, dá cada dia mais alento às "manobras reaccionárias"? Não são de certo os socialistas.

Senhor Presidente, a minha carta não é um desabafo; é uma advertência. Séria. E soene. É uma definição clara das responsabilidades de cada um, de cada campo em presença, perante o Povo e perante a História.

Será ainda possível entedermonos? Pormo-nos de aceno nos termos de um projecto político comum que "vença a crise e salve a revolução", que assegure as liberdades, o socialismo e a esperança das massas trabalhadoras deste País? Só V. Exa. pode responder. Melhor do que ninguém neste país V. Exa. terá autoridade para impor uma solução de bom senso. Use dessa sua autoridade. Antes que seja tarde. Não deixe acontecer o irremediável.

Apresenta a V. Exa. respeitosos cumprimentos, o

Mário Soares

## Um documento realista e a questão do poder

O V GOVERNO Provisório tomou posse, mas não se pode por isso dizer que a crise está superada.

A «posição crítica» (ver pág. 17) tomada por cerca de um terço dos membros do Conselho da Revolução, e divulgada na quinta-feira, veio confirmar a situação do dramático impasse para que, há quase um mês, a revolução portuguesa foi conduzida. Dando provas de um realismo positivo, os nove signatários — homens muito ligados ao 25 de Abril e à redacção do Programa do MFA — revelam com clareza que não é apenas nos meios civis, mas também no sector militar, que se enfrentam sobretudo duas concepções de revolução, de socialismo e de sociedade.

Melo Antunes e os seus camaradas optaram e optam pela «formação dum amplo e sólido bloco social de apoio a um projecto nacional de transição para o socialismo», «construído em pluralismo político», «inseparável das liberdades, direitos e garantias fundamentais». Vasco Gonçalves e os partidários da sua linha escolheram e consensualmente a escolher, pelo contrário «o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental». A maioria do povo português estará, embora com variantes, muito mais próxima da primeira concepção do que da segunda: na prática, até aqui, os defensores da segunda concepção têm, no entanto, conseguido, na prossecução dos seus objectivos, progressos que os adeptos da primeira não obtiveram.

Com o despertar dos que, com maior ou menor identificação, pensam dentro da linha Melo Antunes, avolumaram-se, a todos os níveis, as contradições e aumentaram os perigos de a revolução parar e morrer. Desde a escalada de violência por esse país fora à recepção pouco amistosa que Otelo e Fábulo tiveram no Porto, passando pela contestação aberta ao Primeiro Ministro (ver págs. 2 e 3), pelas dificuldades de constituição de um Governo que, embora curiosamente homogéneo, tem à nascença os seus dias contados (ver pág. 1), sem falar de outros aspectos, como o espantoso projecto Jesuino (ver págs. 4 e 5), as diferenças de tom entre os comunicados do Copcon e do Directório acerca do documento dos 9 (ver pág. 1) ou entre os discursos do Presidente da República e do Primeiro Ministro na tomada de posse dos novos ministros (ver pág. 1) — há uma longa série de factos que provam não estar a crise superada. Há demasiadas frentes abertas — a agricultura, a indústria, a gestão do sector público, a definição do sector privado, a Igreja, a Europa, etc. — e uma incapacidade evidente para as fechar, resolvendo os problemas.

A divulgação do documento entregue por Vasco Lourenço aos generais Costa Gomes e Otelo de Carvalho veio clarificar ainda mais a situação. Resta saber como será ela resolvida. É óbvia a importância da posição dos dois destinatários (talvez até mais a de Otelo, visto que, pelos seus últimos discursos, Costa Gomes tem vindo a definir a sua), como é necessário encontrar explicações para o recuo táctico do PCP, como ainda é útil observar o modo como determinados partidos apoiam (por exemplo PS, PPD, PCP-ML) ou não apoiam (por exemplo: PCP) o documento dos 9. Mais relevante porém será verificar o número e a qualidade das assinaturas de militares que o ratificaram, de algum modo podendo reconstituir-se quase todo o bloco inicial que arrancou com o Movimento dos Capitães.

O problema imediato é, acima de tudo, militar e, enquanto não for resolvido — espera-se que sem tiros — pelos próprios militares, não se sairá de uma situação de crise permanente (com a reacção à esquerda e a bancarrota à porta, convém não o esquecer). Como diz o documento dos 9, «a questão do poder é a questão do poder no interior do MFA.»

SANTOS, Trindade

# Crítica e autocrítica

Trindade Santos

OCUPANDO-SE a Estética das qualidades da obra de arte, e, de certo modo, com a apreensão daquilo a que geralmente se chama os "belos", é função da crítica aplicar considerações estéticas a obras de arte concretas, envolvendo nessa apreciação múltiplos aspectos, da concepção à realização e interpretação. A crítica é uma função exercida em relação à Música, implicitamente por muitas individualidades — do empresário ao anotador de programas — e explicitamente por aqueles que ocupam tal função junto dos meios de comunicação social. Veicula, todavia, apenas dois tipos de opiniões: a dos que reflectindo a ideologia da classe dominante (v.g. aquela cujo gosto a arte serve) a defendem, e a dos que a atacam. Em qualquer dos casos a relação directa e profunda com a obra de arte é obliqua, já que a aplicação dos critérios de avaliação decorre invariavelmente de um quadro de valores politicamente referenciado, resolvendo-se a visão angélica por via de regra, em posições conservadoras. Nem sequer é de excluir a possibilidade de o segundo tipo de opiniões aspirar meramente a uma natural assimilação pela classe dominante — o que é susceptível de ocorrer com o tempo, ou com uma benévola reavolvente na estrutura da sociedade.

Seja como for, o crítico é ele mesmo uma personagem obliqua — se a sua intervenção no processo da criação artística é virtualmente ausente, a sua apreciação pode influir determinadamente no futuro da compreensão e acção da obra de arte.

A contradição não seria de modo algum inquietante se, as mais das vezes, ao crítico não faltasse a qualidade, a inserção e a competência que ao artista são exigidas no desempenho da sua tarefa. É de crer que seja elevada a probabilidade de um crítico estar menos apetrechado para julgar da qualidade de interpretação de uma qualquer obra de arte, que o artista que a apresentou e, a fortiori, o que a criou.

A única ilação que parece lícito tirar desta constatação é a de que deve ser vedado ao crítico emitir juízos de valor sobre o trabalho dos outros (mesmo sob o pretexto de estar meramente a citar juízos de realidade acerca de si próprio), devendo limitar-se a tentar explicar a obra de arte — o que já de si é bastante difícil. Ainda assim, deverá ter o cuidado de, na sua crítica, não fazer uso de referentes circunscritos numa

classe de classe (da classe dominante normalmente) sob pena de, valorizando uma ou outra leitura, tornar a percepção da obra de arte mais difícil que o que na realidade é.

Mas ainda este é um esforço que pode estar definitivamente acima das capacidades do crítico, sobretudo em música. Note-se que durante o século XX fomos assistido ao ruir dos critérios que permitiam julgar uma obra de arte, e que como tais se tinham vindo a sedimentar a partir do Romantismo. A crescente complexidade da música contemporânea permitiu que em muitos meios meros dilettantes se arvorassem em grandes compositores enquanto a centralização económica da vida musical lhes assegurava a força da aprovação pública. A «democratização» da arte, os interesses do sistema, desejoso de se afirmar como produtor de génios, e a sua vontade de poder vieram a traduzir-se numa divergência entre o posto do público e a qualidade de obras, que acabaram por se impôr apenas pela estratégia do artista.

Aparentemente, parece poder-se julgar da qualidade de uma peça de vanguarda na medida, nos mesmos limites, e de modo igualmente conclusivo, que se de um clássico se tratasse.

Verifica-se, no entanto, que os mediadores pretensamente competentes perderam a capacidade de julgar sobre tal matéria. Desde que a composição se entende unicamente a partir da estrutura própria a cada obra, na ausência de exigências generalizadas e igualmente aceites, não é possível, de uma vez por todas, ensinar a distinguir a boa música da má. Quanto à interpretação de clássicos, reverte, em grande parte, para a defesa de critérios de classe, obscura ou claramente assumidos. Ora, se, no primeiro caso, é o autor que está à altura de tal tarefa, é, no segundo, o intérprete. Todos parecem, contudo, e entre eles o crítico, apodados em olvidar que o sistema, separando o público da produção artística — circunstância impossível de contrariar — impõe que os fenómenos tidos como mais significativos adquiram esse estatuto em função de condições sociais e antropológicas relevantes mais de uma mitologia da criação artística que de uma correcta compreensão da obra de arte. Por outras palavras, retirando o artista da sociedade, contra a arte e para a qual cria, está-se a transformar, num «mostruário exhibicionista envolvido numa transcendência negada ao vulgo

consumidor. Por outro lado, a persistência de uma visão redutora da obra de arte (a melodia que todos podem reproduzir pelo assobio, por exemplo) acabou por dar origem a «letras bistras», como a de que Schönberg é mais difícil que Beethoven ou Mozart, e daí a isolar atributos falsamente explicativos (dissonância, cromatismo, atonalismo) como uma fronteira distintiva entre a arte «difícil» e a outra. É o que se perde (e o absolutamente importante — a coerência musical, o sentido). A realtante é a afirmação da música como uma arte de classe. Quem nunca entendeu de Beethoven senão o destino a bater à porta não pode senão fechar os ouvidos, e o entendimento, às subtilidades de Webern. De um tipo de estupefacto passa-se apenas a um outro tipo de estupefacto.

E assim, entre o disco, a transmissão radiofónica e o vídeo cerimonial do concerto se vai desperdiçando a obra de arte. Pelo que só se pode concluir que tudo está errado sem remédio. Criar é hoje um monólogo para entendidos, perceber, um jogo para eleitos, fruir, um estatuto de privilegiados.

Que soluções? Que caminhos? Que alternativas?

Não é fácil defini-las. Nem me parece que a seguir caiba o deve de teorizar em tal matéria. Continuar, porém, a pretender que nada se passou, apostando numa mágica reconversão das instituições é uma pura perda. Enquanto a arte e a cultura não puderem ser pensadas num projecto político coerente as contradições tenderão a agudizar-se ainda mais. A separação do artista do seu público, a destruição das categorias estéticas universais, a transformação da arte em consumo são questões que apontam para a falência de uma superestrutura não independente da estrutura social que a justifica e apoia. Não tem sentido alargar o consumo artístico «às classes trabalhadoras sem ter previamente posto em causa a arte e a sua função. Para mais essa tarefa revela-se impraticável já que falta quem a possa levar a cabo. Perante tal questão só é, «sit agora, possível afirmar, que a empresa da construção de um projecto cultural coerente não poderá ser confiada aos mediadores pretensamente competentes, que durante anos se encarnicaram na batalha inglória de defender ou atacar uma ideologia tão ruinosa como a sociedade que gerou. Não há critério cultural, mas há a ideologia e a própria classe dominante.

LUCENA, Manuel de

MANUEL DE LUCENA apresenta o seu «pap» pessoal: aqui o damos como um contributo possível para a definição — que todos desejam rápida — de uma linha política que permita um verdadeiro programa de acção.

TRINDADE SANTOS, colaborador habitual do jornal em matérias de música e educação, fala hoje das contradições inerentes à função da «crítica» dita artística.

# Novo curso e divisão de poderes

Manuel de Lucena

1) Apresenta-se e fundamenta-se aqui, sucintamente, uma proposta constitucional de divisão dos poderes na revolução, para equilibrar enfim as diversas e por vezes opostas exigências da firmeza revolucionária e do respeito pelas liberdades, da manutenção do pluralismo político e da consistência do Estado. Mas esta proposta não ocorre no vácuo. Antes se inscreve numa profunda crise, que põe em causa, em todas as suas determinações, a revolução portuguesa.

2) O novo curso político aqui proposto constitui um aspecto tão-só de um novo curso «out court», que em todos os planos se impõe. É certo que o problema do poder político assume um relevo especial num país e numa situação como os nossos: a sociedade portuguesa sempre dependeu muito do Estado; a crise que atravessa (económica, colonial, etc.) pede uma intervenção rápida e enérgica; e a luta de classes passa através de outra, propriamente institucional e assaz autónoma, expressiva dos interesses antagónicos dos grupos políticos, que através do Estado poderão inclusivamente vir a engendrar novas classes dominantes. Por tudo isto, é legítimo privilegiar um tanto ou quanto neste momento

a instância política. Mas cumpre referir as outras, para assinalar desde já o devido entroncamento daquela.

3) Há que ser breve na referência. E diz-se a tudo que esse novo curso global de que as transformações políticas fariam parte, é o que foi dito pelo Presidente da República ao inaugurar a última A.M.F.A., que não parece tê-lo escutado com a devida atenção.

4) E assim:  
a) É preciso adequar o passo da revolução portuguesa à disposição actual dos portugueses.

Consolidar e explicar o adquirido, corrigindo alguns excessos, em vez de se permitir a fuga em frente de uma vanguarda cada vez mais estilha e sectária. Nomeadamente, há que definir as etapas da revolução no terreno económico; que demarcar estavelmente os sectores público e privado; que definir as regras da economia mista e das intervenções do Estado; que ritmar a reforma agrária de modo a evitar a guerra civil nos campos; e que estabelecer certas regras da cooperação económica externa. Para se não privar de contribuições que continuam a ser decisivas, Portugal tem de

chegar a compromissos com o capital estrangeiro e com uma parte da burguesia nacional. Não há revolução sem crise económica. Mas sem aqueles compromissos ela será insuportavelmente dura ou demasiado longa.

b) É vital que a bem-vinda diversificação das nossas relações internacionais não signifique ruptura com o Ocidente, e sobretudo com a Europa Ocidental. Não nos interessa um socialismo cercado e é disso que nos estamos a avizinhar: a ser-lhe viável, custar-nos-ia um rol infundável de privações, além da perda das liberdades políticas. É mesmo que a independência nacional nessa passada se não perdesse, perderia pelo isolamento uma grande parte do interesse que tem. Interessa ao nosso país o desempenho de um papel de charmeis entre a Europa e a África Negra, bem como a inserção no dinamismo neutralista da área mediterrânica. Não interessa uma excessiva afinidade com o «bloco socialista» seja a que pretexo for. Não se compensa um desequilíbrio com outro.

c) Urge enfim salvar a descolonização do «Vascaire» que a ameaça em Angola; desastre humano dos habitantes do território, negros e brancos; êxodo maciço dos colonos, com graves consequências

económicas e políticas na metrópole; golpe profundo na presença portuguesa em África, razão maior de se manter intacta a nossa própria soberania europeia... Urge portanto intervir decididamente em Angola, por muito que venha a ser custosa a aquisição de tropas. Portugal não tem que intervir nas disputas ideológicas angolanas. E neste sentido será neutral. Mas não deve esperar por ninguém para defender três coisas: a vida das pessoas; o potencial económico do novo país; e o princípio político da unidade de Angola. Este princípio fornecerá a pedra de toque da nossa intervenção, o critério da nossa atitude face aos diversos movimentos e a base das nossas relações com os Estados africanos, muitos dos quais nos compreenderão e apoiarão.

3) Como é evidente, este «novo curso» implica uma reformulação das alianças políticas em Portugal. Nomeadamente, o M.F.A. tem de normalizar as suas relações com os grandes partidos nacionais maioritários, sobretudo com o PS. Quer para recuperar a popularidade em Portugal, quer para intervir eficazmente em Angola, não poderá continuar a apoiar-se apenas no PCP e em pequenos grupos de extrema-esquerda.

Como é evidente, a normalização das relações entre o MFA e os socialistas implicará reformulação da aliança «Povo-MFA». Esta aliança, que melhor se diria do MFA com as classes trabalhadoras, passa pelos partidos políticos e exige a contenção (embora não a supressão) dos fermentos populistas, que têm predominado. Mas atenção: haverá que reformular igualmente a teoria e a prática dos partidos políticos, combatendo-se a tendência parlamentarista, a clientelização do Estado, e os casuismos locais. Do que se dirá adiante.

1) No plano das instituições, determinante para toda a vida política, a possível originalidade da revolução portuguesa residirá num substancial afastamento do parlamentarismo social-democrata, tanto quanto das ditaduras de partido único, reievem estas de algum comunismo conhecido ou de um populismo socializante qualquer. Originalidade não é cor local, nem mero caminho próprio para chegarmos a sítios alheios.

2) Em Portugal concorrem hoje, vigorosamente, três princípios de legitimidade: o da vanguarda revolucionária, mais ou menos «cientificamente» fundada; o da democracia representativa, com base no sufrágio universal; e o da democracia directa, expressão ou fomento da iniciativa popular. Muito «graves» modos, correspondem a três princípios outras tantas famílias do socialismo (a autoritária, a liberal, a libertária) que não são simples e sonde por vezes abandonam os símbolos inimigos. É duvidoso que alguma força política realize separadamente um só dos aludidos princípios; e em todo o caso nenhuma monopoliza entre nós nenhum, por ora. Mas conhecem-se expoentes por assim dizer «uníximos»: o PCP, o PS, certa extrema-esquerda. E sabe-se que todos eles coexistem no MFA, embora com diverso vigor.

3) Até agora, nenhum dos três princípios triunfou, nem nenhuma família se acha ainda irremediavelmente batida. Mas apontam para soluções incompatíveis. Aproximam-se agora combates decisivos e esboçam-se alianças de dois contra um como maneira de apurar os finalistas.

4) Tomados na sua abstracta pureza, os três princípios terão com efeito de dar lugar a um só, que bem pode vir a ser o quanto incómodo. E o mesmo se diga, considerados os dinamismos e os apêzites partidários, quanto às três famílias desvendadas do socialismo: só uma ficará em campo, caso não volte a direita. Em si mesmos, os princípios abstractos são insustentáveis e as forças políticas que deles se reclamam não parecem ter na ideia vir a domesticá-los.

Os compromissos a que temos assistido relevam da trégua e da pura tática, a outríssimo prazo. Todos os protagonistas se guardam de rever os fundamentos

da legitimidade respectiva. Fegem de criar doutrina nova como o diabo da cruz. E não podem portanto repartir duravelmente poderes. Celebram-se pactos na consciência ou inconsciente intenção de os violar ao virar da esquina: intenção comum, embora depois só quem tem força a realize.

5) Não se podem, deste modo, garantir liberdades, definir reformas, fundar um Estado. Tudo isto se arrisca a ficar na dependência da solução final da luta pelo poder, no quadro de uma revolução empolada, que devorará fatalmente a maioria dos seus filhos; ou de uma revolução retraída, que a páginas tantas deixaria de o ser.

6) A proposta constitucional que se segue, redunda a linhas muito gerais, tenta contra esta corrente. Ao conceber um concreto (ou seja, politicamente) a questão da legitimidade, procura assumir o concurso de princípios atrás referido, que caracterizam a revolução portuguesa, e assegurar uma fecunda dialéctica entre eles. Não se trata de momentaneamente os conciliar, mas sim de os fechar à convivência e à colaboração. Demarcando o domínio próprio de cada um, há que definir um quadro institucional do mesmo passo ligeiro e resistente: ligeiro para se não fechar a porta ao sucessivo aprofundamento das transformações; resistente para conter os necessários conflitos e para se poderem repartir duravelmente poderes.

7) Não se julga que alguma das famílias políticas em presença vá desde logo gostar de uma perspectiva que a todas e em definitivo limita. Mas é verdade outrossim que a todas deste modo se garante um espaço político. E espera-se que, em plena crise, todas elas venham a compreender que um triunfo absoluto seria ilusório ou custaria caríssimo, a sup-ló possível. Eis o que aplica também ao MFA, que não só aos partidos. É claro que quanto maior seja a vocação absolutista tanto mais uma efectiva divisão de poderes custará. Mas o próprio PCP há-de lutar (e o país com ele) esta causa, notável: manter-se integrado na vida nacional. Seria malado repetir uma minoria tão activa às trevas exteriores por onde andou.

8) Na divisão de poderes que a seguir se esboça, não deverá ver-se apenas (embora isso não fosse pouco) uma tentativa empírica de resolver a nossa actual crise política. Algumas sugestões são, por outro, um carácter circunstancial, sem estariam em política sem uma parte de efêmero. Mas o plano de em plena revolução se dividirem poderes também corresponde a algo de mais profundo. A quê? Antes de mais nada à vontade de manter, aprofundando-as, as liberdades políticas, tão caras aos trabalhadores europeus, e sem as quais a revolução portuguesa não inspirará, no Velho Continente, ninguém. E depois à convicção de que o pluralismo e o

pluri-partidarismo políticos dispõem de uma base social tão sólida (ou tão frágil) hoje como ontem, pois as classes trabalhadoras são tão várias, pelo menos, quanto a burguesia ascendente o foi. E o quadro Estado atual não dá em que comee a ser tude, terá de reconhecer isso mesmo, de organizar uma unidade na diversidade e de instituir mediações a condizer.

Ora a revolução portuguesa poderá ter, nesta conformidade, uma acção resecrora.

1) A transacção para um directório de três generalistas das máximas prerrogativas anteriormente conferidas ao Conselho da Revolução, não resolve o problema do poder em Portugal. É uma ponte de passagem. Mas a decisão «institucional» da última «AMFA» teve um mérito inavaliável: fez caducar o pacto constitucional de Março, pacto tenino e portanto celebrado, que consagrava no fundo uma divisão dos poderes. No quadro das suas disposições e omissões, talvez fosse possível instalar sucessivamente uma ditadura; ou talvez se preparasse o terreno para uma explosão do país para contra aprendiz de feiticeiro, com os partidos maioritários saltando gritos do Ipiranga. Mas ia-se em qualquer caso numa má direcção. Agora, ficamos com o caminho juridicamente desimpedido. Haverá talvez por aí, quanto diga que o pacto sucessivo, deve-se ler-se «directório» onde se escreveu «conselho». Mas sejamos sérios. A normalização das relações entre o MFA e os partidos maioritários exige outra música.

2) Não é uma música fácil. Em matéria constitucional navega-se por força entre Sila e Caríbides: uma vez vencida a tentação do vanguardismo ditatorial, convierá evitar o declive parlamentarista; e quando o MFA aceitar como deve que também ele (e não só o PCP) tem de ser contido, haverá que reconhecer-lhe e garantir-lhe uma função capital de fadão do Estado e impulsionador da revolução.

Quando aos partidos, postos então ao abrigo da alternativa infeliz entre curvarem-se perante os militares ou serem por eles reprimidos, há que redefinir-lhes o papel na sociedade e no Estado: não o factor decisivo, como vemos, da liberdade política, cabendo-lhes ainda debater todos os problemas nacionais, criticar o Governo e a Administração e animar (não controlar) os corpos sociais intermédios: sindicatos, cooperativas, grupos locais, etc. Mas seria incompatível com o projecto revolucionário deixá-los livres de fazer e desfazer governos, de partilhar clientelamento, do Estado e as suntuárias locais, de negociar e re negociar a cada passo as reformas de estruturas.

Quando à iniciativa popular então, a das comissões de moradores, e de trabalhadores, cuja

eclosão qualifica o processo revolucionário português, tão necessário se afigura fomentá-lo como circunscrevê-lo. Não se azeita aqui a miragem libertária, federalista, que reduz toda a organização social ao princípio da democracia directa. Mas, por igual se regista a fácil redacção a termos pejorativos de «anarco-populismo» do movimento social extremamente fecundo que o «25 de Abril» libertou.

3) Vejamos então qual a estrutura constitucional, o sistema de pesos e contrapesos, capaz de compatibilizar a revolução socialista com as liberdades, o pluralismo com a consistência do poder político e as exigências do movimento social com as da criação de um Estado.

Trata-se-á de uma nova divisão dos poderes, não tanto entre as clássicas funções (povo) que a dicotomia do legislativo e do executivo está de facto ultrapassada) mas ocorrendo entre os princípios rivais da legitimidade. Combinando-os politicamente e dando o seu a seu dono, repartindo as esferas de influência (e não misturando-as) é que chegaremos a um equilíbrio criador, em vez de prepararmos a sucupa a anarquia, a ditadura, ou um parlamentarismo que seria estéril, além de conservador.

4) O lugar por excelência do princípio representativo será a Assembleia Nacional, fora dos partidos políticos, livremente eleita pelo sufrágio universal. E é preciso dar-lhe um poder real, conferir-lhe uma dignidade que lhe tem sido recusada. Como? Do seguinte modo:

a) Retirando a qualquer instância do MFA o arbitrário direito de dissolução da A.N. que o defuncto pacto conferia ao Conselho da Revolução.

b) Reservando à A.N. a competência para definir e regulamentar os direitos e liberdades fundamentais. No que se compreendem: o direito de associação e a liberdade sindical (com o direito de greve e o direito de negociação colectiva); o direito de reunião; a liberdade de expressão e o direito à informação, as regras fundamentais do direito penal; as leis electorais, etc.

c) Garantindo à A.N. os meios necessários que lhe permitam criticar com pleno conhecimento de causa a obra dos governos e fiscalizar eficazmente as públicas administrações.

d) Excluindo do horizonte a ideia de que a função da A.N. será um dia desempenhada por

outro tipo de areópago popular. Quanto a estes pontos, seria penoso que os partidos democráticos se consentissem com pouco em negociações que se aproximem.

5) O MFA, vanguarda política nacional (há outras...), continuará determinado o Governo, cabendo-lhe a decisão em última instância em matéria de reformas económicas e sociais, bem como no que diz respeito à descolonização e à diplomacia. Observando-se o seguinte:

a) Pertencerá ao MFA o primeiro-ministro, e será um militar ou Presidente da República quem o designa, ouvido o movimento.

b) Os governos deverão ser homogêneos: os ministros não representarão partidos, mesmo quando a eles pertencem, nem haverá que espelhar, na composição do Governo, a composição da A.N. governando.

c) Tal como se retira ao MFA o direito de, discretionalmente, dissolver a A.N. assim se não permitirá que esta última derrube governos, ou vice-decretos-lei, a não ser em casos extremos e por maioria qualificada.

d) O MFA governará de acordo com o seu programa socialista e de independência nacional, que ainda recentemente mereceu os encomios dos maiores partidos. Um esclarecimento desse programa afigura-se necessário.

e) O Presidente da República é um elemento fundamental do sistema, dele dependendo em boa parte quer o seu equilíbrio, quer o seu dinamismo. Trata-se de um sistema algo presidencial (e não tanto presidencialista), em que o Chefe do Estado orientará de certo modo o Governo, um Governo que nem poderá ser obstruído ou derrubado pelos parlamentares nem terá modo de escapar à crítica destes.

f) Convém portanto realizar, na escolha do P.R., um enlace entre o princípio vanguardista e o princípio representativo. O P.R. será designado pelo MFA, e aceite, ou racionado, pela Assembleia Nacional, segundo processo a estudar.

g) Convém outrossim que o P.R. seja assistido por um Conselho de Estado paritário, civil e militar, capaz de actuar eficazmente em momentos de crise, e sobretudo na eventualidade de um conflito grave entre o Governo e a A.N.

7) Nas comissões de trabalhadores e de moradores exprimir-se-á a iniciativa popular e fon-

tar-se-á a democracia directa. Deve recatar-se e delimitar-se constitucionalmente a sua função, de acordo com as seguintes ideias:

a) As comissões de trabalhadores e de moradores colaboram com os sindicatos e autarquias, mas não se confundem com eles. Constituem um fermento activista e crítico cuja relativa autonomia se não deve perder.

b) A competência das comissões determina-se tendo em atenção o nível a que actuam. Poderão é certo federar-se a níveis crescentes, não se excluindo que a junção de uma conjunção à escala nacional. Mas cujo signo seria por exemplo, o de uma segunda câmara, expressiva de interesses muito concretos e subordinada, por princípio, à Assembleia Nacional. Só assim se evitarão, do mesmo passo, o corporativismo e o anarco-populismo.

c) Estas comissões são apartidárias e constituem a base de uma aliança entre o Povo e o MFA. Mas o «a-partidarismo» não significará supressão dos partidos, nem sequer absoluta ausência deles. É claro que cada trabalhador ou morador será parcialmente condicionado pela sua opção política partidária, ao actuar nas comissões. E desse modo indirecto, bem como ao estimularem a participação, os partidos terão com certeza influência nas comissões.

d) Exclui-se se podem, firmemente, que as possam controlar, desnaturalizando-as. Neste sentido, as votações decisivas devem ser protegidas de pressões e manipulações de minorias activas. E será necessário rever o documento-jornal em matéria de votações de braco no se.

8) Uma magistratura prestigiada e absolutamente independente constituirá a garantia «sine qua non» de todo o sistema até aqui esboçado. A necessidade de uma tal magistratura não acaba, chegada a este ponto, de ser demonstrada. Saliente-se apenas:

a) Que a sua intervenção em matéria constitucional será não só política mas também económica. Do «novo curso» têm com efeito de fazer parte, como acima se disse, algumas normas fundamentais sobre as relações entre o sector público e o sector privado, sobre a economia mista, sobre as intervenções do Estado, etc. Ao contrato político «sub-judice» corresponde pois a sua

trazo económico que os tribunais também terão de tutelar.

b) Num primeiro tempo, até que a sua experiência se alargue e o seu prestígio político se torne devesas notável, a «influência «constitucional» dos magistrados talvez não seja bastante. E esta é uma das razões que nos aconselham a promover também a mediação do Conselho de Estado (cf. supra, 3 b) instância sobretudo política para quando se esgotem os argumentos predominantemente jurídicos.

c) A questão de saber, em termos de organização judiciária, se convém criar uma suprema magistratura constitucional (e de qual seria, nesse caso, a competência de tribunais inferiores e comuns) não é uma questão secundária. Mas deixa-se aqui em aberto.

10) Quanto ao MFA, em princípio institucionalizado fora das esferas de soberania e só pela cabeça tocando no Estado. Terá uma influência por certo decisiva (na designação do P.R., na formulação do programa governativo, no preenchimento por maioria do Conselho de Estado); mas uma influência simples e transparente, exclusiva do abaco do povo, indeterminado, incontroável e sufocante, que hoje se desenha.

Não ficaria o MFA para votar a quartir. Nem poderia vir, a desaguar numa reunião nacional de esquerdas, favorável, altamente favorável, à degenerescência do socialismo em capitalismo de Estado. E nem tentam os militares revolucionários de se preocupar tanto com o número de votos que os moderados vão obter nas próximas eleições: o que, seja dito, tem distorção (electoralisticamente) a dinamização cultural. Esses votos daria a temperatura do país, mas sem poderem paralisar (apenas moderar) a legislação e a acção revolucionárias.

Em conclusão: um novo pacto entre o MFA e os partidos, que consagrasse este esquema de divisão dos poderes, entraria logo em vigor, aplicando-se já às actividades da Constituinte. O MFA dotaria-se pelo seu lado de uma estrutura interna assas-tivamente Caber-lhe-ia defini-la livremente, dentro dos limites da nova estrutura constitucional acordada. Mas não poderia depois modificá-la substancialmente a seu bel-prazer, durante a vigência do pacto. Que os há a normalidade ou comem todos, lá do povo com quem todos dizem querer aliar-se.

Liboa, 1 de Agosto de 1975.

Sousa, Marcela Rebelo de  
MATOS, Arnaldo de

Arnaldo de Matos no EXPRESSO

## Triunvirato-aliança «in articulo mortis» das 3 facções da burguesia

**NÃO VIA Arnaldo de Matos desde os tempos da Faculdade de Direito, já lá vão uns bons seis anos.**

Reparação na cena política nacional, depois da sua prisão, observei que se desmultiplicava em entrevistas e declarações a diversos órgãos da imprensa. Quase todos estes documentos eram apologeticos, de teor tendencialmente propagandístico, preocupados com a conjuntura que vivemos.

E, contudo, valia a pena ouvir o que um dos mais controversos dirigentes políticos portugueses (por sinal de um dos mais controversos partidos legalizados) teria a dizer sobre o que se vai passando à nossa volta. Dessa conversa — que se foi intencionalmente centrada em problemas da actual crise do poder — damos seguidamente o conteúdo.

Do entrevistado — Arnaldo de Matos — se dirá que se revelou, como era de esperar, um politico bem informado, atento à realidade portuguesa, e — aspecto a salientar — cheio de um optimismo que qualifique de revolucionário, não compete, obviamente, ao entrevistador julgar do fundo das duas apreciações.

Os leitores dirão, se por esta conversa, ficam mais esclarecidos sobre a visão do secretário-geral do MRPP acerca de um dos períodos cruciais do processo politico iniciado a 25 de Abril de 1974.

**EXPRESSO:** Nas duas últimas semanas têm saído entrevistas suas em vários órgãos da Informação.

Significa isso, que os órgãos de Informação se encontram, com particular interesse pelo MRPP neste momento, ou tratar-se-á apenas de uma campanha lançada pelos Serviços de Propaganda do MRPP?

**ARNALDO MATOS:** A resposta não é tão simples como a pergunta. Há que ter em atenção que, no seio da classe dominante, se agravaram as disputas e as contradições, e isso através, de algum modo, a censura interna — mas censura — que existe sobre os órgãos da chamada grande Informação. A paralização da acção do ministro Correia Jesuino, odiado por toda a imprensa, facilitou esse "desabrochar" da actividade jornalística, essa quase libertação que o jornalismo temporariamente sentiu e o estimulou a tocar os "tabus" e os temas proibidos.

Precisamente porque esta situação era previsível, a Comissão de Imprensa do Comité Central traçou um plano de acção para aproveitar para o Partido as condições criadas. Conjugam-se, portanto, as duas coisas.

Por outro lado, existe simultaneamente, e não o podemos subestimar, um crescente interesse das massas populares pela ac-

tuação politica do nosso Movimento. E essa força do movimento popular, que se havia materializado, exigindo a libertação das quase cinco centenas de militantes do nosso Partido, encarcerados no dia 28 de Maio, lançou também as últimas barreiras opostas por certos jornais e revistas. É evidente que os órgãos de Informação pagos pelo Povo e

controlados pelos social-fascistas do PCP — os Investias e os Pravdas portugueses — têm uma atitude diferente. Nesses impersa uma censura social-fascista, o que, aliás, vai determinar a breve trecho uma luta interna muito dura.

O isolamento que os social-fascistas sentem em todo o País também se há-de verificar nestes sérgãos de Informação.

**EXP:** Falou da libertação de camaradas seus. Para além de poder ter sido resultado eventual de pressões de aderentes do Movimento, que significado teve esta libertação repentina em vésperas de uma crise politica do poder?

**A.M.:** O objectivo do inimigo, quando nos encarcerou, era montar uma campanha histórica de ataque ao nosso Movimento, para aniquilá-lo. O nosso objectivo, face a esse ataque, foi derrotá-lo, impedindo-o de realizar os seus planos. De Norte a Sul do País, levantou-se um movimento

popular exigindo a nossa libertação. Nomeadamente nos quartéis, unidades inteiras exigiram a libertação dos nossos camaradas.

Assim, na Póvoa de Varzim, por exemplo, duas Companhias de Instrução exigiram por unanimidade, a nossa libertação — e foram por isso desmobilizadas, acrescente-se.

É claro que o inimigo não tem a força que julga ter. O facto de possuir as armas não determina, por si só, uma alteração essencial da correlação de forças da sociedade. Portanto, leve de ceder. Tanto mais que aquele movimento popular se articulou com a resistência firme e tenaz dos militantes do Partido no interior das cadeias.

Posteriormente, a minha evasão do Hospital Militar Principal, levada a cabo por certos elementos das massas, sob a direcção do Comité Central do Partido, veio precipitar os acontecimentos.

É as autoridades constituidas ficaram num dilema: ou intensificavam o ataque, nomeadamente com o objectivo de efectuar a minha recaptura; ou legitimavam a situação criada, libertando todos os membros do Comité Central, e, posteriormente, todos os camaradas.

A nossa libertação é uma vitória do movimento operário e popular. É esse o seu significado.

## As contradições de Oteló

**EXP.:** Aqui, vou-lhe fazer duas perguntas muito concretas. Primeira — leve, nos últimos tempos, alguma conversa com o general Oteló Saraiva de Carvalho?

**A.M.:** Qualquer político tem todas as espécies de conversas que é necessário ter. Mas, quanto a sua pergunta, penso que ela deverá ser endereçada ao general Oteló Saraiva de Carvalho?

**EXP.:** O que pensa do general Saraiva de Carvalho?

**A.M.:** Parece-lhe, então, que esta é uma pergunta "muito concreta"... Sem dúvida, muito concretamente, estaria em condições de responder-lhe, salientando-lhe que se trata do "democrata" que me encarcerou já por duas vezes, bem como cerca de mil camaradas meus. Dir-se-ia que o fulgor da sua ascensão meteórica de major a general se tem alimentado do ritmo crescente das eleições efectuadas sobre militantes e simpatizantes do meu Partido.

Na guerra colonial, os oficiais colecionavam medalhas consoan-

te os serviços prestados aos colonialistas; na luta de classes que se trava em Portugal, os oficiais parecem receber postos e promoções consoante os ataques que desferem sobre o MRPP...

Porém, isso constitui apenas uma parte daquilo que eu penso de... A outra parte é que o general Saraiva de Carvalho, quanto se pode deduzir das suas tomadas de posição políticas, é um representante quase típico da democracia pequeno-burguesa, por vezes da pequena burguesia radical. A sua atitude face à Revolução é hesitante: ele teme a contra-revolução, tanto a fascista como a social-fascista, e, ainda que de forma inconsequente, tem-nas combatido; mas teme, parece que sobretudo, a Revolução, principalmente naqueles momentos em que a classe operária tenta exercer a hegemonia e a direcção política do processo revolucionário.

As atitudes, por ele publicamente assumidas, contra o imperialismo yanque e, em menor grau, contra o social-imperialismo revisionista soviético, constituem factos positivos na luta pela vanguarda da Independência e Soberania nacionais — ainda que apenas a classe operária possa conduzi-la correctamente essa luta.

Colocado numa situação — que

aceitou e, portanto, quis — de chélie supremo de todo o aparelho repressivo herdado do anterior regime, o general Saraiva de Carvalho, impossibilitado de questionar-se acerca da natureza e dos fins de classe desse aparelho, está "condenado" a usá-lo para desmentir na prática o que afirma em palavras.

Essas contradições são vividas na sua actuação e no seu estilo. São elas que explicam também um certo jrito temperamental e desconfiante com que ele se "tobrer", a tentar escondê-las.

Um Cavaignac pode vir de qualquer quadrante da sociedade. Um Luís Bonaparte, também. Mas actuais condições de progresso e impetuoso da Revolução e nas presentes circunstâncias de concentração do Poder numas quantas personalidades; tendo presente o significado político da saída dos dois principais partidos burgueses do Governo e um certo número de insuficiências na organização do proletariado — a cena política pode comportar seja o aparecimento de um Cavaignac seja a criação de um Bonaparte.

E não seríamos nós a morrer de espanto se um representante quase típico do democrático pequeno-burguês aparecesse a encarnar qualquer dessas figuras.

## As vicissitudes do triunvirato

**EXP.:** É já conhecida a sua opinião sobre o triunvirato, aprovado na última Assembleia do MFA. A resposta a pergunta anterior quererá dizer que considera a fórmula do triunvirato como transitória e vê como epílogo final a saída forçada do general Saraiva de Carvalho?

**A.M.:** O triunvirato tem uma característica importante. Procura respeitar nesses três homens a expressão das relações de força existentes no Conselho da Revolução, e, portanto, no interior do MFA.

Mas com uma particularidade: é que elimina uma série de personalidades incómodas da facção pequeno-burguesa democrática ideológica António a Vasco Lourenço, passando por Vitor Crespo, que estavam a assumir um papel de certo relevo na luta contra o fascismo e o social-fascismo e na luta contra o imperialismo e o social-imperialismo.

A classe dominante tem necessidade de unir-se para impedir o desenvolvimento da Revolução, ou pelo menos, tentar desviá-la dos seus fins populares revolucionários. É e por isso que procura concentrar todo o Poder nesses três homens, que representam, assim, uma tentativa de reforço da aliança, "in articulo mortis", das três facções da

burguesia. Não nos é possível indicar com precisão, a partida, a evolução desta coligação. Mas é provável que ela seja determinada pela luta entre dois principais sectores: o sector ligado ao imperialismo yanque, e que tem na política fascista a sua expressão tradicional no nosso País, e o sector ligado ao social-imperialismo revisionista soviético, que tem no partido social-fascista do ministro Barreirinhas Cunhal o seu representante e agente.

Calculo qual seja a tática do general Saraiva de Carvalho no interior da nova coligação triunviral. Porém, o epílogo final dessa tática, não depende só da tática...

**EXP.:** Disse que, de alguma maneira, tinha havido, na formação do triunvirato uma marginalização de um conjunto de elementos do Conselho da Revolução. Isso traduz, em sua opinião, uma luta já decidida (quer dizer um afastamento irreversível) desses elementos, ou traduzirá apenas uma fase transitória sendo possível o seu regresso às alianças do poder político?

**A.M.:** Essa luta não está ainda decidida. Noutras revoluções, tem sido mais fácil à grande burguesia liquidar esta facção da pequena burguesia, depois de se ter servido dela para deter os operários. Essa facção tem um certo apoio nas Forças Armadas, particularmente no Exército. O seu afastamento do palco para os bastidores vai ser algo difícil para imperialistas e social-imperialistas. Depende da forma como esse sector conseguir

organizar-se e definir o seu próprio programa político de classe. Na medida em que conseguir fazê-lo e conseguir demarcar-se de fascistas e social-fascistas, de imperialistas e social-imperialistas, irá, sem dúvida, um apoio maior do que tem tido até agora.

**EXP.:** Não haverá também, por detrás desse sector como peso adicional, o relevo da pequena e média burguesias como componentes do bloco social de apoio ao processo político tal como tem decorrido até agora?

**A.M.:** A pequena burguesia não desempenha um papel importante na Revolução, porque não tem nenhuma espécie de possibilidade de dirigir essa Revolução. Essa pequena burguesia, no entanto, exerceu um certo papel particularmente até ao 11 de Março. A partir daí foi-o perdendo progressivamente.

Não quer isto dizer que essa camada de classe, independentemente da atitude das pessoas que acabamos de considerar, não seja "um aliado possível para o proletariado revolucionário, tanto mais que, seja pela sua situação de classe, seja pelo seu estilo de vida, a maior parte da população deste País é pequeno-burguesa. Sendo importante numericamente, ela hesita consistentemente contra a Revolução que a classe operária quer fazer e a reforma que a burguesia está em condições de ceder. E é necessário não esquecer que é precisamente esses sectores da pequena burguesia que o fascismo vai procurar principal alianças para tentar a restaurar o parasito perdido".



## V Governo nado-morto

EXP.: Falou na posição do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves ainda sem ministério. Na sua opinião, partindo do princípio que aquele forma governo, qual é o destino previsível desse Governo?

A.M.: A constituição desse Governo não está dependente da figura do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves. É um erro considerar que o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves exerce um papel decisivo nesta conjuntura que se trava no seio da classe dominante acerca da questão de saber como conservar o Poder e consolidá-lo. O Partido dito Comunista jogou tudo na figura do Primeiro-Ministro. Mas esse partido está disposto a largá-lo, logo que veja que o investimento não é suficientemente reprodutivo. O Governo que sair destas negociações, é um Governo condenado a repetir, alargadamente, todos os erros dos quatro Governos anteriores. Porque é em tudo idêntico aos Governos anteriores, excepto que vai intensificar as medidas repressivas anti-operárias e anti-populares.

A burguesia não tem outra solução senão arrancar a máscara que pôs, à pressa no 25 de Abril, e mostrar a sua verdadeira face. Por

isso a questão está em saber se é o PCP ou outro partido burguês que irá dirigir essa operação da burguesia.

Este Governo tem os dias contados. É um Governo que nasce já morto, antes de tudo, porque de onde sai é já o ventre de um cadáver.

EXP.: Mas, aparentemente, aliastados determinados partidos, será um Governo homogêneo.

O programa político a partir de elementos já divulgados pode basear-se na constituição de uma Frente Única também com muita homogeneidade política. Isso não permitirá dar mais solidez ao Governo?

A.M.: Precisamente isso não dá solidez nenhuma ao Governo. Torna-o mais fraco. Essa propaganda feita à volta de uma Frente Unitária Popular é uma forma de esconder o isolamento do partido que nós chamamos revisionista.

Ele está tão isolado junto do povo, que não tem outra solução senão voltar a reagrupar uma série de facções menores, de partidos e grupúsculos que criou à pressa, sob a sua direcção. Quer apresentar à sua volta um leque partidário que não corresponde à verdade da luta de classes. Em termos de interesses de classe, de tática, de estratégia e de programa não existe nenhuma diferença fundamental entre o PCP e os seus cães de treia do tipo MDP/CDE, MES, LUAR,

FSP, UDP, etc.. Esta Frente Unitária Popular não é sequer uma frente; muito menos é unitária; de popular não tem nada. É apenas o PCP com as suas ramificações, que se cria para impedir a organização da classe operária e para que a Revolução não vá até ao fim. Não há que pensar em reforço da posição desse Governo. Esse Governo está isolado. E nenhuma FUP do Mundo poderá faz-lo sair desse isolamento.

A saída dos outros dois partidos da coligação governamental porque não se pode constatar evidentemente com o MDP/CDE, como partido; é o "His Master's Voice" do PCP isolou de facto o partido revisionista ao nível do Governo. Mas o seu isolamento não vem daí, vem do ódio que, de Norte a Sul do País, as massas votam à sua política anti-operária e anti-popular.

EXP.: No início da entrevista, falou várias vezes no "inimigo". Para si, para o movimento a que pertence, quem é o "inimigo"?

A.M.: O inimigo, na fase actual da Revolução, é o imperialismo e o social-imperialismo, são os sectores da burguesia que representam os seus interesses cá, são os monopólios capitalistas, os latifundiários e grandes agrários. É uma minoria da população portuguesa. Mais de 90 por cento do povo português está contra esta minoria, quer aboli-la, quer levar a revolução democrática e popular até ao fim.

## O isolamento do PCP

EXP.: Muitas vezes, tem sido apontado ao MRPP como critica, o facto de — intencionalmente ou não — transformar o PCP em algo principal dos seus ataques. É o próprio PCP acusa o MRPP de, assim fazer o jogo da reacção. Como é que se explica que um partido que se considera de "esquerda revolucionária" elega para algo primordial um partido de esquerda que tem implantado em várias zonas do País, e tem pretendido representar as classes trabalhadoras?

A.M.: No nosso modo de ver, o PCP não é um partido de esquerda, mas um partido de direita.

A acusação demagógica que os cunhalistas nos fazem de que faríamos o "jogo da reacção", prova, desde logo, que eles sabem que se desmascararíamos completamente aos olhos das massas se, em vez disso, nos atacassem pura e simplesmente de "termos reaccionários". Não podendo acusar-nos de reaccionários têm de consentir-se com uma acusação mais modesta: a de que faríamos o "jogo da reacção".

Quanto a nós, não dizemos que o partido revisionista faz o jogo da reacção; dizemos e provamos que ele é um partido anti-operário, uma agência do social-imperialismo, um partido de vende-operários e vende-patrias — um partido burguês para operários. A razão pela qual concentramos muitos dos nossos princípios ataques ideológicos sobre o PCP é porque o revisionismo é o perigo principal no seio do movimento operário. É preciso isolar, desmascarar, aniquilar essas posições revisionistas para que o proletariado possa aplicar a sua linha política própria — a linha marxista-leninista. A luta que nos opõe ao PCP é uma luta entre as duas classes: a burguesia que o PCP representa e o proletariado que o MRPP defende; é uma luta entre os dois camalhões: o do capitalismo e da sua consolidação, que o PCP apoia, e o do socialismo que o MRPP indica; é uma luta entre as duas linhas no seio do movimento operário: a linha marxista-leninista do nosso Movimento e a linha revisionista do PCP.

Para poder unir o proletariado e para que o proletariado leve a



Revolução até ao fim, os marxistas leninistas têm de materializar o perigo principal que existe no seio da classe operária e combatê-lo, isolá-lo e aniquilá-lo. Os principais inimigos da classe operária são os que, dentro do movimento operário, a atacam pelas costas. O inimigo monopolista, imperialista, latifundiário, colonialista está relativamente materializado pelo proletariado. Mas aqueles que se dizem amigos do proletariado, e defendem os interesses do capital e das superpotências — estes estão encobertos, e é preciso desmascará-los.

Sem desmascarar os falsos amigos, não é possível vencer os inimigos.

EXP.: Mas, cédulo, o PCP pode dizer por um lado, que possui forte implantação na classe operária, quer em termos de militância, quer de simpatizantes; por outro lado, sendo um partido que logo depois do 25 de Abril parece optar por uma política reformista, ultimamente tem dado sinais de envolver por um lado a revolução.

A.M.: Primeiro aspecto da pergunta. Que o partido dito comunista tem alguma implantação em alguns sectores da classe operária, é uma meia-verdade que encobre o essencial da verdade. O essencial da verdade reside em que é cada vez menor o apoio que o partido dito comunista detém junto das massas trabalhadoras, operárias e camponesas. Segundo aspecto. A nossa política, ao atacarmos o revisionismo, não significa que ataquemos os

operários que estão iludidos por ele. Queremos fazê-los ver o erro em que caíram e procurar que venham a encontrar pelo caminho da Revolução.

Quanto à segunda parte da pergunta — que o PCP teria ou veredado agora por uma opção "revolucionária", depois de durante todo o tempo ter pregado o reformismo mais abjecto junto do proletariado, é falso: o que acontece é que os cunhalistas sentem a necessidade, para tentarem vencer o seu isolamento, de lançar mão dum certa linguagem. Mas o ar que cada um se quer dar não esconde o que se procura deixar. Pois o revisionismo é precisamente isso: agitar a bandeira vermelha para tirar bandeira vermelha!

No programa agora avançado, a que os revisionistas chamam de transição para o socialismo (mas que é, na verdade, o programa da transição pacífica do fascismo para o social-fascismo) a questão central da Revolução, que é a questão do Poder, é completamente escometeada. A seguirmos esse programa, teríamos de dizer que a classe operária já conquistou o Poder. Ora, isso é falso. O aparelho de Estado — tanto o burocrático como o militar que o partido revisionista procura ocupar a todo o custo, com exclusivismo — é o herdeado do fascismo.

A classe operária põe-se a questão de se se deve ou não tomar o poder. E esta questão é que distingue, na actual fase, os verdadeiros comunistas dos falsos comunistas.

## PS: porta-voz do imperialismo americano

EXP.: Falando agora de dois partidos que recentemente abandonaram a coligação governativa, tem-se dito que o PS e o PPD, mas sobretudo o PS representam em Portugal as opções ideológicas da Europa capitalista, e mais recentemente dos EUA. Que pensa de estratégia de actuação destes dois partidos?

A.M.: O PS representa, de facto, no nosso País, os interesses da camada da burguesia que é porta-voz, seja do sub-imperialismo europeu seja do imperialismo americano. É possível ver pela actuação dos seus dirigentes e pelo documento que acabam de publicar na imprensa que se viraram decididamente para o imperialismo laique, que é a sua base de apoio principal. O que no interior do País significa que procuram a todo o custo apoiar-se nos estratos sociais do fascismo, que estão agora a recorrer às suas fileiras, em grande escala, enquanto que a base operária que, de algum modo, ainda, está a alistar-se deles e

toda a velocidade. Existe uma contradição entre a política do PS e a base de massas que conquistou, nomeadamente durante o processo eleitoral. Mas isso é assim porque o PS soube, nessa fase, beneficiar da repulsa popular pelo PCP, repulsa que é inteiramente justa, porque a sua política é contra o povo. Pude, então, o PS beneficiar disso, apresentando-se como partido "democrático". Mas, à medida que o processo revolucionário avança, esse veniz tem de ser completamente abandonado, e vemos o seu secretário-geral estar constantemente a invocar a necessidade de não incomodarmos o "leão americano", de nos apejarmos a quatro patas perante o imperialismo, de termos cuidado senão os imperialistas intervêm. Que significa isto, senão um apelo directo e declarado à intervenção imperialista laique, à chantagem, ingerência e intervenção do imperialismo estrangeiro?

Relativamente à estratégia do PPD ela é de um partido da grande burguesia, aspirando a representar os interesses económicos, políticos e ideológicos do imperialismo europeu no nosso País e procurando, em consequência, ocupar uma posição de "cunha" na agenda disputa actual

entre o imperialismo laique e o social-imperialismo revisionista soviético.

Na medida em que a sua actuação consista em, de algum modo, opor-se à hegemonia das duas superpotências, isso é, agora, um facto positivo.

Porém, ao retirar-se do Governo, o PPD não se limita a seguir o PS: aplica uma estratégia que é necessária a toda a burguesia, e que é a de afastar os partidos políticos para que o exercício possa actuar tentando esmagar a revolução ascendente. Outros exemplos na história das revoluções "e" nomeadamente da revolução democrática e popular — ensinam-nos que, quando os partidos da grande burguesia se retiram dos Governos de coligação, é porque lá não acham possível superar a crise por meios meramente políticos e há que recorrer a meios militares.

No entanto, há o recuo desses partidos quanto à força e à amplitude do movimento revolucionário que costuma a crescer. E é possível, portanto, que, tendo acima de tudo esse movimento, os três partidos cheguem a um certo entendimento, mesmo à volta da figura repetida do primeiro-ministro Vasco Gonçalves.

## Nova plataforma tripartidária

EXP.: Isso significaria acietarem esses partidos uma certa subalternização em relação ao PCP?

A.M.: De modo algum. Pelo contrário, essa saída significaria que eles queriam exercer sobre o PCP uma pressão para o manter ao lugar devido. Eles temem o isolamento do PCP, porque pensam que esse partido lhes é necessário para lutar à classe operária. A posição desses partidos é no sentido de fazerem uma certa ameaça, uma certa chantagem: "Se voçs. cubalistas, fossem mais comedidos, nós iríamos perfeitamente em paz. Acostose e que voçs. querem e poder só para vós e para os vossos padrões. Nesse sentido nós não podemos estar de acordo".

É esta a lógica que poderá levar a que essas três forças voltem a

encontrar uma nova plataforma de enquadramento, embora temporária, e preparando disputas cada vez mais agudas.

EXP.: Vamos voltar a introduzir o elemento MFA. Na sua opinião, o que é o MFA?

A.M.: O MFA é a forma política que a burguesia, como um todo, encontrou para sair daquele beco onde a tinha conduzido a política fascista e colonialista da camarilha marcelista. O MFA é, nos termos, uma ditadura militar dilacerada, cuja burocracia colubina se cobre com uma falha de parreira, que é a colaboração do partido dito comunista.

O golpe militar do 25 de Abril aparece sucedido com uma coroa anti-fascista. Porém, o MFA "derrubou" o fascismo, para que a burguesia pudesse conservar o capitalismo.

No MFA estão representados todos os sectores da burguesia, e não existe lá dentro o proletariado. Nem poderia existir.

Se o povo, com a sua força e

energia, foi o principal factor do derrubamento da camarilha marcelista, é preciso ver que a luta do povo não foi orientada pelo proletariado mas pela própria burguesia, através do MFA.

EXP.: Bom, mas é preciso ver que o MFA — e isso talvez tenha ficado mais claro depois do seu alargamento aos sargentos e soldados — tem no seu seio não só elementos da burguesia, mas também elementos do proletariado.

A.M.: O facto de que o MFA tenha, a parte de certa altura, considerado necessária a existência no próprio MFA de alguns elementos ligados à classe operária e aos camponeses, como são os soldados, prova que o seu isolamento era cada vez maior, e que procurou evitá-lo com aquela manobra. Mesmo assim, o MFA adoptou todas as medidas para que esses soldados estivessem lá, não enquanto representantes dos interesses do proletariado, mas sim enquanto instrumentos dóctis dos seus oficiais.

## Concentração dos poderes no MFA

EXP.: É o Conselho da Revolução, que papel desempenha dentro dessa definição de MFA?

A.M.: O C. da R. é o órgão legislativo, deliberativo e executivo do MFA. Desempenha um papel que tem variado consoante o período considerado. Quando se constitui, procura a burguesia com isso liquidar um certo número de órgãos que estavam a servir-lhe de empecilho, e, ao mesmo tempo, retirar à Assembleia do MFA, na altura muito agitada e exigente, o "controle" político que a facção stalinista pudesse vir a exercer de imediato. Mas, ao concentrar todos os poderes do MFA no Conselho da Revolução, foi dado um passo no sentido de que essa concentração fosse levada até às últimas consequências, isto é, até à concentração num só indivíduo. O triunvirato é ainda uma fórmula directamente contida na fórmula Conselho da Revolução e que a criação deste já fazia sofrer. Não tem portanto, de que queixar-se o sector da democracia pequena-burguesa existente no seio do MFA; ele deveria saber que a História tem uma carrada de exemplos semelhantes.

EXP.: O MRPP pensa influenciar o MFA? Partido do princípio de que há determinadas instâncias do MFA que desempenham um papel importante no actual processo político, será que o MRPP, tal como acontece com outros partidos, pensa na influência das suas posições nos escalões superiores do MFA?

A.M.: O nosso Movimento tem amigos em toda a parte e, portanto, também no MFA, embora alguns deles sejam autênticos amigos da onça...

O meu Partido tem uma política autónoma, que é a política do proletariado revolucionário. Não temos nem a intenção, nem a pretensão de exercer uma qualquer influência global sobre o MFA. A não ser no sentido de que a política da classe operária influencia sempre a política da classe que está no

Poder, e vice-versa. Mas seria ocioso contrapor isto à sua pergunta.

Relativamente a certas pessoas, democratas e patriotas, que existem no seio do MFA, adoptamos uma política de princípio, proletária, consistente em estimulá-las a avançar para posições cada vez mais correctas e conseqüentes. Julgamos que esta nossa política é cada vez melhor compreendida pelas pessoas a que se destina; mais que não fosse porque as dificuldades que elas experimentam no seio do próprio MFA as têm levado a observar a realidade por um prisma diferente do dos comunicados da 5.ª Divisão.

EXP.: Voltando à questão que atrás debatíamos: um partido pode dizer-se partido da classe operária só em função da maior ou menor correcção das suas posições ideológicas?

A.M.: De certa maneira. EXP.: Mas pode suceder que cada um de vários partidos existentes considere que é ele o detentor da posição correcta. Qual é o padrão objectivo que permite saber qual dos dois partidos adopta as posições ideologicamente correctas?

A.M.: Existe do ponto de vista dos comunistas um único critério da verdade: a prática. Nós vamos difundindo as nossas posições. Vamos organizando os operários em torno da nossa linha política e ideológica, e a prática da vida vai demonstrando aos operários qual dos diversos partidos que se propõem dirigi-los é ou não, acidental de acordo com os seus interesses.

São os interesses de cada classe que determinam a sua própria consciência. Pela experiência da luta de classes, as massas populares vão-se apercebendo onde está a verdade, e onde está o erro. É um processo relativamente longo em períodos em que a revolução não está na ordem do dia. Mas é um processo relativamente rápido nos períodos, como o que atravessamos, em que não só a revolução, mas a questão central da tomada do poder pelo proletariado e pelos camponeses, está verdadeiramente na ordem do dia também.

## Guerra civil larvar?

EXP.: Diz que a questão da tomada de poder pelo proletariado e pelos camponeses está na ordem do dia. Em passagens de discursos falou numa "guerra civil".

Há ligações entre as duas hipóteses?

Qual a que parece mais provável ao MRRP?

A.M.: Há uma ligação estreita entre esses dois aspectos da mesma realidade revolucionária. A guerra civil larvar existe e é detectada. Não existe nenhum político (de qualquer partido, neste País) que, na crise actual, não tenha falado na "guerra civil". Nós, não, a tememos, enquanto que os partidos da burguesia a agitam como espectro, com que pensam desmobilizar uma parte das massas.

A correlação de forças das duas classes provoca um certo equilíbrio e um certo impasse, para romper os quais umas das classes vai recorrer à armas. Esse momento está dependente dum certo número de condições.

A questão está em saber se é a guerra civil contra-revolucionária que começa primeiro, ou se é a revolução que se desencadema antes. Só há duas alternativas, ou a guerra civil provoca a revolução, ou esta impede aquela.

Nas últimas três semanas, a imprensa americana e uma determinada imprensa europeia repetem em todos os tons a nota de guerra civil em Portugal. E os apelos à intervenção directa do imperialismo americano no nosso país não têm qualquer pudor já.

A realidade deve jogar-se de caras e não de cravéis.

EXP.: Não é pensável um cenário em que a guerra civil se possa ventilar entre facções do que considerou burguesia? Por exemplo, levantamentos patrocinados ou defendidos por determinadas organizações políticas contra outras, na sua luta imediata pelo poder? E então não participariam nela partidos como o seu?

A.M.: O nosso país é agora palco de uma agudíssima disputa entre as duas grandes superpotências. Essa disputa, na fase actual da revolução no mundo, leva a que imperialistas e social-imperialistas, através dos seus agentes no interior, preparem as condições duma guerra, pensando por ela obter a maior parte da redistribuição do bolo da exploração.

Enquanto essa pretensão hegemónica existir, ela existirá en-

quanto houver imperialismo e social-imperialismo! a guerra inter-imperialista, tendo por centro o nosso país, é uma possibilidade real; não apenas quanto ao nosso país, mas quanto ao mundo até, e particularmente, quanto à Europa.

Assim, os dois sectores da burguesia, que representam os dois imperialismos, vão degladiar-se. Mas, estando a revolução avançada no seu processo de eclosão, é provável que os dois sectores da burguesia e os dois imperialismos se ponham de acordo quanto a uma questão vital que é impedir que o proletariado tome o Poder. Atingindo esse objectivo, podem degladiar-se mais à vontade.

EXP.: Então, se eu lhe perguntasse, no fim de 1976, como vê a situação em Portugal. É uma data como outra qualquer. Mas, para não entrarmos na futurologia, que cenário ou cenários vê para a situação portuguesa, daqui a um ano e cinco meses?

A.M.: A revolução portuguesa está numa encruzilhada. Podemos falar dos caminhos que formam a encruzilhada. Mas não há nenhum marxista-leninista responsável que possa manter-se em exercício de futurologia.

Os comunistas não são futurólogos, isto é, não são charlatães. Procuram compreender as leis e as tendências reais do movimento, com o único objectivo de transformar o mundo. Procuramos saber quais as condições que temos que criar e ver preenchidas para que o nosso objectivo, que é acabar com o sistema de exploração capitalista, se realize.

As tendências são fundamentalmente duas: ou bem a classe operária, com os marxistas-leninistas à frente, resolve um certo número de problemas subjectivos da classe, de contradicções internas, e então a revolução portuguesa, pode ser levada até ao fim, mesmo em 1976; ou a classe operária não consegue resolver essas questões que lhe são próprias e a burguesia irá desencadear uma guerra violentíssima para conter o proletariado numa posição de submissão.

Neste momento, a revolução portuguesa está perante o seguinte dilema: ou morre a revolução (ainda que, evidentemente, seja uma morte temporária); ou avança a todo o vapor para poder triunfar.

EXP.: Que lhe parece mais provável?

A.M.: Nós, pensamos que a revolução deve avançar a todo o vapor. Estamos convencidos de que o proletariado vai fazer sua esta palavra de ordem.

## Novamente o MFA

EXP.: Diz que espera que a revolução avance; espera também que alguma ou algumas personalidades do MFA, do Conselho da Revolução, ou talvez até do triunvirato alinhem decididamente nesse avanço, ou pensa que é impossível dizer isso já à partida?

A.M.: Sem dúvida, dentro do MFA há algumas pessoas — ainda que em número, muito restrito — que vão marchar com a revolução. É que a crise que atravessamos abriu os olhos a essas pessoas.

Eventualmente — quiza provavelmente — dentro do C.R. alguma pessoa poderá marchar com a revolução, na actual etapa. Quanto aos triunvires, pensamos que as possibilidades de um deles adoptar posições progressistas decrescerão na razão directa do avanço da revolução.

EXP.: Já que voltámos ao triunvirato. Do que disse há bocado que lhe parecia que, nesta primeira fase, nele pode ocultar o equilíbrio instável entre o Presidente da República e o primeiro-ministro. Dese equilíbrio instável que revolvido é que prevê?

(silêncio de um minuto)

A.M.: É difícil saber o resultado, porque poderá acontecer que o terceiro elemento do triângulo se decida definitivamente por apoiar uma ou outra das duas pessoas que referi. É, consoante esse terceiro elemento, assim sairá reforçada uma ou outra das duas posições futuramente.

No entanto, não podemos —

como comunistas — ficar pela análise das posições das pessoas.

mas ir até à análise das classes e camadas de classe que estão por detrás. É a minha resposta tem apenas como pano de fundo essa posição relativa das diversas camadas de classe da burguesia.

EXP.: Certos oficiais do MFA, põem em paralelo o caso português e o processo cubano. Também em Cuba havia a inserção no hemisfério estratégico americano, também havia uma vinculação por alianças militares aos EUA. Será que se pode fazer o paralelo com o exemplo cubano, que parece estar na ordem do dia?

A.M.: No meu modo de ver o exemplo cubano não está na ordem do dia, a não ser como exemplo negativo.

São os revisionistas quem procura usar a todo o custo o «tabão» cubano para uma lavagem ao cérebro dos portugueses. A revolução portuguesa e a revolução cubana não são a mesma coisa. Esta, na medida em que se opôs ao imperialismo, poderia ser dirigida pela burguesia democrática nacional — e foi-o. A saída da revolução ficou logo determinada pelo seu conteúdo de classe, e pela classe que a dirigia.

Por isso, não poderia avançar, nem avançou, para o socialismo. Por isso saiu da órbita de um dos imperialismos para entrar na órbita do outro dos imperialismos. Esse caso para nós não serve. Interessa-nos que a revolução portuguesa — que é anti-imperialista e anti-social-imperialista — que defende como um dos seus objectivos básicos a independência nacional — não tema uma sem outra das duas super-potências e se

arme para as combater.

Não há outra forma de fazer face à ingerência, intervenção e agressão das duas superpotências, senão demonstrando que estamos dispostos a conduzir uma guerra revolucionária em defesa da independência e Soberania nacionais, demore o tempo que demorar.

Esse o exemplo que colhemos da luta heróica dos povos da Indochina contra a agressão americana e pela salvação das suas pátrias.

Mas o exemplo cubano é um bom exemplo negativo. Ele mostra-nos que, na época do imperialismo e da revolução proletária, sem um partido autenticamente marxista-leninista e sem a direcção firme da revolução pelo proletariado, sem sequer a revolução democrática nacional pode ser conduzida à vitória.

EXP.: Uma última questão. Como é que vê a influência possível do agravamento da situação política e militar em Angola e dum eventual agravamento do surto de secessão conduzido à independência do arquipélago dos Açores. Qual a influência no processo político português?

A.M.: A política do Governo Provisório nas quatro edições que se lhe conhece — e, naturalmente, na próxima — tem sido a de arrastar o nosso país e o nosso povo para uma nova guerra em Angola: uma guerra neo-colonial, de agressão e de rapina. Se, na anterior guerra colonial, os soldados portugueses morriam em defesa do imperialismo rompeu e sorte-americaço, bem como dos monopólios de cá, agora morrem e morrerão cada vez mais em defesa

deses mesmos interesses e dos novos interesses do social-imperialismo revisionista soviético, entretanto chegou àquele grande país africano.

Esta nova guerra terá já começado em Angola: uma guerra telecomandada pelas duas super-potências — USA e URSS — visando a redivido do país e a partilha do saque efectuado sobre as suas riquezas naturais e sobre o povo angolano.

As massas populares compreendem agora muito claramente aquilo que o meu Partido sempre lhes disse: que a permanência das autoridades e do exército português em Angola, dissimulada embora de «Ajuda Fraternal», não passava de uma política inteiramente neo-colonialista; que essa política tinha por objectivo a salvaguarda dos interesses imperialistas já instalados, enquanto servia de tapete à penetração do social-imperialismo revisionista soviético; que essa política desembocaria inevitavelmente numa nova guerra.

É significativo, e muito instrutivo, verificar que enquanto o Governo Provisório, os partidos da coligação e demais oportunistas e traidores, com especial relevo para o partido dito comunista, arrastam os operários e camponeses do nosso país para uma guerra inter-imperialista em Angola, nada dizem sobre as manobras dos imperialistas ianques com vista à secessão dos Açores e à amputação dessa parcela da pátria portuguesa, e nada fazem em defesa da soberania e integridade territorial do país.

É, evidentemente, em aplicação desta política anti-nacionais e anti-

-patrióticas que as Forças Armadas acabam de prender nos Açores quatro simpatizantes do meu Partido, que aí se entregavam à mobilização e organização do povo para a resistência à secessão e à agressão ianque.

Sem dúvida que a questão angolana e a questão dos Açores exercem e exercerão uma enorme influência no «processo político português». Mas num sentido bem oposto àquele que imaginam os factões do imperialismo e do social-imperialismo.

EXP.: Qual o significado que atribui aos acontecimentos ocorridos no Regimento de Comandos?

A.M.: O partido dito comunista tentou um golpe-de-mão para apoderar-se da Unidade. Falhou, mas deixou a nós as suas reais intenções ocultas. O plano, para cuja execução o controlo do Regimento de Comandos era indispensável, teve de ser adiado na sua aplicação. Mas ele existe. Tal como existe também o plano homólogo dos fascistas.

De imediato, o controlo do Regimento de Comandos pelos revisionistas teria enfraquecido a posição militar do general Saraiva de Carvalho e tê-lo-ia «persuadido a tornar-se mais compreensivo com o «companheiro Vasco», na difícil questão de formar governo (apesar de toda a força que faz a «migração d'aco...»).

Há outras coisas mais de que oportunamente falaremos. Por agora interessa-me referir apenas o seguinte:

1.º No dia 18 de Maio, quando denunciámos um golpe fascista em  
Continua pág. 16

## Arnaldo Matos

Continuação pág. 12

preparação e exigimos a prisão do major Neves, acle implicado, fomos acusados do novo crime "democrático" de dividir o MFA. Acaso o golpe-de-mão do PCP sobre o Regimento da Amadora não se integra na mesma figura criminal?

2.º No dia 18 de Maio, era crime acusar o major Neves de fascista, conspirador e criminoso de guerra. Acaso já não é crime fazer isso no mês de Agosto do mesmo ano?

3.º No dia 18 de Maio, a grande "informação" desencadeou uma histórica campanha de mentiras, calúnias, injúrias e provocações contra o MRPP. Será que, agora, os mesmíssimos órgãos vão encetar

uma não menos histórica campanha, mas de elogios à "vigilância" do PCP...

4.º Naquela altura o sr. Varela Gomes correu à assembleia do MFA com uma moção para aprovar o desmantelamento do MRPP. Será que o sr. Varela Gomes, que é spartano, vai apresentar idêntica moção sobre o desmantelamento do PCP...

5.º Por aquela altura, o Conselho da Revolução aprovou, e o COPCON executou, a destruição de dezenas de delegações do MRPP. Será que... não, não é preciso: quanto às delegações do PCP é o povo quem se está a encarregar disso.

Marcelo Rebelo de Sousa



## Assembleia Constituinte: apoio ao Documento dos 9

OS DISCURSOS (muito aplaudidos), de Moura Guedes (PPD), Mário Sottomayor Cardia e António Reis (PS) acerca do chamado «Documento Mele Antunes» assinalaram a sessão de ontem da Assembleia Constituinte. Das restantes intervenções destacaram-se as palavras de Teodoro da Silva (PPD), dirigidas aos emigrantes.

Qualquer dos três conteria ao «Documento dos 9» trazia implícito (ou explícito) o ataque ao Governo Provisório e ao seu chefe Vasco Gonçalves, e, nesse sentido, vinha na linha dos discursos da véspera de João Gomes (PS) e Freitas do Amaral (CDS). Desta feita, Moura Guedes reafirmou a sua propensão natural para servir de porta-voz do Grupo Parlamentar do PPD sobre temas da conjuntura política (já dias antes falara do clima social).

António Reis, recordando a sua participação no 25 de Abril, denunciou os dois esquemas que têm vindo a desviar a Revolução: o golpismo stalinista de direita e o golpismo de Vasco Gonçalves, que apelidou de «aventuristas».

Sottomayor Cardia, em certo passo, afirmou, a propósito do comunicado do Directorio: «Revisionistas os que querem manter o compromisso que assinaram perante o país? E porque não antes os que querem apropriar-se da revolução como património privado e oportunista? Como se aproveitaram da incerteza

institucional para todo subordinar à secreta vontade do poder?

Disciplina militar? Quem a subverte desde há meses e meses?

Ética militar? Quem mais frontalmente a viola do que aqueles que do poder militar abusam para impor uma política impopular?

Perturbação do processo revolucionário e criação de um clima favorável à «contrarevolução? Isso, na verdade, se tem feito fartamente e se recompensa pela contabilidade governativa.

Poder-se-ia perguntar como concilia o Senhor Presidente da República o seu discurso na A. do MFA e, o comunicado do Directorio do Conselho da Revolução. Mas essa questão tem já um interesse relativo. O que importa é que, em nome do MFA se pretende calar a voz dos revolucionários do 25 de Abril que continuam coerentes com a revolução que libertou o país.

Sobre o V Governo diria: «Il um governo, que provavelmente só poderá manter-se suprimindo a liberdade de expressão serão também outras liberdades igualmente essenciais à revolução. Foi por isso que o Presidente da República lhe chamou governo de passagem? Classificar de passagem um governo — o que é? Uma estranha confissão de fraqueza? Ou uma ameaça velada?»

Como tem sucedido desde que, na 3.ª feira passada, se verificou o incidente com Lopes

Cardoso, os deputados do PCP só entraram na sala depois de iniciado o período da ordem do dia. Assim pretendem significar o seu protesto contra a situação.

Os 3 deputados do MDP/CDE nunca mais compareceram, nem antes nem durante o período da ordem do dia.

Para muitos observadores, essa ausência traduziria as profundas divisões internas daquele partido (vide notícia na pág. 1).

A aprovação do texto constitucional, que atingiu já quase o termo dos seus «Princípios Fundamentais», foi assinalada por algumas peculiaridades:

— o atraso na aprovação do art. 1.º, já que o PS fez questão de só o votar com o PCP presente na sala, adiando por 24 h a votação;

— a ampla coligação PS-PCP-

CDS que votou esse artigo, com a oposição do PPD e da UDP;

— a renúncia do PS em aceitar a expressão «Estado de Direito», defendida pelo PPD e pelo CDS, preferindo a de «legalidade democrática»;

— o escasso debate que mereceram os artigos de teor essencialmente técnico-jurídico;

— a tentativa do PCP para adoptar uma fórmula quanto a Macau, que o deputado respectivo rejeitou, amplamente apoiado por uma declaração de voto do PPD.

Em termos de estratégia partidária, o PS tem sido o fiel da balança na ordem do dia. Para o efeito, costuma a dizer «assumir a coerência de uma posição marxista, e com isso tem votado sistematicamente o Parecer da Comissão, com o apoio do PCP.

Recusa as propostas de alteração do PPD por rejeição ideológica, acusando-as de burguesas, e as do PCP com meros argumentos de forma ou oportunidade.

Trata-se, assim, de uma actuação muito hábil: antes da ordem do dia, o PS assume, para efeitos externos, uma imagem de partido de oposição; na ordem do dia salienta a sua opção marxista.

Perante isto, o PCP tem tentado (debaite) reintroduzir as suas fórmulas, argumentando num terreno exclusivamente ideológico e pouco pragmático.

O PPD tem sentido adoptar, simultaneamente, uma posição de preocupação pela coerência com o seu programa não marxista (o que o afasta do PCP e PS) e um apelo pragmático à consideração da «base social» de apoio da revolução (sobretudo pequena e média burguesia), visando reaproximar-se dos «moderados» do PS.

O CDS adquiriu, repentinamente, um papel numericamente importante. Como para a aprovação do articulado são necessários, pelo menos, 126 votos, o MDP/CDE tem falhado, e alguns deputados comunistas e socialistas também — tem sido comum o fomento de PS + PCP não atingirem 126 votos. Isto que reforça a posição autónoma do PPD, que pode paralisar votações, também valoriza os 16 votos do CDS.

E, deste modo, no artigo 1.º, o PS e o PCP puderam fazer passar uma fórmula por 132 votos a favor, dos quais 12 eram do CDS.

## PS e PPD a favor PC contra

Entretanto, os três principais partidos expressaram, através de comunicados, as suas posições face ao documento subscrito por nove oficiais do Conselho da Revolução, da chamada «linha Melo Antunes», que continua a circular nas unidades de todo o país para recolha de assinaturas de adesão.

Enquanto o PCP considera que:

«Na gravíssima crise que se atravessa, em que estão ameaçadas as liberdades pela ofensiva contra-revolucionária e a acção terrorista de bandos fascistas, tais atitudes tendentes a complicar ainda mais a situação em nada contribuem para a solução dos problemas que defronta a revolução portuguesa.»

E acrescenta:

«São de combater iniciativas de divisão das forças populares e militares, e de criação de um vazio político e de um ambiente de desordem generalizada», o PS e o PPD apoiam o teor do documento.

O PS afirma que o documento representa:

«um acontecimento de primeira importância na vida política nacional. A análise a que procede coincide no essencial com os pontos de vista expressos pelo Presidente da República no discurso à última assembleia do MFA e com as posições que nos últimos meses têm vindo a ser tomadas, repetidamente, pelo PS e em especial no documento de fundo intitulado «Vencer a crise, salvar a Revolução».

O PPD vê no documento um «sinal de esperança para um povo que já começava a descren» e espera no «reestabelecimento da Ordem democrática tendo em vista derrotar definitivamente a reacção bem como, as pretensões

dos grupos minoritários que anti-democraticamente tentam o assalto ao poder.»

Entretanto, a JSD publica um comunicado mais contudente, apoiando o «Documento», e rejeitando quer soluções neocapitalistas, quer capitalistas de Estado de Leste.

O Secretariado Nacional do PS resolve tornar pública a sua posição, secundando «a carta aberta enviada pelo secretário-geral do PS ao Presidente da República, feita aliás por sua sugestão, insistindo em que só um governo de unidade e salvação nacional constituído ao redor de um projecto político comum e presidido por uma personalidade apartidária do MFA poderá resolver a grave crise actual e salvar a Revolução.»

Adiça-se, depois, que:

«O governo da presidência do General Vasco-Gonçalves cuja posse está anunciada para hoje é um governo provavelmente minoritário que constitui um verdadeiro desafio à vontade popular expressa nas últimas eleições e em inúmeras demonstrações de massas ocorridas em todo o País nas últimas semanas.

É um governo que divide os portugueses e reduzirá ainda a base social de apoio à nossa Revolução, já perigosamente restrita como ainda ontem notou no Porto o General Saraiva de Carvalho.

O PS responsabiliza a facção do MFA que se organiza em redor do General Vasco Gonçalves e da 3.ª Divisão, e que é apoiada e impulsionada pelo PCP e pelo MDP/CDE, pelo impasse político que se vive no País, dando sêntio às manobras contra-revolucionárias que estão a ocorrer e a alastrar por todo o território nacional.»

## Vai nascer novo agrupamento po lítico com base nos ex-MES

EM BREVE um novo agrupamento político — cujo núcleo inicial é o grupo que se tornou conhecido como dos "ex-MES" — verá a luz do dia, podendo eventualmente vir a transformar-se em partido. Fazem parte do grupo alguns membros cessantes do IV Governo Provisório — como Jorge Sampaio, João Cravinho e João Martins Pereira —; Luis Salgado Matos, que foi secretário de Estado da Economia do Governo de Transição de Angola e agora é director adjunto do "Jornal do Comércio"; César Oliveira, que recentemente se demitiu do cargo de conselheiro do ministro Correia Insulino e se prepara para dar um contributo a uma correcta Informação em Portugal, tentando representar uma noticiosa, a Interpress, muito virada para assuntos do Terceiro Mundo; José Manuel Galvão Teles, que era o embaixador indigitado pelo Ministro Melo Antunes para a ONU e que, perante o novo contexto governamental, reserva ainda a sua aceitação do cargo. Ao grupo inicial, encarregado de elaborar as bases programáticas do grupo (em que se incluem outros nomes de ex-MES como Joaquim Mendes, João Bernard da Costa, Nuno Bredemede Santos, etc.) se juntaram elementos de diversa proveniência (da zona do socialismo revolucionário), alguns com posição, até agora, independente de qualquer partido.

Passamos a transcrever excertos do documento-base que poderá servir à criação de uma dinâmica eventualmente conducente a uma consciência ideológica e organizativa na base de um programa estabelecido.

Depois de se referir, em termos bastante próximos do documento recentemente vindo a lume e assinado por um grupo de oficiais do CR, à deterioração da revolução — que o povo hoje confunde com "desordem" e "insegurança", enquanto confunde também "socialismo" com "miséria", à informação orientada, à crise de autoridade, à crescente tensão social, que tornam ineficazes os apelos ao "retirar fileiras" e à "unidade", o texto entra numa análise detalhada dos vários pontos:

1. o descontentamento geral, agravado pela dificuldade em se formar o V Governo, mas também pela sua final formação, é terreno da hora mais propício a uma intervenção mobilizadora das frustrações que, em vez de satisfazerem as conquistas do 25 de Abril, venha pura e simplesmente pôr coberto a elas. E arriscamo-nos a queimar, no psiquismo colectivo, a própria ideia de "socialismo", como durante tantos anos, o aproveitamento demagógico da hegemonia que um partido exerceu na 1.ª República bastou para que se manifestasse deturpada a própria noção de "democracia".

O momento exige opções das no mais curto prazo. Dizermos que só podemos escolher entre dois campos, tão necessariamente antagónicos, que escolher um implica necessariamente com o outro. Mas será esta a realidade? Ou porventura uma análise desapassionada não detectará, dentro das próprias fileiras das principais forças políticas sistêmicas as mesmas contradições que se detectam um pouco por toda a parte? Por outras palavras: será que nos encontramos perante uma clara divisão de duas classes que se degradam, ou será que a luta de classes, em Portugal, tem contornos e contornos nem sempre fáceis de detectar.

### Redefinir a aliança povo-MFA

2. Se as condições gerais do desenvolvimento do capital em Portugal explicam boa parte das limitações estruturais à tomada do poder pelas classes trabalhadoras — de desenvolvimento recente, dotadas de incipiente consciência de classe, fraccionadas pela divisão do trabalho e que a repulção do mercado mundial se subleto, tentadas por uma viragem socialde de consumo que a emigração interna e externa lhes tornou visível — as condições particulares de que se revestia a dominação capitalista em Portugal nos últimos 50 anos e a especificidade do derubamento do fascismo português acrescentam aquelas novas e perigosas ambiguidades.

A origem destas ambiguidades pode encontrar-se tanto na afirmação de que o fascismo foi absolutamente impopular (isto é, desprovido de toda e qualquer base social de apoio) como na asserção de "carácter absolutamente popular (isto é, de um apoio social que praticamente se identifica com a nação, no seu conjunto) do novo regime saído do 25 de Abril".

Ora o processamento político que há dezasseis meses se desenvolve em Portugal tem vindo a demonstrar o erro dessas duas mitologias simétricas. Não se pôe em causa a dimensão comprovada dos movimentos de oposição ao regime deposto; apenas se afirma que se houve por manifesta insuficiência de apoio social, (e daí a sua queda) não houve total susce-

ção dele. Também não se pôe em causa que a esmagadora maioria da população saísse espontânea e autenticamente o 25 de Abril; mas anota-se que as sucessivas crises por que o novo poder teve de passar para se afirmar (28 de Setembro, 11 de Janeiro e a actual) obrigam a colocar já o problema do suporte social do regime para uma vivível construção do socialismo, bem como o da tática e da estratégia da direcção social do movimento.

É em relação a isto que se torna importante e urgente elucidar o proclamado princípio da aliança POVO-MFA.

Importante, porque as leituras do "bloco" variam entre a ideia totalizante de um movimento de libertação que polariza toda uma sociedade de que apenas tenham sido separados um punhado de monopolistas e latifundiários e o extremo reducionista e sectário que limita de facto o povo a uma "pequena vanguarda social, política e geograficamente localizada".

Urgente, porque assumos ao progressivo afastamento de largas fracções sociais de um processo revolucionário que as não dispunha. E não é remédio ritual de reaccionários todos os que exprimem os impasses económicos, sociais e políticos da crise que existe e se agrava.

Há que ultrapassar a opção inexistente entre populismo e falso vanguardismo, procedendo, clara e simultaneamente, à definição do bloco social de apoio à actual fase da revolução, e dos princípios da expressão prática desse bloco. Sem isso e abandonado às vagas afirmações da vocação de poder do proletariado urbano e rural (cuja suposta vontade os actuais partidos exprimem deformadamente, quer pelo seu interclassismo, quer pela sua tendência para absolutizarem vontades minoritárias a coberto da pretensa justificação histórica do "vanguardismo"), o curso desta Revolução estará certamente comprometido e a sua correcta adiar por largo tempo (aquele mesmo socialismo que, por ora, está ainda ao nosso alcance).

Ao bloco social referido ter-se de pertencer o proletariado urbano e rural, largas extractos da pequena burguesia e os quadros técnicos e intelectuais progressistas. Mas, para tanto, necessário se torna que, polarizando sempre aqueles que nada têm a perder, se apresentem as condições de uma transição indolor da pequena burguesia e dos quadros técnicos para a sociedade socialista.

Certo é que pequena burguesia proprietária, rural ou industrial, pequena burguesia comerciante e pequena burguesia funcionária ou assalariada, cada qual é passível de tratamento diferente, pois diferentes são também as suas respectivas ligações, quer com o proletariado, quer com o capitalismo. Como diferentes também têm sido as incidências da Revolução Portuguesa sobre esses diversos

estratos. Todavia, o facto é que na sua generalidade, tais extractos não foram ainda beneficiados pela Revolução, pelo que nada tem de surpreendente o seu progressivo afastamento.

Em face de tudo isto, a aliança POVO-MFA resultará talvez mais clara, pois se vê que o seu esforço exige a solidificação de um bloco social ao qual a Revolução terá de oferecer já benefícios sociais (pela manutenção do emprego, pela segurança social, pela contenção da alta do custo de vida, etc.) e políticos (pela sua crescente intervenção na vida económica e social, à escala local e à escala nacional) — e, sob este aspecto, facilitar meios de intervenção que depois se rejeitam, pode constituir um traumatismo psicológico que tem sido sublimado. Reforçar a aliança POVO-MFA exige um projecto que saiba compatibilizar os interesses imediatos das várias classes e extractos que compõem o bloco social de apoio. A Revolução tem de se distinguir de uma aventura.

### Um plano articulado de divisão de poderes

3. Em face do que fica exposto, surge como fundamental uma reflexão sobre o poder político e sobre o actual estado do Estado em Portugal.

Se no 28 de Setembro foi destruído o Estado que nos governamos (o que, durante a fase Spolinista, prolongou a vida de um aparelho que continuava a servir a burguesia dominante) não temos ainda o Estado que queremos. Se a burguesia é capaz de governar e se de facto, o aparelho de Estado a não serve já, não se segue daí que esta esteja agora o serviço das classes trabalhadoras ou que estas estejam já em condições de tomar, de ter e perir, em exclusividade o poder político. A crise política em que temos vivido e que, aos últimos meses tanto e tão gravemente se tem agudizado, é reflexo desta problemática e da indeterminação que paira sobre a natureza desse mesmo poder.

Claramente se pode dizer hoje que o C.S.R. nunca chegou a dispor de poderes para pôr coberto a essa indeterminação, pois não dispõe, por si só, do poder, antes o foi sempre partilhando com outras fontes paralelas (AMFA, Copcom, S. S., Govern. etc.), acabando, recentemente, por delegar os seus poderes no Directorio, sem que se saiba ao certo da revogabilidade ou irrevogabilidade de tal mandato e se este resultava apenas da prévia deliberação da AMFA ou se o Conselho atendeu esta, mas formou o triunvirato por seu poder próprio.

O facto, porém, é que o Directorio ali está sem que, por isso, tenham sido resolvidas as contradições ou reconhecidas as divergências.

Porque, de forma cábrica e frequentemente concorrenciais,



que oriente e planifique o processo da centralização de uma descentralização efectiva e generalizada;

d) Após o processo revolucionário desencadeado pelo 25 de Abril a acção das massas populares levou crescentemente à quase completa desarticulação do sistema capitalista e à semi-paralisação do antigo aparelho de estado. Por outro lado as comissões de trabalhadores, as comissões de moradores e outras formas organizativas de movimento popular têm garantido, em zonas determinadas, a iniciativa e a generalidade da movimentação revolucionária das massas trabalhadoras.

Descentralização, condição para poder popular. No entanto a "manipulação" pelos aparelhos burocráticos que após o 25 de Abril partiram à conquista das autarquias e dos municípios e as tentativas de controle burocrático de associações populares diversas geraram um sentimento colectivo reflectindo o domínio de Lisboa face ao "resto do país" parece ser uma das componentes da actual "onda" do descontentamento popular.

Por outro lado as burocracias partidárias tiveram mais interesse em ocupar um aparelho de estado caduco e obsoleto mas que por ser centralizado e burocrático servia melhor os seus desejos do que em empenharem-se na construção de novas instituições capazes de assegurar a participação colectiva e darem trânsito a um aparelho de estado revolucionário e popular.

e) O esquema apresentado pelo Documento-guia do MFA inscreve como objectivo essencial da revolução portuguesa o poder popular como sendo o poder dos trabalhadores e, portanto, do socialismo. Ele exprime só as condições efectivas de acesso do bloco social de apoio à construção do socialismo porque exprime a potencialidade de um trabalho colectivo e concreto nos trabalhadores, fábricas, camponeses, moradores, etc.

O poder popular não poderá pois acontecer no jogo de fáceis circunstancialismos oportunistas ou no irrealismo idealista de vanguardas falsas desligadas do país real.

f) O Poder Popular, tal como esquematizado no Documento-Guia da Assembleia do MFA, implica assim a reformulação radical da actual máquina de aparelho de estado. Esta reformulação exige, por outro lado, a construção efectiva do poder local ou seja a convergência de moradores e trabalhadores organizados em comissões eleitas por voto secreto nas autarquias locais com autonomia financeira e administrativa em ordem à resolução dos seus problemas concretos.

A descentralização administrativa por si só poderia reproduzir os vícios burocráticos do aparelho central; integrada e controlada por órgãos de poder local será um poderoso instrumento da participação popular, da planificação e da autonomia regional, enfim numa palavra na construção de um novo aparelho de estado.

g) Uma questão extremamente importante e por isso mesmo quase sempre escamoteada e pouco discutida é a do controle da produção pelos trabalhadores, organizados em comissões de trabalhadores.

Importa entender o controle da produção como um meio, entre outros, de efectuar, na prática, a revolução socialista ou, mais concretamente, de a atingir a breve prazo evitando os combates inconvenientes de uma catástrofe actuando de cima para baixo. Se o socialismo como atrás se disse é o efectivo poder das classes trabalhadoras será sobre estas que recairá, no seu processo de construção e na solidificação de um novo aparelho de estado, a maior parte da responsabilidade para, desde já, se começarem a alicear os fundamentos da futura sociedade. O controle da produção pelos trabalhadores organizados assume, assim, um carácter simultâneo de instrumento para a revolução e de pedagogia colectiva no exercício de um poder efectivo.

Para além da clara e necessária definição das "Zonas" de actividade económica de controle directo do estado ou de cooperativização ou de autogestão integrada, ou ainda da iniciativa privada deve tender-se, paralelamente ao poder local e à descentralização, para a formação de comissões regionais de controle da produção cujo funcionamento terá de processar-se em acordos com os órgãos directivos das Zonas geográfico-económicas.

Por outro lado os conceitos de bloco social deverão contribuir o cerne do processo de discussão e dinamização da reforma agrária e ponto de partida para a institucionalização do controle da produção nas iniciativas estatais, na actividade agrícola.

As comissões de trabalhadores, porque a estrutura sindical se manifesta profissional e extremamente enfiada em práticas democráticas e seguidistas em relação a certas cúpulas políticas, serão o instrumento essencial para o sancionamento das contrações colectivas que só por essa via ganharão dimensão e apelo necessários.



Vasco Lourenço (Ex.)



Canto e Castro (F.A.)



Vitor Crespo (Mar.)

A ordem dos signatários não é arbitrária



Maior Costa Neves (F.A.)  
Serenidade



Melo Antunes (Ex.)  
Força



Vitor Alves (Ex.)  
Persistência



Charais (Ex.)



Pozarri (Ex.)

O Centro e o Sul



Sousa e Castro (Ex.)  
entrevista que deu frutos

Os redactores do Programa do MFA (excepto Vasco Gonçalves e Almeida Contreiras) tomam posição

# «É o momento das grandes opções e de terminar com as ambiguidades»

FINALMENTE A chamada "linha Melo Antunes" vem a público. Finalmente, deixa de ser tabu dizer que há divisões graves dentro das Forças Armadas. Finalmente, aparece quem tenha o poder real (ou parte dele) e esteja disposto a pôr os pontos nos ii. Vasco Lourenço, Canto e Castro, Vítor Crespo, Costa Neves, Melo Antunes, Vítor Alves, Charais, Pizarat e Sousa e Castro (a ordem dos signatários não é arbitrária) decidiram, através de um documento de 12 páginas dactilografadas, marcar as suas distâncias, fazer as suas críticas, mostrar as suas dissensões.

Esse documento, que a seguir publicamos na íntegra, já será conhecido de alguns dos nossos leitores, através dos jornais que tenham optado pela sua divulgação (será, aliás, interessante averiguar quais foram — e o mesmo se aplica à rádio e à televisão —, que utilização dele fizeram e que grau de oportunismo revelaram). Entendemos, no entanto, que esteja ou não o referido documento devidamente publicado, era nosso dever dá-lo, sem cortes arbitrários, aos nossos leitores.

Trata-se de uma "posição crítica" — que, no momento em que foi entregue aos generais Costa Gomes e Otelo de Carvalho, na tarde de quinta-feira passada, nada encerrava de ultimato — elaborada, com excepção do agora general Vasco Gonçalves e do comandante Almeida Contreiras, pelos mesmos oficiais que redigiram o tão esquecido Programa do MFA (de 25.4.74).

O EXPRESSO tem defendido, de há muito meses para cá, que nada neste país se poderá resolver sem que haja uma definição clara dentro do MFA, sem que os verdadeiros detentores do poder cessem de se neutralizar, sem que se ultrapasse a falsa unidade e assumam de facto o poder a facção que melhor corresponda à realidade de um país cada vez menos disposto a "assimilar" modelos que determinadas "vanguardas revolucionárias" tentam impor-lhe. eis o texto dos militares que não gostam de ser chamados moderados, preferindo ser considerados como "a verdadeira esquerda":



## Posição crítica

Sr. Presidente da República

Excelência,

1. Os recentes desenvolvimentos da situação política em Portugal, incluindo o que tem vindo a processar-se no interior das Forças Armadas, decidiram um grupo de oficiais a tomar uma posição crítica relativamente aos acontecimentos mais em foco no desenrolar dos diversos episódios que têm paulatino a conturbada vida política dos portugueses nas últimas semanas.

Parece a estes oficiais que se chegou a um ponto crucial do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974 e que é o momento das grandes opções, tomadas com serena e inquebrantável energia, em relação ao futuro deste país.

Farce-lhes, também, que é o momento de se clarificarem posições políticas e ideológicas, terminadas com ambiguidades que foram semeadas e progressivamente alimentadas por todos aqueles que, dentro e fora das Forças Armadas, estiveram interessados no decréscimo de uns tantos para melhor poderem fazer valer e impor as suas próprias ideias.

Recusam, a partida, os oficiais que por esta forma se manifestam, espírito de «divisionistas» com quem têm tentado denegri-los, tendo-se

chegado ao escandaloso despudor de se sugerir a sua expulsão das F. A. Eles não abdicam do seu direito de crítica, direito esse que, num tão grave momento da vida nacional, assume o carácter de dever patriótico.

## Decomposição das estruturas

2. O Movimento das Forças Armadas nasceu do espírito e do coraço de um punhado de oficiais democratas, patriotas e antifascistas que decidiram pôr termo a uma longa noite fascista e iniciar com todo o povo português, uma nova caminhada de paz, progresso e democracia, na base de um Programa Político universalmente aceite e respeitado. Sabe-se como as grandes movimentações de massas populares abriram novas perspectivas à revolução democrática iniciada em 25 de Abril de 1974 e como, a partir sobretudo das eleições gerais para a Assembleia Nacional Constituinte, a via para o socialismo passou a ter carácter irreversível.

O «Programa do Movimento das Forças Armadas» era o elemento teórico da revolução democrática mas continha já o essencial das propostas políticas que apontaram para um dado modelo de socialismo. Em virtude disso, o pensamento de esquerda subjacente à elaboração do «Programa» não foi em nada lido pelos chamados «avancos do processo re-

volucionário», onde quando estes «avancos do processo revolucionário» onde e quando essas estruturas políticas, económicas e sociais do antigo regime e foram na prática substituídas por novas estruturas operativas e actuaantes, base de uma nova organização político-social de raiz socialista.

Infelizmente, porém, quase nunca se verificaram transformações deste tipo.

Assim, assim, ao desmantelamento de meia dúzia de grandes grupos financeiros e monopolistas; mas, paralelamente, e à medida que as nacionalizações se sucediam à um ritmo impossível de absorver, por muito dinâmico que fosse o processo e por maior que fosse o grau de adesão do povo, sem grave risco de ruptura do tecido social e cultural pré-existente — é o que se verifica actualmente, foi-se assistindo à desagregação muito rápida das formas de organização social e económica que serviam de suporte a largas camadas da pequena e média burguesia, sem que fossem criadas novas estruturas capazes de assegurar a gestão das unidades produtivas e dos circuitos económicos e de manterem o mínimo indispensável de normalidade nas relações sociais entre todos os portugueses.

Entretanto, e paralelamente, verifica-se a progressiva decomposição das estruturas do Estado. Formas selvagens e anarquizantes de exercício do poder foram-se instalando um pouco por toda a parte (até no interior das F. A.) retirando proveito desse desordem as organizações ou formações partidárias mais esperantes e ávidas do controlo dos vários centros do poder. O MFA, que inicialmente se havia afirmado como

supra-partidário, viu-se cada vez mais enleado nas manipulações politiqueras de partidos e organizações de massas, acabando por se ver comprometido com determinado projecto político que não correspondia nem à sua vocação inicial nem ao papel que dele esperava a maioria da população do país: o de guia e condutor dum processo de transformação profunda da sociedade portuguesa, com um claro projecto político de transição para o socialismo, independente dos partidos, embora sem dispensa do seu concurso e com a mais ampla base social de apoio possível.

**Pais abalado defraudado**

3. O país encontra-se profundamente abalado, defraudado relativamente às grandes esperanças que viu nascer com o MFA. Aproxima-se o momento mais agudo duma crise económica gravíssima, cujas consequências não deixarão de se fazer sentir ao nível duma ruptura, já iminente, entre o MFA e maioria do povo português. Alarga-se, dia a dia, o fosso aberto entre um grupo social extremamente minoritário (parte do proletariado da zona de Lisboa e parte do proletariado alentejano), portador de um certo projecto revolucionário, e praticamente o resto do país, que reage violentamente às mudanças que uma certa «vanguarda revolucionária» pretende impôr, sem atender à complexa realidade histórica, social e cultural do povo português.

Finalmente, a fase mais aguda da descolonização (Angola) chega, sem que se tenha tomado em consideração que não era possível «descolonizar», garantindo uma efectiva transição pacífica para uma verdadeira independência, sem uma sólida coesão interna do poder político, e sem, sobretudo, se ter deixado de considerar que a «descolonização» devia continuar a ser, até se completar, o principal objectivo nacional. Vemo-nos agora a braços com um problema em Angola que excederá provavelmente a nossa capacidade de resposta, gerando-se um conflito de proporções nacionais que poderá, a curto prazo, ter catastróficas e trágicas consequências para Portugal e para Angola. O futuro duma autentica revolução em Portugal está, em todo o caso, comprometido, em função do curso dos acontecimentos em Angola, à qual nos ligam responsabilidades históricas inegáveis para além das responsabilidades sociais e humanas imediatas para com os portugueses que lá trabalham e vivem.

**«E porque não comissão de censura»**

4. Todo este grave conjunto de aspectos da vida nacional têm vindo sistematicamente a ser escamoteados e, mais do que isso, profundamente adulterados, por larga parte dos meios de co-

municacão social, através de um rígido controlo partidário que sobre eles se exerce — particularmente dos nacionalizados — assistindo-se hoje ao degradante e vergonhoso espectáculo da corrida de uma boa parte da população aos noticiários de emissoras estrangeiras sobre o nosso país.

Como se isto não fosse já bastante, foi-se ao cúmulo de preparar um projecto de diploma que, ao instituir uma "comissão de análise" (e porque não "comissão de censura") servirá de ferro de lança apontado aos últimos e resistentes baluartes da imprensa livre neste país.

— Reclamam e lutam por uma autêntica independência nacional (tanto política como económica) o que significa aplicação coerente duma política externa adequada às nossas realidades históricas culturais e geo-políticas, o que implica:

— Abertura de relações com todos os países do mundo, na base da igualdade, respeito mútuo e não ingerência nos assuntos internos de cada país, tendo em conta a necessidade de independência relativamente às grandes potências;

— manutenção das nossas ligações com a Europa, reforçando e aprofundando as relações com certos espaços económicos (CEE, EFTA);

— franca abertura em relação ao Terceiro Mundo (com particular relevo para as nossas antigas colónias) e países árabes;

— aprofundamento das relações com os países socialistas do leste europeu;

— desenvolvimento duma estratégia da área do Mediterrâneo, em conjugação com todos os países interessados, tanto europeus como árabes.

— Lutam por recuperar a imagem primitiva do MFA, no sentido em que o MFA só teve aceitação universal enquanto aparelho autónomo de produção política e ideológica.

Assim se explica o consenso que se formou em torno do seu Programa. Considera-se indispensável, pois, para a resolução correcta da crise gravíssima que o país atravessa, que o MFA não só se afirme suprapartidário como desenvolva uma prática política realmente isenta de toda e qualquer influência dos partidos. Só assim reunirá condições para recuperar a sua credibilidade e cumprir a sua vocação histórica de árbitro respeitado e motor do processo revolucionário.

Só assim, também, poderá esperar que um grande bloco social de apoio, englobando proletariado urbano e rural, pequena burguesia e largos estratos da média burguesia (incluindo técnicos e intelectuais progressistas), possa ainda formar-se, criando a base de sustentação indispensável à realização prática das grandes transformações por que deve passar a sociedade portuguesa.

— Recusam a instituição de uma política que assente em medidas e práticas demagógicas, quaisquer que seja o seu carácter, que mais não são do que a prova da real incapacidade de equacionar os grandes problemas da sociedade portuguesa e de lhes encontrar soluções adequadas e justas, em termos duma política de equilíbrio

e verdade, única forma legítima de obter uma ampla mobilização das bases sociais de apoio.

## «Definirem-se tão claramente quanto possível»

5. Não se pretende esgotar, neste documento, a crítica à acção do regime instaurado após o 25 de Abril ou, em especial, das instituições após o 28 de Setembro de 1974. Recentemente, muitas contribuições críticas têm vindo a público que, no essencial, esclarecem sobre as debilidades fundamentais do actual regime.

Importa, ao grupo de oficiais que entendeu chegado o momento de tomar posição, definirem-se tão claramente quanto possível, perante o povo português e relativamente as várias instâncias de poder político e, em particular ao MFA. E assim, entendem deixar exposto, o seguinte:

— Recusam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-Oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que, cri, obtusamente que uma "vanguarda", assente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa "vanguarda" nos centros de poder político e nas estruturas militares.

O dirigismo burocrático típico de regimes totalitários é frontalmente negado por aqueles que lutaram no passado contra o fascismo e coerentemente se colocam agora numa perspectiva de luta contra novas formas de totalitarismo.

— Recusam o modelo de sociedade social-democrata em vigor em muitos países da Europa Ocidental, porque acreditam que os grandes problemas da sociedade portuguesa não podem ser superados pela reprodução no nosso país dos esquemas clássicos do capitalismo avançado.

Seria um erro trágico, no momento em que tudo leva a crer que se avizinha uma crise geral e global do capitalismo, que se tentasse, mesmo à custa de benefícios reais imediatos mas manifestamente ilusórios, a repetição das experiências social-democratas.

— Lutam por um projecto político de esquerda, onde a construção duma sociedade socialista — isto é, uma sociedade sem classes, onde tenha sido posto fim à exploração do homem pelo homem — se realize aos ritmos adequados à realidade social concreta portuguesa, por forma a que a transição se realize gradualmente, sem contrólidos e paupericamente.

Este objectivo só será atingido se, à teoria leninista da "vanguarda revolucionária", impondo os seus dogmas políticos de forma sectária e violenta, se opuser a estratégia alternativa da formação dum amplo e sólido bloco social de apoio a um projecto nacional de transição para o socialismo.

Este modelo de socialismo é inseparável da democracia

política. Deve ser construído, pois, em pluralismo político, com os partidos capazes de aderir a este projecto nacional. Este modelo de socialismo é inseparável, ainda, das liberdades, direitos e garantias fundamentais. Não se nega que possam sofrer mudanças formais do seu conteúdo à medida do avanço do processo histórico. No entanto, uma concepção revolucionária de socialismo, para um país europeu como Portugal, inserido no contexto geo-político e estratégico em que se encontra, e com o passado histórico e cultural que o seu, não desvincula o problema físcal da liberdade humana do da construção do socialismo.

— Entendem que a tão falada questão da "crise de autoridade" reflecte a questão mais geral do "poder político"? Onde se situa o poder político? Quem é o seu real detentor? Como faz uso dele?

Julga-se que a questão do poder não é tanto o problema do poder ao nível das instâncias governativas como ao nível do MFA. Isto é: a questão do poder é a questão do poder no interior do MFA.

A clarificação deste problema é tarefa prioritária. Sem isso, não é possível atacar a fundo o problema de organização do Estado, evitando a sua completa ruína. As divergências surgidas no seio do MFA são o reflexo de projectos ideológicos distintos. Projectos incompatíveis entre si, pois não é possível conciliar uma concepção totalitária de organização da sociedade com uma concepção democrática e progressista ou ainda com vagas concepções populistas de friso anarquizante.

É necessário denunciar vigorosamente o espírito fascista subjacente ao projecto que, dizendo-se socialista, acabará na prática numa ditadura burocrática dirigida contra a massa uniforme e inerte dos cidadãos dum país.

É necessário repetir energeticamente o anarquismo e o populismo que conduzam inevitavelmente à catastrófica dissolução do Estado, numa fase de desenvolvimento da sociedade em que, sem Estado, nenhum projecto político é viável.

— A resolução da crise do poder no interior do MFA — é, portanto, da questão do poder ao nível do Estado — não será, porém, saída, enquanto tratada apenas ao nível dos "diferenciais ideológicos". É indispensável, na prática, encontrar soluções adequadas para o problema da dispersão dos "centros de poder". Sem o mínimo de "unidade de comando" a direcção política revelar-se-á cada vez mais fluída, vagando perdida no mar encapelado de decisões arbitrárias dum S.º Divisão do EMGFA, dum Assembleia do MFA, de Assembleias militares ad-hoc reunidas imprevisivelmente e misteriosamente, de Gabinetes de Dinamização, do Conselho da Revolução, da COPCON, de Sindicatos, etc.. Ao Governo, nestas condições, que espaço político de manobra lhe resta e com que autoridade actua? Nemhuns planos

poderão ser coerentemente concebidos e aplicados sem o Governo que, por um lado, não detém margem para dúvidas quanto à sua capacidade de execução do projecto político global delimitado pelo MFA e que, por outro, seja revestido de autoridade necessária para se fazer obedecer.

## Que fazer?

b. Em cada dia, a cada hora que passa, multiplicam-se os sinais evidentes dum agitação social que tende perigosamente a alastrar, submergindo o país numa onda de violência incontrolável. Acumulam-se factores que geram a promoção dum ampla base social de apoio ao regresso do fascismo. É tão ridículo dizer-se, como certas formações políticas e certos órgãos de informação, que são, "manobras da reacção". O desencantamento, o mal-estar, a angústia, são reais e por demais evidentes e têm a sua causa profunda em erros de direcção política acumulados ao longo dos últimos meses e em desvios graves de orientação no interior do próprio MFA.

Que fazer?

Encontramo-nos em mais uma encruzilhada da história, e é ao MFA, uma vez mais, que compete assumir o peso maior das responsabilidades para com o povo português.

É imperioso escolher conscientemente a via para o socialismo, sem violar a vontade da grande maioria dos portugueses, conquistando hesitantes ou descontentes pela persuasão e o exemplo. Tera de competir ao MFA, em completa dependência dos partidos políticos, mas tendo em conta o papel que estes podem e devem representar, definir um projecto político de transição para o socialismo.

É necessário reconquistar a confiança dos portugueses, acabando os apelos ao ódio e às incitações à violência e ao ressentimento. Trata-se de construir uma sociedade de tolerância e de paz e não uma sociedade sujeita a novos mecanismos de opressão e exploração, o que não poderá ser realizado, com a actual "equipe dirigente, ainda que parcialmente renovada, dada a sua falta de credibilidade e manifesta incapacidade governativa.

É preciso, finalmente, conduzir o país, com justiça e equidade, e segundo regras firmes e estáveis, em direcção ao socialismo, à democracia e à paz.

## «Quem é quem» no C. R.

SE EXISTEM, de facto, «linhas» políticas no seio do Conselho da Revolução, o documento que nesta página publicamos parece vir confirmá-las. Aliás, várias publicações estrangeiras têm procurado definir «Quem é Quem» no MFA (ver, por exemplo, o último «Nouvel Observateur»).

O quadro que abaixo se publica representa, da parte do EXPRESSO, uma tentativa de clarificação dessas «linhas» dentro do CR. Na coluna da esquerda, figuram os signatários do documento (e o general Pinto Soares que a ele terá aderido, bem como o general Freire, que o não assinou por estar fora de Lisboa, mas tem alinhado com esta posição); na do centro, os «independentes» ou indecisos; na da direita, os partidários, segundo cremos, de uma corrente aparentada com o documento de análise do general Vasco Gonçalves que o EXPRESSO divulgou há três semanas.

1. Vasco Lourenço (Ex)	1. C. Gomes (Ex)	1. Vasco Gonçalves (Ex)
2. Canto e Castro (FA)	2. P. Azevedo (M)	2. Corvocho (Ex)
3. Vitor Crespo (M)	3. Morais e Silva (FA)	3. Costa Martins (FA)
4. Costa Neves (FA)	4. Otelo (Ex)	4. Graça e Cunha (Ex)
5. Melo Antunes (Ex)	5. Fabião (Ex)	5. Guerreiro (M)
6. Vitor Alves (Ex)	6. Marques Júnior (Ex)	6. A. Contreiras (M)
7. F. Charais (Ex)		7. Ramiro Correia (M)
8. Pezaran Correia (Ex)		8. Judas (M)
9. Sousa e Castro (Ex)		9. Lu. Macedo (Ex)
10. Pinho Freire (F.A.)		10. Ferreira de Sousa (Ex)
11. Pinto Soares (Ex)		11. Rosa Coutinho (M)

## Trabalhadores da produção e do sector nacionalizado dos serviços em Mesa Redonda

# Poder popular, controlo operário, sindicatos: caminho para onde?

COMO (E POR QUEM) deverão ser geridos os sectores nacionalizados dos serviços de maior importância na economia portuguesa (Banca e Seguros)? Qual o papel das comissões de trabalhadores nesse processo? Que modelos de gestão se apresentam? Como se irá processar a articulação entre as comissões dos trabalhadores do sector produtivo com as comissões de trabalhadores do sector dos serviços? Com o desenvolvimento das estruturas de poder popular, que função terá a estar reservada a outras estruturas de tipo tradicional, como os sindicatos? Como se coloca a questão do controlo operário? Que perspectivas — e formas organizativas — se apresentam com vista à tomada do poder pelos trabalhadores? Estas e outras questões foram levantadas na primeira mesa-redonda dedicada pelo EXPRESSO a um tema-chave no actual momento do processo revolucionário português, com a presença de trabalhadores da produção e dos serviços directamente e activamente envolvidos nas novas experiências de organização e luta aqui discutidas. Pelo EXPRESSO moderaram Alexandre Cordeiro (da secção de economia) e Vicente Jorge Silva (da secção nacional).

**EXPRESSO** — O ponto de partida desta mesa-redonda é o problema da articulação entre o sector nacionalizado dos serviços (bancos e seguros), devido ao grande peso que fêz e tem, e o sector da produção. O que nos condiz a outra questão: a da relação entre os trabalhadores dos serviços, na sua grande maioria oriundos da pequena burguesia, e os trabalhadores da produção, sector onde predomina o operariado. Como encaram vocês estas questões?

**FERNANDO DE OLIVEIRA (LISNAVE)** — Posso começar por focar um factor que é extremamente importante para nós. Penso que se pode fazer esta articulação, mas que, acima de tudo, os trabalhadores a todos os níveis terão que se organizar. E dentro dessa organização, pensamos avançar com o controlo operário a nível da produção.

A nível operário, terá que haver uma organização de base, pois entendemos que os trabalhadores, sem estarem organizados, não conseguem efectivamente controlar as suas empresas. Acima de tudo, é preciso que haja a comparticipação de todos

os operários e de todos os trabalhadores interessados no processo revolucionário, e quando me refiro aos trabalhadores interessados, são todos os que comungam das ideias dos operários, os quais terão de ser sempre a vanguarda desse processo.

Terá, portanto, que ser uma organização capaz de controlar as empresas a nível económico, político e até militar. No aspecto de organização de trabalhadores, ela tem fundamental importância no controlo económico das empresas. É um problema que não é novo, que se levanta, a partir do 25 de Abril. Se as empresas foram saqueadas pelos capitalistas ou estão economicamente de rastos isso só foi possível porque os operários não estavam organizados capazmente. Ora, parece-me necessário destacar aqui o que se passa com as empresas nacionalizadas, por um lado, e as empresas privadas, por outro.

No que se refere às empresas nacionalizadas convém notar um pormenor que me parece importante e de que os trabalhadores já se começam a aperceber. É que

à frente das empresas nacionalizadas, neste momento, estão pessoas que, por um lado, ainda não têm a confiança total dos trabalhadores e que, por outro lado, denotam ainda uma certa mentalidade tipicamente empresarial. Mas trata-se, no fundo, do problema de toda uma estrutura capitalista que ainda não foi derrubada. Portanto, penso que, neste momento, o papel dos operários e dos trabalhadores em geral é fundamental no sentido de modificar esta estrutura, de proceder ao seu saneamento — saneamento que terá de ser também de pessoas — com vista a pô-la funcional e ao serviço da classe operária, das classes trabalhadoras e do país em geral.

No caso das empresas não nacionalizadas, os trabalhadores não têm nada a perder em organizarem-se já, fazendo o saneamento das estruturas, avançando no sentido do seu controlo, para que, amanhã, quando forem nacionalizadas, e, mais tarde, quando passarem para as mãos dos trabalhadores, estes estejam em condições de as dirigir capazmente.

## Empresas nacionalizadas: ilhas de socialismo

**ABREU (TAP)** — Dá-me a impressão que esta análise se evitou a decurar problemas fundamentais a curto prazo. Parece-me que de forma nenhuma podemos dar a imagem de que nas empresas nacionalizadas se podem construir ilhas de socialismo. Estamos integrados num contexto nacional, até porque das 100 maiores empresas industriais a maior parte ainda não foram nacionalizadas, e só 5% da população activa do país trabalha em empresas nacionalizadas.

Parece-me que temos que partir dum princípio a curto prazo, que é nada mais nada menos do que a solidariedade operária, neste momento muito necessária. E já agora, dou um exemplo de como é que essa solidariedade se pode manifestar. É o caso das empresas abandonadas pelos capitalistas estrangeiros, nomeadamente americanos, que fugiram e deixaram os trabalhadores agarrados às empresas sem hipótese nenhuma de continuarem a produzir o mesmo que produziam. Há necessidade de uma reconversão.

**EXPRESSO** — Há mesmo o caso dos que abandonam as empresas indemnizando os trabalhadores, o que não impede que estes fiquem sem emprego. Estou a lembrar-me do caso da Hertz, que há poucos dias encerrou as suas portas. Testou-se a venda da empresa ou passar a posição mas não se conseguiu. A empresa fechou, os trabalhadores foram lançados ao desemprego e, apesar das indemnizações, o certo é que não devem conseguir colocação a curto prazo...

**F. OLIVEIRA (LISNAVE)** — Não há indemnização nenhuma que pague o desemprego dos trabalhadores.

**ABREU (TAP)** — Exactamente por essa razão é que eu digo que a solidariedade operária é essencial. Há muitas empresas,

e estou a lembrar-me do caso concreto da TAP, que compram muito material ao estrangeiro, o qual poderia ser cá fabricado, ajudando assim os camaradas desempregados. Isto é a uma forma de controlo operário efectivo e de solidariedade operária.

Além disso, para que a classe operária possa gerir as empresas tem que lutar acerrimamente contra a burocracia existente dentro delas — e volto a focar a TAP, por exemplo, para se poder levantar uma peçazinha qualquer são necessários cinco papéis. Outro aspecto que gostaria focar em relação às empresas nacionalizadas, é que essas empresas, concretamente as do sector industrial, estão dependentes do mercado estrangeiro. Nesse sentido, o controlo operário é bastante difícil de exercer e, portanto, o fundamental é lutar contra o desemprego.

**F. OLIVEIRA (LISNAVE)** —

A propósito, gostaria de acrescentar alguma coisa ao que o camarada da TAP disse sobre a dificuldade de exercer o controlo operário no que se refere às matérias primas que vêm do exterior, etc. Penso que os trabalhadores ao nível das empresas terão que se organizar o mais rapidamente possível e desenhando toda uma campanha no sentido de que os operários de todas as fábricas igualmente se organizem, para controlar não só a actividade das empresas, internamente, como também todo o sector a nível nacional. Nesse sentido, os trabalhadores da Lisnave têm avançado com formas concretas de organização a nível do sector da construção naval. Na Lisnave, que é ainda uma empresa privada, não estamos interessados em reconverter o capitalismo. O que pensamos é reconverter os meios de produção, que o capitalismo utilizava para explorar os operários e os trabalhadores em geral, de modo a que esses meios fiquem ao serviço das classes exploradas. Outro aspecto que terá também muita importância: os trabalhadores organizados dentro das fábricas serão o pilar das organizações

populares. Penso que terá que ser através dos trabalhadores organizados nas suas empresas, mas as comissões de moradores e com todos os trabalhadores em geral, que se formário os órgãos de poder popular, capazes efectivamente de controlar este país, e que mais tarde serão os órgãos do poder a nível nacional.

**EXPRESSO** — Temos visto, até aqui, problemas relacionados com o sector da produção. Será de passar agora ao problema da ligação entre o sector da produção e o sector dos serviços. Paralelamente, põe-se o problema do controlo operário perante as empresas nacionalizadas ou não nacionalizadas: nas empresas nacionalizadas o controlo operário está perante uma estrutura que é preciso modificar mais rapidamente, nas empresas não nacionalizadas ainda se debate com toda uma estrutura capitalista tradicional. Outra questão, ainda o problema do planeamento que se liga às estruturas burocráticas do Estado. Por outro lado, há a questão da dependência externa das empresas que se nacionalizam não só no que se refere ao aprovisionamento como também ao escoamento da produção (há empresas que dependem num ou noutro sentido ou (mesmo nos dois).

Uma última questão que aparece neste contexto é a do poder popular. Isto é, os órgãos do poder popular (comissões de trabalhadores, moradores ou outras estruturas semelhantes) serão compatíveis ou não com outros órgãos tradicionais de defesa dos interesses dos trabalhadores como os sindicatos? Os sindicatos virão a ser ultrapassados? Manterão uma função necessária? Como vêem vocês esta questão?



## Dirigir o controlo

**ABREU (TAP)** — Falou-se da diferença entre as empresas nacionalizadas e não nacionalizadas. Ora isto, quanto a mim, passa pela definição prévia da questão do poder político. Será que neste momento nós podemos considerar de facto que o poder político se encontra nas mãos dos trabalhadores? Eu respondo negativamente e penso que toda a gente estará de acordo.

Sendo assim, qual será a diferença, para efeitos de controlo operário, como para quaisquer outros, entre uma empresa nacionalizada e uma não nacionalizada? Naturalmente que haverá diferenças, mas, quanto a mim, situam-se num plano secundário. No essencial, uma empresa nacionalizada não impede a apropriação de mais valias. Simplesmente, modifica as suas formas de apropriação...

**EXPRESSO** — E de aplicação...

**DIAMANTINO REIS (SERVIÇOS)** — Não há dúvida que, em termos de luta pelo poder, representa um progresso a nacionalização de uma empresa, de um sector. Mas não podemos esquecer que o essencial continua por resolver. Eu coloco mais a tónica naquilo que é comum às empresas nacionalizadas e não nacionalizadas.

A segunda questão que ainda não foi directamente discutida é a da ligação do sector nacionalizado de serviços com o sector produtivo. Ora, o ponto central desta questão é a origem de classe dos trabalhadores do sector de serviços: a pequena burguesia, não a pequena burguesia tradicional, mas uma nova pequena burguesia que, no fundo, se comporta, a nível político, como a pequena burguesia de comerciantes, etc. Sendo assim, não se poderá considerar que a pequena burguesia seja uma classe revolucionária. O mais que poderá ser é não ser contra-revolucionária. Certas camadas poderão mesmo, efectivamente, tornar-se aliadas da classe operária e colocar-se sob a direcção da classe operária. Só que nunca poderão liderar qualquer processo político. Neste sentido, e em ligação com o controlo dos sectores nacionalizados de serviços, não é defensável a tese de que o controlo desse mesmo sector seja feito pelos seus próprios trabalhadores. Porquê? Porque eles têm uma perspectiva muito limitada, não podem, de maneira nenhuma, comportar-se de forma revolucionária e pôr em causa realmente o próprio sistema. Necessariamente que o controlo do sector nacionalizado de serviços terá que ser feito. Já não digo que exclusivamente pela classe operária, mas predominantemente e sob a hegemonia dessa classe.

## Ultrapassar os sindicatos

Isto levanta um outro problema que é o das formas organizativas de pôr isso em prática. Portanto, eu defendo que o controlo do sector nacionalizado de serviços, embora admitindo a participação dos trabalhadores do sector, terá que estar sempre subordinado à direcção da classe operária, da classe realmente revolucionária. Quanto à articulação dos órgãos do poder popular (comissões de trabalhadores, comissões de moradores, etc.) com os sindicatos, parece-me ser um ponto importante.

A questão põe-se concretamente: em que medida é que os órgãos de poder popular ultrapassarão ou porão em causa os sindicatos, ou, pelo contrário, como poderão os sindicatos integrar-se no processo? No meu ponto de vista, os sindicatos — aliás a História assim o demonstra — acabam, mais tarde ou mais cedo, por se tornarem apenas órgãos de tipo reivindicativo, quer dizer, passam a defender apenas os interesses imediatos dos trabalhadores. Nunca põem em causa a exploração em si mesma, mas visam apenas a diminuição do grau de exploração. De qualquer modo, acabam, no fim de contas, por andar a reboco do aparelho de Estado capitalista. Embora não sejam efectivamente órgãos desse aparelho, estão-lhe muito próximos, são extensões dele.

Os órgãos de poder popular, pelo contrário, não têm funções meramente reivindicativas. Na realidade, eles põem mesmo em causa a própria exploração capitalista, e nesse sentido desempenham um papel muito mais avançado, dentro da luta de classes, do que os sindicatos. Por isso, e tendo em conta a limitação do papel dos sindicatos — com vista à tomada do poder pelos trabalhadores — penso que, neste momento, o máximo que se pode exigir-lhes, para além do cumprimento da função que têm hoje de defesa dos direitos fundamentais dos trabalhadores, é que favoreçam as condições para a criação dos órgãos de poder popular, e não, de forma alguma, que entrem em concorrência com eles, porque isso não é possível. Os órgãos de poder popular, as comissões de trabalhadores e outras formas organizativas de nível superior, ultrapassam claramente o sindicato.

**CARLOS PASCOA (SERVIÇOS)** — Antes de entrarmos nos últimos pontos que foram apontados, gostaria de voltar um pouco atrás e pegar nas palavras

de Fernando Oliveira sobre uma questão que é muito importante. É a questão do processo das nacionalizações e da forma como aparecem à frente de determinadas empresas nacionalizadas pessoas que não oferecerão muitas garantias aos trabalhadores. A explicação dessa questão passa por quem na altura controlou o processo, no caso específico dos seguros e da banca. Nós sabemos que determinadas forças políticas têm pontos chave, pontos de ligação importantes no aparelho de Estado, e, neste caso muito concreto, elas jogaram nas posições que tinham e conseguiram impor, a nível de nacionalizações, um processo que lhes convinha, avançando para as comissões administrativas, algumas pessoas que não serão da inteira confiança dos trabalhadores, mas que podem servir essas forças políticas a 100%. Por outro lado, na altura não surgiu qualquer alternativa válida, para além de determinadas correntes social-democráticas que defendiam já nessa altura uma perspectiva autogestionária. Isto é um ponto que antecede de certa maneira a questão da gestão das companhias nacionalizadas. Por outro lado, no nosso sector específico, em relação à legislação a sair fixando as normas de gestão das empresas de seguros, deparámo-nos com três posições distintas que, grosso modo, se resumem em duas bem definidas: uma, que visa a participação objectiva na gestão, quer pela forma autogestionária, quer pela forma cogestionária; outra, que nós defendemos, de controlo e fiscalização numa perspectiva de controlo operário.

É necessário acentuar bem porque é que isto acontece. Por um lado, temos as forças reformistas que jogavam, e ainda jogam, na conciliação de classes ou nas posições que detêm no aparelho de Estado, defendendo, por isso, a cogestão, através de conselhos de gestão nomeados pelo Ministério das Finanças e de comissões sindicais — e isto é para espantar... — com funções de conselho fiscal, típico das sociedades capitalistas. Por aqui se pode ver o perigo desta proposta, já que a força política mais importante que defendia esta posição jogava no controlo superestrutural que iria ter, no posterior, sobre a gestão. Por outro lado, temos as forças de raiz social-democrática que defendiam, não o controlo imediato — pois não dispõem de posições fortes no aparelho de Estado — mas a eleição do conselho directivo e de uma comissão de trabalhadores que iria controlar os outros trabalhadores que estavam a gerir. É para

além disso, falavam em plano económico, em colectivo nacional, o que revela uma apropriação pela ideologia dominante (burguesa) de termos que nada têm a ver com as suas posições, pois um plano económico só pode ser entendido em termos imperativos, e não em termos indicativos, tal como estava implícito nesse projecto de gestão. De resto, os que defendem formas neocapitalistas não podem, de modo algum, defender um plano económico imperativo que é a negação do próprio desenvolvimento da acumulação capitalista. Isto é uma questão fundamental. As camadas da pequena burguesia mas que estão conscientes do papel de vanguarda que cabe à classe operária, entenderam que o controlo deste sector, até pela sua importância, deveria estar perfeitamente articulado com o controlo operário e chegaram até este ponto porque a questão do poder político não se acha de forma alguma resolvida. De modo que os trabalhadores não iam gerir o capital, qualquer que fosse a forma como essa gestão se apresentasse, e então avançaram com propostas de controlo exercido através de comissões de trabalhadores. Mas aqui é necessário demarcar o que entendemos por comissões de tra-

balhadores e o que a social-democracia entende por comissões de trabalhadores. Entendemos que elas são órgãos dos trabalhadores com uma função especificamente política, e, por isso, não se podem confundir com os órgãos a nível sindical, como fazem os sociais-democratas, que pegam nos delegados sindicais e em vez de lhes chamarem comissão sindical, baptizam-na de comissão de trabalhadores. Isso nada tem a ver com a comissão de trabalhadores que defendemos. Essa comissão incluíra, é certo, delegados sindicais — o que até é vantajoso para haver uma articulação com a estrutura sindical — mas é fundamental que os delegados sindicais sejam minoritários.

Aqueles que não são delegados sindicais é que devem hegemonizar as comissões de trabalhadores. Por outro lado, isto pode ligar-se com a questão dos órgãos do poder popular, porque a demarcação nítida em relação às atribuições das comissões de trabalhadores surge precisamente com os órgãos de poder popular. Neste momento as forças sociais-democratas estão muito afixas com o poder popular. Porquê? Porque jogam nas instituições ocidentais, parlamentos, tribunais, etc., e nós entendemos

que estas comissões de trabalhadores são organizações específicas de carácter político, no local de trabalho, e devem ser perfeitamente articuladas com as organizações dos trabalhadores no local de residência, as comissões de moradores, havendo também lugar para a organização nos campos, através, por exemplo, dos conselhos de aldeia.

De forma que, neste momento, defender o poder popular é trazer a luta de classes para um campo que não interessa à classe dominante, pois ela joga só no terreno da democracia burguesa que lhe é muito caro, que ela pode perfeitamente controlar.

Por isso, e atendendo a essas considerações, nós avançamos decididamente na linha do controlo operário, frisando bem — e isso foi uma questão que a social-democracia nunca pôde pôr em causa — que as comissões de trabalhadores têm de ser independentes do aparelho de estado. Porque esta articulação dos órgãos do poder popular vem a constituir o embrião de um aparelho de estado de tipo novo, inteiramente controlado pelas massas populares, e é sobretudo isso que aterroriza a social-democracia e não só.

## Fase revolucionária

**LUÍS MATIAS (Informática)** — Só a presente situação revolucionária que atravessamos permite equacionar a nível global esta questão do controlo operário. Temos exemplos de outros países como a França, a Bélgica e a Itália, onde o controlo operário foi tentado. Simplesmente, ele situava-se a nível de empresa ou, a nível por vezes, sectorial. Não passavam, assim, de actos exemplares, os quais merecem todo o apoio, mas não deixam de ser actos exemplares. Enquanto em Portugal, devido a essa situação revolucionária, nós já podemos equacionar o problema a nível global, a nível nacional. E o problema pode ser posto devido ao que eu chamo uma ausência de poder político actuante. É uma fase de transição, uma fase revolucionária, em que nem a nível político a burguesia está apta a dar uma resposta repressiva aos trabalhadores em geral, mas em que, igualmente, a classe operária não detém ainda o poder político e económico. É, pois, neste contexto, que surge

o controlo operário, que aparece a ideia do poder popular e os embrões de estrutura deste mesmo poder. É facto significativo é a tentativa das forças sociais-democratas e reformistas, face a esta dinâmica social, em hegarem a expressão representativa dos órgãos de poder popular ou em procurarem, desesperadamente, enquadrar esses órgãos nas instâncias socio-políticas existentes.

Na medida em que há uma organização de base, esta organização tende a romper com este colete de forças que são as instituições, tende a organizar-se autonomamente. Quando se fala de controlo operário — e aqui estão em confronto sectores produtivos e sectores de serviços — interessa especificar que o controlo não pode ser visto como a vontade dos trabalhadores a nível de empresa

ou até mesmo de sector, ele tem de ser entendido globalmente, e, nessa perspectiva, só a classe operária, vanguarda da revolução socialista, pode hegemonizar o processo.

Isto é uma questão muito importante, pois há muitos trabalhadores do sector não produtivo que não entendem isso. Há, no entanto, extractos desta classe de serviços, que é essencialmente pequeno-burguesa, que apoiam incondicionalmente e reconhecem a hegemonia das classes produtivas, concretamente da classe operária, no processo do controlo da produção.

Referindo-me ao sector da banca e dos seguros, que aparece no circuito da produção com a função de redistribuir as matérias-primas e não de criar bens materiais, é evidente que a hegemonia da classe operária no controlo total tem de se efectivar.

## Economia planificada

Quanto a mim, o controle operário tem de apontar já para uma economia planificada. Por exemplo: a aplicação de capitais tem de ser controlada, articulada com as comissões de trabalhadores dos sectores de serviços com as comissões de trabalhadores dos sectores produtivos, sob a hegemonia destes últimos. O direito de veto dos trabalhadores sobre certos investimentos que prejudicam claramente os trabalhadores deste país tem de se tornar uma realidade. E já agora gostava de colocar esta questão a um dos camaradas aqui presentes do sector produtivo: como é que vocês vêem a articulação destas estruturas organizativas que são as comissões de trabalhadores?

F. OLIVEIRA (Lisnave) — A respeito da interligação entre o controle operário e o controle dos próprios serviços, levantam-se várias questões. Uma delas refere-se, por exemplo, ao caso das empresas produtivas que têm o seu aparelho de serviços, onde há uma certa dificuldade em os operários controlarem actividades de serviços, controlarem aspectos de domínio técnico, administrativo ou científico nos quais apenas uma minoria de «cientistas» tem todo acesso. Assim, a nível de serviços, e numa primeira fase, é natural que o controle operário tenha de ser feito por elementos dos serviços mas da confiança dos operários. Temos de contar com estes elementos, nesta primeira fase, para começarmos a controlar os próprios serviços administrativos das unidades produtivas. Daí a necessidade de uma coordenação a nível sectorial que depois irá evoluindo para formas mais amplas a nível global.

Neste momento, esta coordenação não é fácil porque a organização operária está agora a nascer das bases. De qualquer modo, terá de ser daí que partirão as directivas para os serviços, dentro de uma planificação a nível nacional.

Por outro lado, acho de particular importância a ligação do controle operário, da organização operária, a uma organização de poder popular, a nível concelhio, que irá evoluindo e se estenderá a outros níveis: a nível de distrito e, finalmente, a nível nacional. Será a estruturação desse poder a força que irá determinar o processo e que pressionará os hesitantes a acompanhá-lo.

Outro aspecto importante: se as comissões de trabalhadores aparecerem depois do 25 de Abril foi por razões muito concretas, ligadas em parte ao facto de os sindicatos estarem inseridos numa política capitalista e não poderem responder às aspirações dos operários e dos trabalhadores em geral. Nestas condições, as comissões de trabalhadores são o órgão máximo de defesa dos próprios trabalhadores e são elas que terão de estar na vanguarda das suas lutas. Isto não quer dizer que se deva deixar para trás uma organização sindical que tende a modificar-se, mas os operários devem saber, cada vez mais, superar o aspecto meramente reivindicativo das suas lutas e privilegiar o aspecto político, com vista a se alcançar uma igualdade efectiva entre todos os trabalhadores deste país. Só ultrapassando a barreira do processo reivindicativo, os trabalhadores poderão dominar o problema económico e, assim, dominar o problema político. Dito isto, penso que terá de haver duas estruturas paralelas — órgãos sindicais e órgãos de poder

dos trabalhadores — mas que nunca se choquem, que se complementem. Os trabalhadores correm um grave risco se permitirem esse choque, já que temos um inimigo comum, organizado, e a nossa unidade, para além de divergências ideológicas, é absolutamente essencial. Porque é essencial a formação de comissões de trabalhadores unitárias.

As comissões de trabalhadores são, pois, os órgãos máximos dos trabalhadores, acima dos próprios sindicatos. Na Lisnave, nós pensamos criar — e a prática nos dirá se estamos ou não no caminho certo, além de nos mantermos sempre abertos a sugestões — uma estrutura sindical para questões reivindicativas, para casos de injustiça que serão de ser resolvidos, a qual se integrará num órgão máximo, onde terá de haver uma certa interpretação de comissões para evitar precisamente o choque.

A propósito de controle operário e de articulação entre comissões de trabalhadores, cito um exemplo que me parece significativo. Antes do 25 de Abril, a Lisnave pensou expandir-se para o Brasil e, posteriormente, o governo concedeu-lhe o aval para isso. Ora isso levantava a questão seguinte: num momento em que a Lisnave atravessava (e atravessa) uma grave crise, faria sentido investir num empreendimento no Brasil, numa óptica capitalista? Os trabalhadores responderam não. Entretanto, o investimento previsto encontra-se suspenso, em consequência das pressões exercidas pela comissão de defesa dos trabalhadores da Lisnave em articulação com os trabalhadores do Banco Totta-Açores.

De qualquer modo, e em relação a esse previsto investimento, o problema que se põe é concretamente este: não seria muito

mais benéfico pegar nesses 300 mil contos e criar aqui complexos que pudessem dar trabalho a alguns dos 350 mil desempregados? Todos os trabalhadores têm de ter conhecimento destes casos concretos, não estamos dispostos a dar cobertura a este tipo de operações.

CARLOS PASCOA (Serviços) — A respeito de alguns pontos que tu focaste, nomeadamente sobre o controle operário, eu gostaria de observar que os operários não são burros de nascer, é tudo uma questão de situação de classe, e, portanto, eles são perfeitamente capazes de dominar os meios técnicos e científicos de que faziam. A questão da divisão do trabalho manual e trabalho intelectual tem de ser ultrapassada. É o caso dos nossos camaradas da «República», trabalhadores massais, tão fortemente atacados pelos neo-capitalistas mascarados de vermelhos, defensores intransigentes dos trabalhadores intelectuais numa perspectiva de manutenção do modo de produção capitalista. Pois bem, não há ninguém que por natureza ou fatalidade tenha incapacidade de acesso a essas tais sciências ocultas, ao ensino da ciência e da técnica. Isto, no que se refere a esta questão, quanto ao problema dos sindicatos, partindo do pressuposto de que os sindicatos têm uma função meramente reivindicativa de carácter económico — e por isso são por natureza reformistas — e estão nesse caso concreto ligados ao aparelho de estado, reflectindo muitas das coisas que por lá se passam, as massas trabalhadoras ultrapassaram claramente esse tipo de estrutura. A curto prazo, os sindicatos estarão subalterinizados. No futuro, quando a classe operária e seus aliados tomarem o poder, a questão voltará a pôr-se, mas de outra maneira.

## Projectos de gestão

Outro ponto: apesar de o setor ser típico da procura-burguesia, o projecto de gestão que defendia o controlo e fiscalização, sob a hegemonia do setor produtivo, transfere. Claro que houve uma forte resistência dos que pretendiam preservar os seus privilégios de classe — e por isso defendiam planos de tipo autogestionário ou cogestivo — mas o nosso núcleo, embora minoritário a partida, conseguiu levar para diante o projecto de controlo.

**DIAMANTINO REIS (Serpa)** — Esse projecto de controlo era defendido, dentro dos Serpas, por uma minoria, mas a verdade é que, no decorrer das discussões nos assembleias uma parte significativa de trabalhadores acabou por apoiá-lo.

Duma questão: nós temos falado até aqui de um controlo operário em abstracto. Pois bem: onde é que poderemos pôr em prática este controlo e, sobretudo, como é que poderemos pôr em prática um controlo nos setores de serviços? Aí reside a necessidade de directrizes avançadas pela classe operária para a orientação destes sectores. Um exemplo: nos Seguros há um problema concreto, dos acidentes de trabalho. Neste momento, a grande maioria dos sinistrados são operários ou as suas viúvas e filhos que recebem pensões mínimas. Por outro lado, os salários que lhes são pagos atraem as companhias de Seguros de milhões de fôrme. E o problema coloca-se também ao nível

da Banca. Ora, como é que os trabalhadores dos serviços podem saber das necessidades dos operários? Só estes é que nos podem dizer como essas questões poderão ser resolvidas. Como é que querem ser assistidos nos postos médicos e hospitais, por exemplo.

**ABREU (TAP)** — Sou operário da TAP, mas não estou em representação dos trabalhadores da TAP, é um ponto importante. Quanto ao que tem vindo a ser discutido, creio que o essencial reside nisso: não nos podemos desviar do objectivo da tomada do poder, porque só depois disso se poderá encarar a resolução efectiva dos problemas do povo. É isso que as organizações da classe operária não

## Reconverter empresas

Pois bem: a comissão de trabalhadores, criando em cada sector de trabalho grupos de apoio que tragam ao conhecimento da comissão todos esses problemas, todos esses erros em que o capitalismo estava interessado, pode efectivamente mudar as directrizes desse esquema e, por outro lado, passar a auxiliar certos camaradas que se encontram em empresas abandonadas pelos patrões, levar à reconversão dessas empresas e acudir ao desemprego. Mas é importante frisar que o controlo operário exercido ao nível da gerência das empresas não se destina a controlar operários, como por vezes poderá acontecer, conduzindo à divisão entre os trabalhadores.

podem perder de vista. Dito isto, e passando a questões a curto-prazo, o problema principal do país, neste momento, é o desemprego — e a fome e a miséria que esse desemprego gera.

Por outro lado, o controlo operário deve exercer-se não para gerar as empresas, mas para se dispor de um poder de veto tendo em vista que o dinheiro das empresas seja empregue no interesse dos trabalhadores e não com fins lucrativos ou outros que os capitalistas têm em mira. Vou focar um caso concreto passado com a TAP: estava a ser negociado um frete de aviões com a FRELIMO, a TAP enviou um representante e a FRELIMO passou a esse senhor um atestado de fascista, colonialista

Outro aspecto: não nos podemos iludir sobre o poder real que as assembleias populares poderão ter dentro do sistema capitalista. O seu papel activo situa-se na luta de classes, no combate à burguesia, no sentido em que apontam a tomada do poder. Todas as organizações, assembleias populares, comissões de trabalhadores, devem aprender a gerir para aprender a governar tendo em vista a conquista do poder.

**F. OLIVEIRA (LISNAVE)** — Quando o camarada da TAP diz que o objectivo a atingir é a tomada do poder, é evidente que estou de acordo. Mas pergunto: como? Não se terá de passar por uma fase de organização da classe operária?

Outro aspecto: as matérias importadas. Como resolver? Eis o que temos de encarar frontalmente e com clareza.

Parece-me evidente que não se pode deixar a resolução dos

e racista e enviou esse documento ao governo, explicando que não estava interessada em negociar através desse representante. Ora qual foi a atitude do governo? Pois enviou de novo o mesmo representante junto da FRELIMO. Resultado: a FRELIMO entregou esse frete à British Airways, embora não a título definitivo, tomando em linha de conta a consideração da FRELIMO pelo povo português.

Outro exemplo: a TAP vive muito à base da importação de diversas matérias que podem ser produzidas em Portugal. No caso da Inglaterra, a TAP importa desse país material de equipamento de terra que, em grande parte poderia ser produzido entre nós.

problemas apenas dependendo de uma comissão dos trabalhadores a nível sectorial, muito embora a sua intervenção seja já muito importante. Com efeito, o que é essencial é criar uma estrutura de contactos entre as comissões de trabalhadores para que, em comum, se possam encontrar meios de ultrapassar todas as barreiras — neste caso, concretamente, a das importações desnecessárias de produtos que, com todas as vantagens, nós poderíamos fabricar. Há que encontrar formas organizativas de classe para resolver todas essas dificuldades e contradições — que são muitas no processo que atravessamos. Falar da tomada do poder pela tomada do poder pode ser demagógico. Há que passar pelas várias fases até atingir esse objectivo e sem que, entretanto, sejamos lançados no desemprego e na miséria, porque aí abrimos concretamente as portas à reacção, como já sucedeu no Chile e noutros lados.

## Controlo descentralizado

**LUIS MATIAS (INFORMÁTICA)** — Voltemos a repór algumas questões fundamentais: o que é uma comissão de trabalhadores? O que é que está na base do controlo operário? O que é o controlo operário e a descentralização desse mesmo controlo?

Sucede que o controlo operário aparece, em determinado momento, como processo de luta e como resposta a estruturas ossificadas, como são as estruturas sindicais, a nível europeu principalmente. Estruturas que, de facto, não têm funcionalidade nenhuma nem resposta a daí no que se refere a este controlo. O controlo operário aparece descentralizado a nível de local de trabalho, diversificado, surge assim como resposta aos mecanismos de mistificação, de ocultação ou de escamoteamento que o capitalismo utiliza na gestão das empresas. A realidade da situação numa empresa não se traduz no plano meramente contabilístico — por mais transparente que este se pretenda —, não se analisa apenas através das contas. Não é aí que as principais mistificações ou as fraudes se detectam. Os números podem até estar rigorosamente certos, mas através de uma manipulação que escamoteia outros factores fundamentais. Geralmente, as grandes empresas não falsificam os números da contabilidade, o que falsificam é uma realidade infra-estrutural à empresa: as stocks, as máquinas, etc. Ora, quem é que pode controlar isto? É aqui precisamente que se põe a necessidade da descentralização deste controlo, pois o operário que manuseia os stocks regularmente, ou que trabalha com uma determinada máquina,

é que sabe se ela foi mudada totalmente ou apenas reparada, etc., ele é que sabe qual é a situação real dos stocks.

No fundo, um dos problemas cruciais que se põem às comissões de trabalhadores é a descentralização deste controlo, na medida em que o controlo que assenta em bases centralizadas, burocraticamente, não é de modo algum eficiente e eficaz. Ora aqui volta a colocar-se a necessidade de articulação entre o sector produtivo e o sector de serviços.

## Estratégia da tomada do poder

Outro ponto ainda: o da estratégia da tomada do poder e o problema da vanguarda que encabeçará esse processo.

A este respeito, penso que a vanguarda política entendida como guarda-avanzada, digamos assim, das classes produtivas — e formada pelos seus estratos mais consciencializados —, tem de ser controlada por essas classes à medida que o processo da revolução avança e que a dinâmica social se desenvolve: não se trata de uma vanguarda escolhida ad-eternum. Quero dizer com isto que a vanguarda não deve resultar de uma delegação de poderes que lhe forem confiados incondicionalmente pela classe revolucionária que representa, mas que, a todo o momento, ela deve ser posta em questão pela classe desde que deixe de representar efectivamente os seus interesses. Dito isto, e até ao momento em que o poder é efectivamente conquistado pelo proletariado e seus aliados — momento em que a vanguarda se dilui nos interesses mais gerais dessa classe revolucionária e em que o problema

No nosso sector, por exemplo, funcionamos com números e valores que têm de ser controlados em directo a nível das empresas produtivas. Em contrapartida, os bancos, por exemplo, têm de abrir os livros de contas pessoais, para que os operários possam controlar a actividade financeira das empresas, as ligações que a burguesia ainda mantém, para constatarem se os argumentos do salvação que eu apresento estão de acordo com a conta bancária. Neste campo

há, pois, que fazer uma ligação directa entre as comissões de trabalhadores destes sectores específicos e as comissões de trabalhadores ligados a aquelas estruturas produtivas que se encontram em dificuldades ou sintomas de dificuldades em determinado momento.

Ligada a estes pontos põe-se igualmente a questão da solidariedade operária não só a nível nacional mas também a nível internacional.

da estrutura organizativa terá de ser de novo equacionado — o papel da vanguarda é essencial nessa perspectiva de uma estratégia de tomada do poder.

Levanto estas questões precisamente porque me parece essencial evitar as tendências tradicionais para o dirigismo, para as concepções burocráticas e reformistas que conhecemos.

**CARLOS PÁSCOA (SERVICOS)** — Há, no entanto, que fazer uma distinção. O partido revolucionário tem dois papéis, além de outros mais secundários. É falo em partido porque essa vanguarda organizada e unificada a que te referiste é um partido.

Vejo o partido não como um fim em si, mas como um instrumento para a conquista do poder e para a consolidação da democracia. O partido só serve enquanto servir a classe operária e os seus aliados.

O primeiro papel do partido é determinar como se vai processar a tomada do poder, porque não há dúvida que as massas desorganizadas não podem nunca tomar o poder. Terão que ser dirigidas por um grupo de trabalhadores mais conscientes, mais politizados, que as conduzam. Ora neste momento, em Portugal, não existe uma

vanguarda, mas várias vanguardas divididas, por vezes, com base em questões perfeitamente secundárias. Põe-se, assim, a questão das condições para que essa vanguarda se venha a unificar — e essa unificação tem que ser feita no concreto, é, pois, na luta de classes concreta que essa vanguarda se irá unificar e formar um partido que tome o poder.

Uma segunda função, muito importante, e que tem sido sistematicamente desprezada é que, para além de tomar o poder, a vanguarda tem de favorecer as condições para a criação de órgãos de poder popular. É falo de órgãos de poder popular, como poderia falar, por exemplo, de soviets. Ou seja, num determinado momento, há órgãos autónomos, desligados do poder de estado, que os trabalhadores criam e vêm pôr em causa a dominação capitalista. Este duplo papel tem uma dupla finalidade que é, por um lado, pôr em causa a dominação capitalista, não só na sua forma económica mas também ideológica e política; por outro, os órgãos de poder popular serão, de facto, a base de um futuro estado socialista. O partido deve, portanto, procurar desenvolver este tipo de organizações e dar-lhes toda a autonomia.